

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
BACHARELADO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

VIGILDA LUCÍA MANGUE MANSOGO NCHAMA

**A GUINÉ-EQUATORIAL: DESAFIOS GEOPOLÍTICOS, POTENCIALIDADES
ECONÔMICAS E O INGRESSO NA CPLP (1968-2024)**

SANTANA DO LIVRAMENTO, RS

2025

VIGILDA LUCÍA MANGUE MANSOGO NCHAMA

**A GUINÉ-EQUATORIAL: DESAFIOS GEOPOLÍTICOS, POTENCIALIDADES
ECONÔMICAS E O INGRESSO NA CPLP (1968-2024)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em
Relações Internacionais da Fundação
Universidade Federal do Pampa
UNIPAMPA.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Kamilla Raquel
Rizzi.

SANTANA DO LIVRAMENTO, RS

2025

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

MM277g MANSOGO NCHAMA, VIGILDA LUCÍA MANGUE

A GUINÉ-EQUATORIAL: DESAFIOS GEOPOLÍTICOS, POTENCIALIDADES
ECONÔMICAS E O INGRESSO NA CPLP (1968-2024) / VIGILDA LUCÍA
MANGUE MANSOGO NCHAMA.

110 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2025.

"Orientação: KAMILA RAQUEL RIZZI".

1. Guiné-Equatorial. 2. Estados africanos; Espanha. 3.
Geopolítica de Golfo da Guiné. 4. CPLP. 5. Petróleo, Gás,
Diplomacia linguística. I. Título.

VIGILDA LUCÍA MANGUE MANSOGO NCHAMA

**A GUINÉ-EQUATORIAL: DESAFIOS GEOPOLÍTICOS, POTENCIALIDADES
ECONÔMICAS E O INGRESSO NA CPLP (1968-2024)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em
Relações Internacionais da Fundação
Universidade Federal do Pampa
UNIPAMPA.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 02/12/2025.

Banca examinadora:

Prof. Dr^a. Kamilla Raquel Rizzi
Orientadora
Universidade Federal do Pampa

Dra. Camila Hirt Munareto
Universidade Federal do Pampa

Me. Isabella Cruzichi
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, elevo meus mais sinceros agradecimentos a Deus, por me conceder a vida, a saúde e a oportunidade de realizar este grande sonho. A Ele agradeço por me proteger em todos os momentos, por me fortalecer diante das adversidades e por me conceder a coragem necessária para me levantar a cada dia e seguir firme em busca dos meus objetivos. Sem a Sua presença constante e o Seu amparo espiritual, esta conquista não teria sido possível.

Expresso também minha mais profunda e eterna gratidão à minha mãe, María Dolores Nchama Asumu Oyana, que, embora não esteja mais fisicamente entre nós, permanece viva em minha memória, em meus valores e em cada conquista que alcanço. Ela foi, é e sempre será minha eterna guerreira, meu exemplo de força, de amor e de determinação. Tenho a plena convicção de que, do céu, acompanha cada passo dessa trajetória e sorri ao ver sua filha concretizando um sonho que, um dia, lhe prometeu. Sou imensamente grata por tudo o que me ensinou, pela educação que me deu, pelo caráter que me formou e pelos valores que me transmitiu. Hoje, posso afirmar com orgulho que cumpro a promessa que fiz a ela: “voltar para casa com o meu objetivo alcançado”, porque desistir jamais foi uma opção em minha caminhada.

Agradeço de forma especial à minha família, pilar fundamental nesta jornada. Ao meu irmão Norberto Bartolomé Monsuy Mañé Andeme e à minha segunda mãe María Teresa Medja Edjang, minha eterna gratidão por acreditarem em mim e por não medirem esforços para que eu pudesse chegar até aqui. Foram eles que tornaram possível esta oportunidade, apoiando-me incondicionalmente, cuidando de mim mesmo à distância e assegurando que nada me faltasse nem o amor, nem o necessário para seguir em frente.

Estendo também meus sinceros agradecimentos aos meus irmãos Filiberto Nsue Elá, Soraya Esther Akeng, Vida Lucía Oyana e Norberto Bartolomé Monsuy Elá, pelo apoio constante, pelas palavras de incentivo e pela presença afetuosa, ainda que muitas vezes à distância. Cada gesto de carinho e de encorajamento foi essencial para que eu não desistisse, mesmo nos momentos mais difíceis.

Agradeço profundamente à Universidade Federal do Pampa, instituição que me acolheu com tanto respeito e que me proporcionou uma formação acadêmica de excelência. Nesta

universidade aprendi não apenas conteúdos teóricos e metodológicos, mas também valores humanos, éticos e profissionais que levarei por toda a vida. Meu especial reconhecimento à minha orientadora, professora Kamilla Rizzi, pela orientação paciente, pela disponibilidade constante e pela dedicação ao longo de todo o processo de desenvolvimento deste trabalho. Sua orientação não se limitou ao aspecto acadêmico, mas foi também um apoio humano e motivacional, essencial em minha trajetória. Estendo meus agradecimentos às professoras Leticia Santos e Anna Carletti, por sua generosidade, apoio e acompanhamento durante minha formação. Sou especialmente grata à professora Leticia Santos, por sua sensibilidade e empatia no momento mais difícil da minha vida, quando recebi a notícia do falecimento de minha mãe. Seu gesto humano e acolhedor jamais será esquecido.

Não poderia deixar de agradecer aos meus amigos incondicionais, que se tornaram minha segunda família neste percurso. Amigos que estiveram presentes em cada etapa, em cada obstáculo e em cada conquista, oferecendo-me apoio, alegria e companheirismo. Agradeço profundamente a María Celia Avomo Edú, Carlos Daniel Oná Eyenga, Bernardita Nanguan Nguema Ngundi, Dora Videla Angue Efuman, Eulalia Nguema Ayaba, Concepción Bueriberi Mbang e Ana Graciosa Oyana Esono, pela amizade sincera e pela presença constante. Obrigada por compartilharem comigo momentos de riso e de lágrimas, por cada palavra de incentivo e por cada gesto de carinho. A presença de vocês fez com que esta jornada, por vezes árdua, se tornasse mais leve e significativa.

Durante minha permanência no Brasil, tive a felicidade de conhecer pessoas extraordinárias, que, desde o primeiro momento, me acolheram com carinho e tornaram minha estadia mais agradável e significativa. Agradeço profundamente a Kelly Talexio da Silva, Ângelo Santos Alberti, Lariany Aparecida dos Santos, Felipe Simões Pereira e Helena Maia Martinez pela amizade sincera, pela convivência afetuosa e pelos momentos de alegria compartilhados. A presença de vocês foi essencial para que esta caminhada longe de casa se tornasse mais leve e repleta de boas lembranças.

Durante o processo de pesquisa e elaboração deste trabalho, contei também com a valiosa colaboração de Asunción Bueneke Ndjé, que gentilmente compartilhou bibliográficas, documentais e informações que enriqueceram meu conhecimento e contribuíram significativamente para a realização deste estudo. Agradeço de coração pela disponibilidade, pela atenção e pela generosidade em partilhar saberes sobre a história do nosso país.

Por fim, agradeço a mim mesma, pela coragem, pela resiliência e pela determinação de não desistir, mesmo diante dos inúmeros desafios. Reconheço a força que me conduziu até aqui e o empenho que coloquei em cada etapa deste processo. Esta conquista representa não apenas a realização de um sonho pessoal, mas também o reflexo de uma caminhada marcada por esforço, fé, superação e amor. A todos que, de alguma forma, fizeram parte desta trajetória com palavras, gestos, ensinamentos ou simples presenças, expresso minha mais sincera gratidão. Cada contribuição, por menor que pareça, foi essencial para que este sonho se tornasse realidade. Este é apenas o início de muitas outras conquistas que virão. Que este trabalho simbolize não apenas uma vitória individual, mas também um tributo à fé, à esperança e ao poder transformador da educação.

RESUMO

A Guiné-Equatorial é um dos países mais singulares do continente africano, marcada por uma trajetória política autoritária, uma economia dependente do petróleo e gás, uma diversidade linguística e cultural expressiva. Desde a sua independência da Espanha, em 1968, o país enfrenta desafios relacionados à consolidação do Estado, à gestão dos recursos naturais e à busca por legitimidade internacional. Diante desse contexto, este trabalho tem como problema de pesquisa a questão: como a Guiné-Equatorial enfrentou seus principais desafios geopolíticos entre 1968 e 2024? Parte-se da hipótese de que a adesão à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e a adoção do português como língua oficial constituem uma estratégia de inserção diplomática e econômica, voltada à diversificação de alianças internacionais, à ampliação da legitimidade do país no contexto africano e global e à exploração de novas possibilidades de cooperação com os países lusófonos, apesar dos desafios internos relacionados à democracia, aos direitos humanos e à efetiva implementação do multilinguismo. A metodologia utilizada baseia-se em uma abordagem qualitativa e histórico-descritiva, com recorte temporal entre 1968 e 2024. Foram consultadas fontes primárias, como tratados, acordos internacionais, documentos oficiais da CPLP e relatórios de organizações multilaterais, além de livros, artigos acadêmicos, teses e notícias sobre integração regional e desenvolvimento econômico. A pesquisa foi estruturada em três etapas principais: levantamento bibliográfico, análise temporal e estudo de caso, centrado na adesão da Guiné-Equatorial à CPLP. Conclui-se que a trajetória do país reflete os dilemas dos Estados africanos pós-coloniais e demonstra como a diplomacia linguística pode funcionar como instrumento de projeção, legitimação e integração internacional.

Palavras-chave: Guiné Equatorial; Estados africanos; Espanha; geopolítica de Golfo da Guiné; CPLP; petróleo; gás; diplomacia linguística.

RESUMEN

Guinea Ecuatorial es uno de los países más singulares del continente africano, marcada por una trayectoria política autoritaria, una economía dependiente del petróleo y una diversidad lingüística y cultural significativa. Desde su independencia de España en 1968, el país enfrenta desafíos relacionados con la consolidación del Estado, la gestión de los recursos naturales y la búsqueda de legitimidad internacional. En este contexto, este trabajo plantea como problema de investigación la siguiente cuestión: ¿cómo enfrentó Guinea Ecuatorial sus principales desafíos geopolíticos entre 1968 y 2024? Se parte de la hipótesis de que la adhesión a la Comunidad de Países de Lengua Portuguesa (CPLP) y la adopción del portugués como lengua oficial constituyen una estrategia de inserción diplomática y económica orientada a diversificar las alianzas internacionales, ampliar la legitimidad del país en los contextos africano y global, y explorar nuevas posibilidades de cooperación con los países lusófonos, a pesar de los desafíos internos relacionados con la democracia, los derechos humanos y la efectiva implementación del multilingüismo. La metodología utilizada se basa en un enfoque cualitativo e histórico-descriptivo, con un recorte temporal comprendido entre 1968 y 2024. Se consultaron fuentes primarias, como tratados, acuerdos internacionales, documentos oficiales de la CPLP e informes de organizaciones multilaterales, además de libros, artículos académicos, tesis y noticias sobre integración regional y desarrollo económico. La investigación se estructuró en tres etapas principales: levantamiento bibliográfico, análisis temporal y estudio de caso centrado en la adhesión de Guinea Ecuatorial a la CPLP. Se concluye que la trayectoria del país refleja los dilemas de los Estados africanos poscoloniales y demuestra cómo la diplomacia lingüística puede funcionar como un instrumento de proyección, legitimación e integración internacional.

Palabras clave: Guinea Ecuatorial; Estados africanos; España; geopolítica del Golfo de Guinea; CPLP; petróleo; gas; diplomacia lingüística.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

OUA- Organização da Unidade Africana
CPLP- Comunidade dos Países da Língua Portuguesa
CEMAC- Comunidade Econômica Monetária da África Central
OIF- Organização Internacional da Francofonia
IPGE- Instituto de Promoção da Guiné Equatorial
CNLGE- Cruzada Nacional de Libertação da Guiné Equatorial
MONALIGE- Movimento Nacional de Libertação da Guiné Equatorial
MUNGE- Movimento de União Nacional da Guiné Equatorial
ONU- Organização das Nações Unidas
UB- União Bubi
UPLGE- União Popular de Libertação da Guiné Equatorial
PUNGE- Partido Único Nacionalista da Guiné Equatorial
PUNT- Partido Nacional Único dos Trabalhadores
PDGE- Partido Democrático da Guiné Equatorial
AMOMI- Anuário Mundial da Organização Marítima Internacional
CGG- Comissão do Golfo da Guiné
CSNU- Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas
ZOPACAS- Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul
CCY- Código de Conducta de Yaoundé
GUINEX- Operação Guinea NEXercise
NIMASA- Agência Nigeriana de Segurança e Administração Marítima
DBP- Deep Blue Project
EUA- Estados Unidos
PIB- Produto Interior Bruto
SONAGAS- Sociedade Nacional de Gás da Guiné Equatorial
GEPETROL- Petróleos da Guiné Equatorial
TOTAL GE- Total Guiné Equatorial
EG LNG- Gás Natural Liquefeito da Guiné Equatorial
GNL- Gás Natural Liquefeito
PNDE- Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico
INEGE- Instituto Nacional de Estatística da Guiné Equatorial
FMI- Fundo Monetário Internacional

PND- Política Nacional de Defesa
END- Estratégia Nacional de Defesa
PEC-G- Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
AEGLE- Academia Equato-Guineense da Língua Espanhola
RAE- Real Academia Espanhola
DLE- Dicionário da Língua Espanhola
UDEAC- União Aduaneira e Econômica da África Central
BEAC- Banco dos Estados da África Central
Franco CFA- Franco da Comunidade Financeira Africana
UA- União Africana
CEEAC- Comunidade Económica dos Estados da África Central
ICEF- Institutos Culturais de Expressão Francesa
UNGE- Universidade Nacional da Guiné Equatorial
AAUCA- Universidade Afro-Americana de África Central
IILP- Instituto Internacional da Língua Portuguesa
PALOP- Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
CAE- Centro de Análise Estratégica
CEDEAO- Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
UEMOA- União Económica e Monetária da África Ocidental
CEMGFA- Chefes de Estado-Membro-General das Forças Armadas
APLOP- Associação dos Portos de Língua Oficial Portuguesa
UPR- Avaliação Periódica Universal da Organização das Nações Unidas
CPDS- Convergência para a Democracia Social
ONGs- Organizações Não Governamentais
AI- Amnistia Internacional
ABC- Agência Brasileira de Cooperação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. CONTEXTO HISTÓRICO DA GUINÉ-EQUATORIAL	19
2.1 A colonização espanhola	19
2.2 A Independência da Guiné Equatorial	28
2.3 O Golpe de Estado Militar e os desafios democráticos atuais	35
2.4 A Carta de Akonibe entre autoritarismo constitucional e centralização do poder	38
3. DESAFIOS GEOPOLÍTICOS, POTENCIALIDADES ECONÔMICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	41
3.1 O Golfo da Guiné como posição estratégica na África Ocidental	41
3.2 Setor petrolífero e a sua centralidade na economia da Guiné Equatorial	49
3.3 Relações Bilaterais entre Guiné Equatorial e Brasil	57
4. O INGRESSO NA CPLP E A DIPLOMACIA LINGUÍSTICA	61
4.1 Influência das línguas espanhola e francesa no desenvolvimento nacional	61
4.1.1 Espanhol	61
4.1.2 Francês	67
4.2 Processo de adesão na CPLP e a língua portuguesa como ferramenta diplomática	72
4.2.2 Adesão da Guiné Equatorial na CPLP	76
4.2.23Português	81
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	89

1. INTRODUÇÃO

A Guiné Equatorial é um dos países particulares do continente africano, tanto pela sua trajetória política, econômica quanto pela sua formação linguística e cultural. Desde a sua independência da Espanha, que aconteceu em 12 de outubro do ano 1968. O país tem enfrentado profundas transformações internas, passando de um domínio colonial para um Estado soberano, marcado por governos autoritários e por uma economia que profundamente depende da exploração de recursos naturais, principalmente o petróleo e o gás natural.

O território está situado na parte centro-oeste da África, pertencente ao Golfo da Guiné, uma região geoestratégica privilegiada do continente. É considerado uma das áreas mais ricas em hidrocarbonetos do mundo, e, ao mesmo tempo, um dos mais debilitados enquanto à segurança marítima e estabilidade política regional.

O processo histórico do Estado guinéu-equatoriano reflete, de modo representativo, os desafios enfrentados por muitos países africanos no período pós-colonial. Porque o continente africano reúne os Estados mais recentes do mundo. Isso acontece porque a maioria só conquistou a independência de forma tardia, em três grandes ondas: nas décadas de 1950, 1960 e depois de 1975. Ademais, a colonização europeia na África só começou de fato na segunda metade do século XIX (M' Bokolo, 2011).

Antes disso, os reinos e formações políticas africanas não seguiam o modelo europeu de Estado, baseado em fronteiras fixas e soberania territorial modelo westfaliano, porém, no período pré-colonial, o poder político não estava rigidamente ligado à posse da terra. As autoridades não tinham fronteiras claramente definidas porque o centro de poder costumava ser uma cidade principal (geralmente a capital), e a autoridade se espalhava em círculos a partir dela (Owusu, 2010).

Nessas sociedades, a organização política se baseava principalmente em relações de lealdade, tradições e ancestralidade, e não em pertencer a um território delimitado. Como no Império Ashanti que constitui uma das experiências políticas mais significativas da história pré-colonial africana e uma referência fundamental para a compreensão do atual Estado de Gana (Lourenço, 2017).

De forma semelhante, no Reino do Congo, (Kongo dia Ntotila), localizado na região da atual República Democrática do Congo, República do Congo, norte de Angola e Gabão. Fundado provavelmente no final do século XIV, o reino consolidou-se como uma poderosa entidade política centralizada (Franz, 2012).

O Império Mali foi uma das formações políticas mais poderosas e sofisticadas da África pré-colonial, sucedendo o Império do Gana e antecedendo o Império Songhai. Localizado na região do atual Mali, Senegal, Guiné, Mauritânia e Burkina Faso, o império destacou-se pela sua organização política centralizada, prosperidade econômica e papel de destaque nas redes comerciais e diplomáticas do Sahel (Lenski, 1997).

Quando os colonizadores europeus dividiram o continente na Conferência de Berlim (1884-1885), ignoraram completamente essas estruturas políticas africanas e também as divisões étnicas já existentes. Assim, os Estados africanos modernos só surgiram muito mais tarde, seguindo o modelo europeu de Estado territorial, diferente da forma como a organização política funcionava no continente antes da colonização (Closs, 2015).

Iniciando desde o começo da construção do Estado na África, especialmente na região da África Ocidental, exige um olhar crítico que vá além dos paradigmas eurocêtricos clássicos de formação estatal, conforme aponta González (2018), após o fim do colonialismo, muitos países da África Subsaariana enfrentaram grandes desafios. Quando os países africanos conquistaram a independência, herdaram quase toda a estrutura administrativa deixada pelos colonizadores, mas essa transição foi feita de maneira rápida e desorganizada.

Esses Estados ainda não tinham as ferramentas necessárias para manter a própria soberania, pela falta de quadros técnicos qualificados para administrar, além de receberem uma máquina estatal que não havia sido criada para servir ao povo ou gerar bem-estar, mas sim para manter um governo autoritário e centralizado. Isso se devia pela forma como as independências foram concedidas muitas vezes de forma controlada e sem permitir uma preparação real para os candidatos que lutavam pela autonomia dos seus países (Roberto, 2015).

A independência não significou, necessariamente, liberdade real, pois as antigas potências coloniais continuam exercendo influência, agora por meio do chamado neocolonialismo. Esses Estados herdaram estruturas incapazes de controlar todo o território por dois elementos fundamentais, como já sabemos que para um Estado existir de fato, deve ter soberania que é a capacidade de controlar o território e legitimidade, ser aceito pela população. Os Estados africanos recém-independentes não tinham plenamente nenhum desses dois elementos (De Oliveira; Da Silveira, 2014).

Em termos de soberania, eram muito frágeis, não conseguiam administrar ou controlar todas as regiões do país. Desde a época colonial, as atividades econômicas e políticas ficaram concentradas em cidades costeiras, escolhidas pelos colonizadores sem levar em conta a realidade local. Essas cidades funcionavam como enclaves, conectadas ao comércio internacional, enquanto o interior do país ficava abandonado.

O continente também se viu envolvido na lógica da Guerra Fria, sendo palco de disputas indiretas entre os Estados Unidos e a União Soviética, o que acentuou divisões internas e dificultou o desenvolvimento autônomo (Spohr, 2013). Durante as décadas de 1970 e 1980, os novos Estados africanos começaram a apresentar sinais de fragilidade, os modelos econômicos implementados fracassaram em promover um crescimento sustentável, o que levou ao aumento da dívida externa e ao agravamento da crise socioeconômica, esse cenário acabou alimentando tensões políticas, golpes de Estado, e o aumento dos conflitos internos (De Oliveira; Da Silveira, 2014).

Depois das independências, muitos Estados africanos tiveram dificuldades de conquistar legitimidade. Nos primeiros anos, houve algum espaço para pluralismo político e partidos diversos, mas, a partir do final da década de 1960, começaram os conflitos armados e políticos que levaram ao que o historiador Elikia M'bokolo (2011) chama de “viragem autoritária” grande parte dos países passou a ser governada por partidos únicos.

Esses partidos, denominados por diversos autores como partidos-Estado-nação¹ constituíram um fenômeno político característico do período pós-independência africano. Surgidos, em grande parte, dos movimentos de libertação nacional, eles assumiram o papel de principais agentes na construção das novas identidades nacionais e na consolidação do poder político (Nwozor, 2018). A lógica subjacente a esses regimes era a de que o partido representava a nação, e, portanto, deveria controlar o Estado para garantir a unidade e o desenvolvimento. Dessa forma, o partido não apenas dirigia o Estado, mas se confundia com ele, tornando-se o próprio centro da autoridade política e social (Da Silva, 2012).

Em países como Guiné (Conacri), Moçambique e Angola, a fusão entre partido e Estado era tão profunda que não existia uma distinção clara entre ambos, o líder do partido era também o chefe de Estado, e a militância partidária se convertia em requisito de participação na vida pública (Dos Santos, 2023). Esse modelo político foi justificado como uma resposta aos desafios herdados do colonialismo, especialmente à fragilidade institucional, à diversidade étnica e linguística e ao risco de “balcanização” termo usado para descrever a fragmentação política e territorial do continente, em que cada grupo étnico ou região buscava formar o seu próprio Estado (Cantús, 2006).

Assim, líderes africanos como Kwame Nkrumah (Gana), Ahmed Sékou Touré (Guiné-Conacri), Patrice Lumumba (Congo) e Léopold Sédar Senghor (Senegal) defenderam a unidade

¹Partidos-Estado-Nação: refere-se à relação entre os partidos políticos, o Estado e a construção da nação, especialmente em contextos pós-coloniais ou autoritários, onde os partidos desempenham um papel central na formação e consolidação do poder estatal e na definição da identidade nacional (Nwozor, 2018).

africana como condição essencial para resistir ao neocolonialismo e consolidar o desenvolvimento econômico e social dos novos países independentes (Guerra; Wahbeh, 2024). Para eles, a criação de um Estado forte e centralizado era fundamental para preservar a soberania nacional e impedir a ingerência estrangeira. No entanto, na prática, a consolidação dos partidos-Estado-nação resultou em autoritarismo, personalização do poder e eliminação da oposição política, comprometendo o pluralismo e o fortalecimento da democracia no continente africano (Da Silva, 2012).

Segundo o autor González, 2018, a Organização União Africana, criada em 1963, decidiu manter as fronteiras coloniais para evitar uma onda de guerras separatistas, embora movimentos de secessão ainda existam em regiões como Casamança (Senegal) e o norte de Mali. Dessa forma a teoria dos “Estados fracos” torna-se relevante, ao considerar a ausência de legitimidade do poder estatal, a baixa institucionalização e a fragilidade na relação entre Estado e sociedade civil.

O maior problema do sistema de partido único em muitos Estados africanos não foi apenas a ausência de democracia liberal, mas sim a consolidação de um modelo conhecido como Estado neo-patrimonialista. De acordo com Chabal e Daloz (1999), esse tipo de Estado apresenta uma lógica política em que a fronteira entre o que é público (do Estado) e o que é privado (dos governantes) se mistura. Aliás, os regionalismos (grupos étnicos, culturais ou territoriais que rejeitavam o poder central) dificultaram ainda mais a formação de nações unificadas.

Casos marcantes ocorreram na Nigéria, no Sudão e na República Democrática do Congo, muitas vezes, potências estrangeiras estimularam esses separatismos para enfraquecer grandes países africanos. Com tudo isso, muitos Estados africanos surgiram como quase-Estados eram reconhecidos internacionalmente, mas careciam de soberania plena e legitimidade interna (Clapham, 1996).

Os novos líderes africanos herdaram, no momento da independência, um aparato estatal formalmente organizado, mas que, na prática, carecia de enraizamento social e de capacidade de exercício efetivo de poder. Esses dirigentes se depararam com três grandes desafios estruturais: a legitimidade frágil da população, altas expectativas sociais após a independência e a vulnerabilidade externa, já que dependiam de apoio internacional (Owusu, 2010). Esse conjunto de fatores fez com que o Estado africano pós-independência surgisse, desde sua formação, com vulnerabilidades estruturais.

As políticas neoliberais e Programas de Ajuste Estrutural promovidos por instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial,

exigiram cortes orçamentários, privatizações e retração do papel do Estado. Por essa razão gravaram as desigualdades sociais, enfraqueceram as capacidades estatais e limitou as margens de autonomia das economias africanas, que passaram a ser mais vulneráveis às oscilações do mercado global, sobretudo na África Ocidental (Clapham, 1996).

A partir dessa conjuntura, esse trabalho tem como objetivo geral analisar os principais desafios geopolíticos, as potencialidades econômicas e institucionais enfrentados pela Guiné-Equatorial desde a sua independência, em 1968, até no ano 2024. Com ênfase nas estratégias adotadas para fortalecer sua inserção internacional, culminando no ingresso na CPLP em 2014, buscando compreender as motivações, os impactos e as implicações desse movimento no contexto regional e internacional.

Tem como hipótese a entrada do país na CPLP e a escolha de adotar o português como língua oficial, faz parte de uma estratégia do governo equato-guineense para melhorar sua posição no mundo. A intenção seria diversificar os parceiros internacionais, ganhar mais respeito e legitimidade entre os países africanos e globais, e abrir novas possibilidades de cooperação com os países lusófonos. Não obstante, essa estratégia encontra obstáculos dentro do próprio país, como a falta de democracia, problemas com os direitos humanos e dificuldades para tornar o multilinguismo uma realidade prática.

A metodologia utilizada combina diferentes procedimentos que possibilitam uma análise ampla e aprofundada do tema. Em primeiro lugar, será feito um levantamento bibliográfico, com a seleção de livros, artigos científicos, teses e dissertações que abordam questões relacionadas à história política da Guiné Equatorial, sua integração regional e seu desenvolvimento econômico. Ademais, serão consultadas fontes primárias, como tratados, acordos internacionais, documentos oficiais da CPLP e relatórios de organizações multilaterais. Esses materiais contribuirão para uma visão mais concreta e documentada das decisões e estratégias adotadas pelo país ao longo do tempo.

A análise será organizada de maneira cronológica, respeitando o período estabelecido (1968–2024), o que permitirá observar as transformações e permanências nas estratégias geopolíticas e nos rumos econômicos da Guiné Equatorial. Dentro desse panorama, será realizado um estudo de caso específico sobre o ingresso do país na CPLP. Esse estudo buscará compreender os fatores que motivaram essa decisão, destacando os interesses políticos, econômicos e diplomáticos envolvidos no processo.

Da mesma forma, examina-se o papel das elites políticas locais na manutenção de relações de dependência com potências estrangeiras com o Brasil, bem como as limitações

enfrentadas pelas políticas nacionalistas em promover inclusão social, valorização da cultura do país e ampliação do acesso à educação. Em vista disso, a análise da trajetória da Guiné Equatorial vai contribuir para uma compreensão mais ampla dos dilemas enfrentados pelos Estados africanos pós-coloniais em sua busca por desenvolvimento, soberania e reconhecimento internacional.

O primeiro capítulo apresenta a formação histórica e geográfica da Guiné Equatorial, desde o período colonial até a atualidade. Embora seja um dos menores países da África, possui grande complexidade política e cultural. Localizada na costa oeste do continente, divide-se entre o território continental (Rio Muni) e a porção insular, que inclui Bioko, Ano-Bom e os ilhéus de Corisco e Elobey. A capital, Malabo, situa-se em Bioko, onde a descoberta de petróleo, na década de 1990, transformou o país em um dos maiores produtores da África Subsaariana. Desde 1979, o país é governado por Teodoro Obiang Nguema, e sua população é composta por diversas etnias, com predominância Fang. As principais línguas locais incluem fang, bubi e ndowé.

O segundo capítulo examina a importância estratégica do Golfo da Guiné, marcado por disputas geopolíticas, pirataria, tráfico ilícito e pesca ilegal, o que exige cooperação regional e mecanismos de segurança marítima. Analisa também a economia do petróleo, cuja centralidade molda as políticas internas e externas e gera dependência estrutural. O capítulo discute ainda a gestão estatal dos recursos energéticos após as independências africanas e o papel da região como principal fornecedora de petróleo para países como Portugal. Paralelamente, aborda-se o fortalecimento das relações diplomáticas com o Brasil, ampliadas a partir dos anos 2000 e reforçadas pela aproximação ao espaço lusófono.

Por fim, o terceiro capítulo analisa as motivações e implicações da adesão da Guiné Equatorial à CPLP, discutindo seus objetivos, estatutos e estrutura organizacional. Explora como as línguas funcionam como instrumentos de poder, identidade e projeção internacional: o espanhol, herança colonial e base administrativa; o francês, adotado em 1998 para facilitar a integração regional na CEMAC e na OIF; e o português, oficializado em 2010 e consolidado com a entrada na CPLP em 2014, marcando uma virada na política externa. Mostra-se que o plurilinguismo do país não é apenas expressão cultural, mas uma estratégia diplomática voltada à diversificação de alianças e à melhoria de sua imagem internacional.

2. CONTEXTO HISTÓRICO DA GUINÉ-EQUATORIAL

2.1 A colonização espanhola

A presença da Espanha no continente africano começou por volta de 1497, com objetivos claramente colonizadores. Os espanhóis entraram na África pelo Norte, inicialmente através do território que hoje corresponde ao Marrocos. Com o tempo, ampliaram seu domínio para regiões como Melilha, o arquipélago das Ilhas Canárias, parte do Saara Ocidental (na época chamado de Saara Espanhol) e algumas ilhas no Golfo da Guiné (Santos, 2024).

A Guiné Equatorial localiza-se na porção ocidental do continente africano, predominantemente na área do Golfo da Guiné, o país é territorialmente dividido em duas grandes regiões: uma continental e outra insular. A Região Continental é formada por quatro províncias administrativas (Da Silva; Matos, 2023).

Figura 1: Mapa Geográfica de Guiné Equatorial



Fonte: elaborado pelo autor Proyecto Viajero (2024)

A província de Litoral, cuja capital é Bata (segunda cidade mais importante do país), inclui os distritos de Bata, Mbini e Kogo, além das ilhas de Elobey Grande, Elobey Chico, Corisco e ilhotas vizinhas. A província de Centro-Sur, com capital em Evinayong, compreende os distritos de Akurenam, Evinayong e Niefang. Já a província de Wele-Nzas tem como capital Mongomo e abrange os distritos de Mongomo, Añisok, Akonibe, além da subdivisão Kié-Ntem, que inclui Ebebiyin, Micomeseng e Nsoc-Nsomo (Ncony, 2009).

A Região Insular é composta por três províncias. Duas localizam-se na ilha de Bioko: Bioko Norte, cuja capital é Malabo (também capital nacional), e Bioko Sul, com capital em Luba. A província de Annobón, situada em uma ilha oceânica, com capital em Palé, sendo esta a única localidade da província e da província de Djibloho com capital Ciudad de La Paz (anteriormente chamada Oyala) e foi oficialmente criada em 2017 (Nsí-Owono, 2014).

A configuração territorial atual do país é herança direta da colonização europeia, especialmente do domínio espanhol, que deixou marcas profundas no tecido político, cultural

e linguístico do Estado equato-guineense contemporâneo (Da Silva Matos; Santos, 2023). Antes da chegada dos europeus, a região era habitada por diversos grupos étnicos ou povos originários africanos, entre os quais se destacam os fang, bubi, ndowé, bisiôs e pigmeus, foi somente com a chegada dos colonizadores e o processo de miscigenação que surgiram novos grupos como os crioulos ou fernandinos e os annobonenses, cada qual com estruturas sociais e linguísticas próprias.

Figura 2: Mapa detalhado com divisões administrativas e a bandeira de Guiné Equatorial



Fonte: elaborado pelo autor Equatorial Guinea (2024)

A costa do que hoje é a Guiné Equatorial foi explorada inicialmente por navegadores portugueses, que foram os primeiros europeus a chegarem à ilha de Fernando Poo em 1472, dando-lhe inicialmente o nome de Ilha Formosa. Eles passaram a utilizar o local como entreposto comercial, especialmente no tráfico de escravizados.

Em 1492, os espanhóis, com o mesmo objetivo as Índias, realizam uma façanha ao descobrir o “novo mundo” (a América), embora não fosse as Índias que procuravam. Dedicam-se à sua exploração e colonização por causa de suas riquezas. O continente africano volta a ser um porto de escala e descanso durante as múltiplas e longas viagens dos colonizadores espanhóis à América. A parte da África que estudamos foi descoberta pelos portugueses em 1471 e 1472. Anos mais tarde, Portugal a concede à Espanha por pressões diplomático-militares (Palé, 2019, p. 163, tradução nossa).

Durante o século XVIII, Portugal e Espanha estavam engajados em uma série de tratados diplomáticos visando resolver disputas coloniais que se arrastavam desde os tempos do Tratado de Tordesilhas 1494. Esse tratado original já não refletia a realidade territorial do século XVIII, especialmente devido à expansão portuguesa além da linha demarcada em Tordesilhas e aos conflitos constantes nas fronteiras coloniais (Castiella, 1968).

Além disso, o contexto europeu de reformas ilustradas e o declínio do sistema colonial mercantilista tradicional influenciavam as relações internacionais, ambas as coroas ibéricas, buscaram atualizar suas esferas de influência coloniais e evitar guerras custosas através de acordos diplomáticos (Cervera, 2017).

Entretanto, o Tratado de San Ildefonso que foi assinado em 1º de outubro de 1777 no Palácio Real de San Ildefonso, e o Tratado de El Pardo, assinado em 24 de março de 1778, um acordo diplomático celebrado entre o Reino de Portugal e o Reino da Espanha, no Palácio de El Pardo, nas proximidades de Madri (Nsí-Owono, 2014). Com o objetivo de resolver antigas disputas territoriais entre Portugal e Espanha na América do Sul, especialmente na região do Prata e no sul do Brasil, no qual a Espanha cedeu a Portugal alguns territórios na América do Sul como a Colônia do Sacramento e a Ilha de Santa Catarina, em troca, recebe direitos sobre os territórios das ilhas de Fernando Póo (atual Bioko), Annobón, Corisco e uma faixa do continente africano na região do Golfo da Guiné (o que mais tarde daria origem à Guiné-Equatorial), que até então eram consideradas parte do império colonial português (Chillida, 2023).

Pelo Tratado de San Ildefonso, foi permitido aos espanhóis tanto negociar com os comerciantes portugueses na costa africana, desde o Cabo Formoso até os portos do rio Gabão, como também buscar abastecimento e abrigo em São Tomé e Príncipe. A intenção da Espanha era entrar no lucrativo negócio do tráfico de escravos, e ficava claro que a possibilidade aberta pelo tratado era de considerável valor, pois, finalmente, a Espanha não apenas conseguia um assentamento africano para se beneficiar do controverso comércio de escravos, mas também se resguardava perante as nações europeias quanto à livre navegação de seus navios pelo Ocidente:

Em 1778, o Tratado de El Pardo, que ratifica o de San Ildefonso, permite à Espanha adquirir os direitos sobre esses territórios anteriormente pertencentes a Portugal. Mas, exceto pelo uso como base de abastecimento de escravos para as colônias americanas, a coroa espanhola nunca pensou em transformar esses territórios, que considerava pobres, em colônias. Assim, após a apropriação teórica desses territórios, a Espanha não os ocupa efetivamente. Ela os deixa momentaneamente nas mãos dos britânicos depois das primeiras tentativas fracassadas de ocupação (Palé, 2019, p. 163, tradução nossa).

É importante destacar que, antes mesmo do tratado, já existem relatos indicando que os espanhóis frequentavam a ilha, apesar da existência do Tratado de Toledo de 1480. Esse tratado havia encerrado a rivalidade entre Espanha e Portugal quanto à exploração comercial na África, estabelecendo que o continente africano ficaria sob domínio português, enquanto as Ilhas Canárias e as terras a oeste, ainda por descobrir, seriam destinadas à Espanha. Mesmo assim, os espanhóis continuaram a visitar a ilha e a realizar comércio com populações próximas à Baía de San Carlos, atualmente chamada Luba. Isso acontecia, em parte, porque era difícil para os portugueses perceberem essas atividades, devido às comunicações precárias da época (Vázquez, 2018).

Após a assinatura do tratado, coube ao governador de Montevidéu a responsabilidade de organizar uma expedição militar destinada a tomar posse e iniciar a colonização dos novos territórios atribuídos à Coroa Espanhola. Em 17 de abril de 1778, partiu a primeira expedição oficial, composta pela fragata de guerra Catalina e por dois navios auxiliares. Esses embarques transportavam armamentos, mantimentos e tropas sob o comando do brigadeiro Conde de Argelejos, tendo como subcomandante o tenente-coronel de artilharia Joaquín Primo de Ribera (Ortega-del-Cerro, 2020).

Essa expedição fazia parte de uma estratégia mais ampla da monarquia espanhola, que visava implementar o tratado o mais rapidamente possível. Os preparativos foram conduzidos em total sigilo, e havia uma expectativa de que a operação fosse breve e eficaz. Contudo, logo ao chegarem ao Cabo López região correspondente atualmente à Ilha de São Tomé os expedicionários enfrentaram um primeiro obstáculo: a necessidade de aguardar a chegada do comissário Frei Luís Cayetano de Castro, incumbido de realizar a entrega formal das ilhas de Fernando Póo (atual Bioko) e Annobón (Cervera, 2017).

Ao chegar à ilha de Bioko, a expectativa espanhola era encontrar alguma infraestrutura deixada por Portugal que pudesse facilitar o processo de ocupação, no entanto, essa expectativa não se concretizou. A região era coberta por uma vegetação densa, o que dificultava a instalação de um assentamento, especialmente considerando o número limitado de homens disponíveis (Vilar 1970).

Diante desse cenário adverso, os espanhóis decidiram seguir para a ilha de Annobón, onde os portugueses haviam prometido melhores condições para o desembarque. Entretanto, a tentativa de ocupação também não obteve êxito porque os habitantes locais supostamente descendentes de populações angolanas trazidas como escravizados por Gabão, rejeitaram a presença espanhola. Temendo uma nova forma de dominação colonial é possível a escravização porque os habitantes ofereceram resistência à entrada dos espanhóis (Álvarez-Chillida; Nerín, 2018).

Ao contrário dos bubis de Bioko, os annoboneses já haviam experimentado uma tentativa anterior de colonização por parte dos portugueses, a qual foi interrompida devido à incidência de doenças como o paludismo. A experiência anterior pode ter contribuído para a rejeição à nova tentativa de dominação, e, novamente, a Espanha não conseguiu estabelecer assentamentos nem relações duradouras com os habitantes, evitando assim confrontos diretos:

São várias ainda que nos limitamos a enumerar apenas algumas as causas desse primeiro fracasso espanhol na Guiné: junto ao complicado sistema hierárquico, com um comando na prática tricéfalo (o brigadeiro Conde de Argelejo, o tenente-coronel D. Joaquín Primo de Rivera e o capitão de fragata D. José de Varela Ulloa, algo de

que o primeiro se queixaria em despacho ao ministro das Índias, D. José de Gálvez, marquês de Sonora), observa-se a atitude das autoridades portuguesas na Guiné, relutantes em entregar à Espanha os novos territórios; a tudo isso somou-se a falta de informação sobre as condições existentes nas ilhas guineenses, a indisciplina das tropas expedicionárias, nas quais ocorreram motins; a quase inexistente prevenção sanitária e a hostilidade dos nativos (Ndongo-Bidyogo, 1984, p. 457-458; tradução nossa).

É importante ressaltar que, no mesmo ano em que a expedição espanhola chegou ao Golfo da Guiné (1778), começaram os primeiros debates no Parlamento britânico sobre a abolição do tráfico transatlântico de escravizados. Ainda que esse processo só se consolidasse nas décadas seguintes, ele já anunciava transformações nas dinâmicas internacionais que colocariam em xeque os interesses coloniais espanhóis na região (Cervera, 2017).

De maneira paradoxal, seriam os próprios britânicos que, posteriormente, ocuparam a ilha de Bioko, valendo-se do discurso abolicionista como justificativa política e moral para sua presença e controle estratégico sobre o território.

Segundo se depreende dos longos relatos do capelão da embarcação *Santiago*, o já mencionado Frei Manuel González de Ramos, cujo manuscrito chegou até nós graças à busca realizada também por um sacerdote e um dos primeiros missionários espanhóis na Guiné, D. Miguel Martínez Sanz, essa embarcação canária chegou a Fernando Poo, onde só pôde recolher “os tristes resíduos” da “mais desastrosa expedição”, levando os sobreviventes para a ilha de São Tomé, onde, no ano seguinte, travaria uma batalha contra navios britânicos na noite de 23 de setembro de 1781 (Ndongo-Bidyogo, 1984, p. 459; tradução nossa).

De acordo com registros históricos, após a falha da primeira expedição espanhola entre 1777 e 1778, a ilha de Fernando Póo ficou praticamente abandonada, ficando sob o controle dos habitantes nativos. Essa situação abriu espaço para que a Inglaterra mostrasse interesse na ilha. Antes mesmo de se estabelecerem, os navios ingleses já visitavam a ilha e mantinham contato comercial com os originários, o que indicava que as trocas comerciais seriam promissoras. É considerável destacar que os próprios moradores locais disputavam entre si para realizar essas trocas com os ingleses (Vázquez, 2018).

As primeiras expedições inglesas registradas na região aconteceram em 1783, seguidas por outras em 1819, 1821 e 1825, conduzidas por oficiais como o Comodoro Bulevar, o capitão Robertson e o capitão Kelly. Em setembro de 1825, os ingleses tentaram negociar com Portugal para se estabelecerem na ilha, mas foram informados que a posse pertencia à Espanha, que então enviou o caso para Madri (Chillida, 2023).

Em Madri, a Inglaterra solicitou permissão para instalar um tribunal misto para combater o tráfico de escravos na ilha. Essa proposta foi vista com certo desconforto pela Espanha, pois já existia um tribunal semelhante em um de seus territórios americanos, e a criação de outro em Bioko, onde a Espanha não teria controle total, poderia enfraquecer sua

autoridade. Após negociações, os ingleses finalmente se instalaram em Bioko em 1827, fundando a cidade de Clarence City no dia 25 de dezembro daquele ano (Álvarez-Chillida; Nerín 2018).

A ocupação britânica da ilha de Bioko no início do século XIX teve início com o capitão William Fitzwilliam Owen, incumbido pela Coroa britânica de fundar e organizar o Tribunal na ilha. Owen fundou a cidade de Clarence City, desenhando-a com ruas retilíneas que conectam o litoral à montanha, e distribuiu lotes de terra a funcionários e trabalhadores para fixação. A organização laboral seguiu um sistema de jornada dupla (das 06h às 11h e das 13h às 17h), com momentos reservados ao lazer e os trabalhadores, ainda desarmados, foram treinados à maneira militar e durante seu governo, inaugurou-se o primeiro hospital da região:

Desde 1783, após a partida da expedição de Argelejo, a Inglaterra vinha demonstrando um interesse incomum pela ocupação de Fernando Póo, que acabaria sendo concretizada pelo capitão Owen em 1827, com a fundação de Port-Clarence, que futuramente se tornaria Santa Isabel e atualmente é Malabo. Em 1831, o governo britânico ofereceu ao governo espanhol a troca de Fernando Póo pela ilha de Vieques, próxima a Porto Rico e também ocupada ilegalmente pela Inglaterra. A proposta não foi aceita por Madri, apesar do que o Almanaque Real britânico ainda incluía, em 1856, Fernando Póo entre as possessões britânicas (Ndongo-Bidyogo, 1984, p. 461; tradução nossa).

Owen buscou estabelecer relações com os bubis, população nativa da ilha, mas enfrentou resistência, especialmente diante da tentativa de expansão de Clarence City e da disputa por terras com os fernandinos. Tal diversidade marcou o início de uma sociedade multicultural na ilha, ainda hoje ameaçada de extinção, contudo, a era Owen foi breve, com duração aproximada de um ano, encerrando-se com sua renúncia, sendo sucedido por Edward Nicolls (Vaz, 2013).

Ao assumir o cargo em 1829, Edward Nicolls propôs um modelo pedagógico de administração, em contraste com os interesses econômicos da metrópole britânica, que esperava retorno financeiro pela campanha contra a escravidão. Nicolls acreditava na reeducação dos africanos libertos como forma de aproveitamento social, instituiu a cessão de terras aos fernandinos em posse perpétua, com vestuário e ferramentas mínimas, exigindo deles trabalho autossustentado. Paralelamente, implementou um sistema de educação básica diária, incluindo leitura, escrita e aritmética, seguido de aprendizado de ofícios (Cervera, 2017).

Seu sucessor, John Beecroft, consolidou a presença britânica ao transformar Clarence em uma base comercial ligada à Companhia Dillon, mantendo o controle local mesmo após a retirada oficial britânica em 1832, nomeado governador em 1833, Beecroft ampliou sua influência para além da ilha até sua morte em 1854:

Sem que possamos nos deter nos detalhes, basta dizer que, a partir da década de 1830 até 1858, Fernando Póo se transformou na plataforma britânica de exploração e

conquista da costa africana, havendo inclusive uma tentativa de venda da ilha ao Reino Unido por 60.000 libras (1.500.000 pesetas), proposta ao Senado pelo ministro de Estado, D. Antonio González, em 9 de julho de 1841. Assim, o comissário régio Lerena teve que nomear um britânico, John Beecroft, como governador de Fernando Póo, pois não havia um único súdito espanhol na ilha após 65 anos de soberania espanhola (Ndongo-Bidyogo, 1984, p. 461, tradução nossa).

A transição para o domínio espanhol começou efetivamente em 1858, com o comandante Carlos Chacón, que assumiu seu cargo em 26 de Maio do presente ano e liderou a primeira tentativa da Espanha de transformar o Golfo da Guiné em uma colônia, aproveitando o momento de crescimento econômico da chamada “década opulenta” e mudando o nome de Clarence City para Santa Isabel (atual Malabo).

Essa iniciativa incluiu a criação de normas legais (como o Estatuto Orgânico), o censo da capital Santa Isabel e medidas para incentivar a colonização (Abad, 2023). No entanto, esse projeto fracassou por vários motivos: o aumento do interesse da França e do Reino Unido na África, o enfraquecimento da Espanha após a independência de suas colônias americanas e a tentativa mal planejada de replicar na África o modelo de colônias de povoamento usado na América, sem considerar as diferenças do território e da população local (Ndongo-Bidyogo, 1984).

Como resultado, muitos dos colonizadores morreram pouco depois da chegada e os sobreviventes precisaram voltar à Espanha:

A historiografia colonial espanhola e o nacionalismo guineense costumam estabelecer o início da colonização hispânica da Guiné em 1778, com a fracassada expedição militar do brigadeiro conde de Argelejo às ilhas de Fernando Poo (Bioko) e Annobón. No entanto, na realidade, a colonização efetiva começou após o primeiro assentamento britânico em 1827, com a chegada, em 1858, do primeiro governador espanhol, o capitão de fragata Carlos Chacón, e progrediu de forma muito lenta, sendo concluída apenas em 1927 (Álvarez-Chidilla, 2018, p. 13; tradução nossa).

Como a maior parte dos recursos vinham de Cuba, que também passava por dificuldades, a Espanha acabou dependendo de particulares, aos quais concedia terras na esperança de que ajudassem no desenvolvimento da colônia, essa estratégia também fracassou (Vázquez, 2018). Depois disso, a Espanha tentou um modelo mais simples e barato, baseado em controle militar. As missões religiosas passaram a representar o governo espanhol em regiões como Annobón e Corisco e em 1862, chegou um novo governador com uma proposta um pouco mais equilibrada, buscou uma estratégia mais sustentável, apoiando os jesuítas na catequização dos bubis construindo igrejas, escolas e prédios públicos com a ajuda dos missionários:

Em Havana formou-se um grupo de homens que se interessou enormemente pelo assunto e se mantinha regularmente informado sobre tudo o que ocorria.

Surpreendentemente, e demonstrando a ampla e fluida comunicação e circulação de informações em grande escala, nesse mesmo ano esse grupo de homens majoritariamente proprietários de engenhos decidiu, por meio do conselho de Havana, enviar embarcações para comprar escravos diretamente, tão importantes para "o fomento da agricultura, da população e do comércio desta ilha". A ideia deles era a criação de uma empresa específica que se dedicasse ao comércio de escravos diretamente com Cuba, ou passando por Cádiz. Mas Fernando Poo e Annobón não apenas poderiam se tornar um atrativo enclave para o comércio de negros, como também uma base comercial em sentido amplo, que atuasse como centro de redistribuição de diversas mercadorias (Ortega-Del-Cerro, 2020, p. 373; tradução nossa).

Apesar dessas mudanças, os problemas continuaram: falta de recursos e investimentos, troca constante de governadores, saída dos jesuítas e ausência de apoio real por parte do governo. Como os gastos com a marinha eram altos, passou-se a discutir uma administração mais civil, com conselhos locais, mesmo assim, o controle militar ainda predominava por causa da crise financeira. Em 1880, a Espanha retomou o governo militar, mas com algumas novidades, como a criação de conselhos de moradores, um juiz local e o reconhecimento (limitado) de direitos para nativos e estrangeiros (De Araujo, 2024).

A terceira expedição espanhola, liderada por D. Adolfo Guillemar de Aragón como comissário régio, saiu de Cádiz no dia 28 de julho de 1845, a bordo da corveta Vênus. Essa expedição, que acabou substituindo outra planejada por Lerena mas que não chegou a acontecer, teve grande importância histórica. Ela serviu para reforçar o controle político da Espanha sobre os territórios de Fernando Póo, Corisco, Elobeyes e Annobón (Vaz, 2013). Além disso, conseguiu expulsar os missionários protestantes que atuavam nessas regiões, transferir as possessões da Guiné para a autoridade religiosa da Igreja espanhola, porque antes elas estavam sob a responsabilidade da Igreja de Portugal e adaptar os nomes geográficos de Fernando Póo à língua espanhola, ou seja, dar nomes em castelhano aos lugares da ilha, como San Carlos (Luba), San Antonio de Palé (Annobón) (Ndongo-Bidyogo, 1984).

Em 1914, para suprir a escassez de mão de obra, a Espanha firmou um acordo com a Libéria, trazendo cerca de 15 mil trabalhadores, cuja situação de trabalho foi denunciada como análoga à escravidão, levando à revogação do contrato em 1930. Durante a Primeira Guerra Mundial, a fraca presença militar espanhola forçou o envio de tropas para lidar com soldados alemães refugiados na região, que permaneceram ali até o fim do conflito e a Espanha se manteve no território durante dois séculos:

Ao contrário de outras potências europeias, a Espanha não dispunha da riqueza nem do interesse necessários para desenvolver uma infraestrutura econômica significativa durante a primeira metade do século XX. No entanto, a Espanha desenvolveu grandes plantações de cacau na ilha de Bioko, utilizando milhares de trabalhadores recrutados da vizinha Nigéria. A sublevação de 18 de julho de 1936 não teve repercussão imediata na Guiné Espanhola, pois os revoltosos não haviam se preocupado em

organizar o movimento nessas terras, que, por isso, permaneceram leais à República. Somente em setembro daquele ano é que a sublevação teve êxito na ilha de Fernando Poo, e, em outubro, com a chegada de tropas provenientes das Canárias, a parte continental também passou a ficar sob controle do lado nacionalista (Vázquez, 2018, p. 114; tradução nossa).

Até 1959, as ilhas de Bioko, Annobón e Corisco, juntamente com a parte continental chamada Río Muni, formavam o território conhecido como Guiné Espanhola. Após a Segunda Guerra Mundial, surgiu um movimento global em favor da independência das colônias europeias, como consequência desse cenário, em 21 de agosto de 1956, a Espanha reorganizou seus territórios na África, criando a Província do Golfo da Guiné, que incluía todas essas regiões (Burgoa Muñoz, 2014).

No presente ano, esses territórios receberam o novo status de Províncias Espanholas Ultramarinas, o que os colocava no mesmo nível administrativo das demais províncias da Espanha. Por meio da lei de 30 de julho de 1959, a região passou a ser chamada oficialmente de Região Equatorial Espanhola, dividida em duas províncias: Fernando Poo (ilha de Bioko) e Río Muni (parte continental) e a administração ficou sob responsabilidade de um governador-geral, que concentrava os poderes civis e militares (Nsí Owono-Nkono, 2014).

2.2 A Independência da Guiné Equatorial

Durante os anos 1960, o processo de descolonização da África avançava rapidamente, e apenas alguns territórios permaneceram sob domínio europeu, entre eles a Guiné Equatorial, então colônia espanhola. A Espanha, sob a ditadura de Francisco Franco, se encontrava em atraso em relação a essa tendência histórica, enfrentando o dilema entre manter o controle colonial ou ceder às crescentes pressões internacionais (Ncony, 2009).

O nacionalismo guineense, embora frágil e fragmentado, começava a se articular tanto no interior quanto no exílio. Três partidos principais se destacaram: o IPGE, cujo principal líder foi Enrique Nvó Okenve e o (MONALIGE) liderado por Acacio Mañé Ela, que foi um dos fundadores da CNLGE, que passou a se chamar Movimento Nacional de Libertação da Guiné Equatorial com um perfil mais à esquerda e anticolonialista, e o MUNGE, fundado por Bonifacio Ondó Edú, mais conservador e disposto a dialogar com o poder colonial (Jiménez, 2017).

Esses grupos começaram a apresentar suas demandas em fóruns internacionais, como a ONU e a OUA, pressionando por autonomia e independência. Em resposta, o regime franquista passou a tolerar parcialmente suas atividades, especialmente após o plebiscito de 1963 que estabeleceu um regime autônomo (Da-Silva Matos, 2023):

Sendo prefeito de San Carlos, na ilha de Fernando Póo, hoje Bioco, província da Guiné Equatorial Espanhola, hoje República da Guiné Equatorial, já começou a surgir certo movimento de “libertação” para alcançar a independência, ideia que não era compartilhada por todas as etnias. Assim, por exemplo, os nativos de Fernando Póo já opinavam que deveriam conquistá-la em condições diferentes das do continente, Río Muni. Em 1962, o almirante Carrero Blanco, presidente do governo espanhol, realizou uma visita. Apesar dos relatórios apresentados pelos governadores indicarem que “os nativos se sentiam e pensavam como espanhóis”, durante uma das homenagens prestadas a ele, foi entregue um documento expressando uma opinião contrária. Esse fato motivou o governo espanhol a criar uma comissão composta por representantes das diferentes etnias, inclusive a branca, da qual eu fiz parte. Essa comissão foi enviada a Madri e, ao longo de alguns dias, foi possível publicar as bases para a autonomia. As palavras de despedida de Carrero Blanco foram: “Voltem às suas aldeias e incentivem a aprovação dessas bases por meio de referendo; caso contrário, será concedida a independência sem mais ajuda” (Morote, 2018, p. 81; tradução nossa).

Devido à pressão desses movimentos, o governo espanhol realizou, em 15 de dezembro de 1963, um referendo entre os habitantes das duas províncias guineenses. O objetivo era aprovar um projeto de Bases de Autonomia para a região, o que acabou sendo aceito por ampla maioria da população, como resultado, a região passou a ter autonomia e foi oficialmente chamada de Guiné Equatorial (Vázquez, 2018).

Foram criados órgãos próprios para sua administração, como uma Assembleia Geral e um Comissário Geral, além de estruturas específicas para cada província. O Comissário Geral, que era nomeado diretamente pelo governo da Espanha (em Madri), tinha muito poder, especialmente nas áreas civil e militar, já que era responsável pelas tropas espanholas e locais. A Assembleia Geral, composta por representantes eleitos pelos guineenses, podia propor leis para a região, mas essas leis só tinham validade depois de aprovadas pelo governo central espanhol (Ncony, 2009).

O processo de descolonização impulsionado pela ONU desde os anos 1950 fez com que, em novembro de 1965, a IV Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas aprovasse uma proposta, exigindo que a Espanha definisse o quanto antes uma data para a independência da Guiné Equatorial (Deutsch, 2018). Atendendo a essa pressão, em dezembro de 1966 o governo espanhol decidiu organizar uma Conferência Constitucional para discutir o futuro da Guiné. Essa conferência começou em outubro de 1967, com a liderança do então Ministro de Assuntos Exteriores da Espanha, Fernando María Castiella y Maiz, a delegação guineense foi chefiada por Fernando Ngomo (Nsí Owono-Nkono, 2014).

Após ingressar nas Nações Unidas em 1955, a pressão descolonizadora dessa organização levou o governo espanhol a transformar a colônia da Guiné nas duas “províncias africanas” de Fernando Poo e Río Muni, em 1959. Embora a estrutura da administração colonial tenha sido mantida, a reforma significou a igualdade jurídica formal dos chamados “indígenas” e o acesso destes a cargos públicos locais e provinciais. A intensificação da pressão da ONU, juntamente com a dos partidos

nacionalistas, levou à aprovação, em 1963, de um regime autonômico, referendado pela população do território em dezembro daquele ano, que estabelecia um Conselho de Governo e uma Assembleia, ainda que sob a supervisão do antigo Governo-Geral, denominado desde então Comissariado-Geral. A ONU e os nacionalistas entenderam isso como um breve passo rumo à independência, que o governo de Franco acabou aceitando ao convocar, para 1967, uma Conferência Constitucional encarregada de elaborar a constituição do novo Estado independente (Chillida, 2022, p. 202-203; tradução nossa).

Durante esse procedimento de transição para a independência, quatro candidatos disputaram a presidência: Bonifacio Ondó, apoiado por Carrero Blanco e então presidente do Conselho de Governo Autônomo; Atanasio Ndongo, respaldado por Castiella, ministro espanhol dos Assuntos Exteriores; Edmundo Bosío, que contava com o apoio de um setor significativo da etnia bubi UB e Francisco Macías, que se destacava pelo seu carisma e por sua postura crítica em relação à presença espanhola no território (Morote, 2018).

As primeiras eleições presidenciais aconteceram em 22 de setembro de 1968, nenhum dos candidatos obteve maioria absoluta no primeiro turno, mas na segunda rodada, o pleito se concentrou entre Bonifacio Ondó e Francisco Macías. Este último acabou vitorioso graças ao apoio estratégico dos eleitores de Ndongo e Bosío, que, mesmo divergindo ideologicamente, aliaram-se a Macías por interesses políticos, por conseguinte, Ndongo foi recompensado com o cargo de ministro dos Assuntos Exteriores no novo governo, e Bosío tornou-se vice-presidente desse mesmo governo (Deutsch, 2018).

Tabela 1: Eleições presidenciais de 1968

Eleições presidenciais de 1968	
Primeiro turno	Candidatos e resultados
Censo eleitoral: 125.253	—
Votos nulos: 36.716	Macías Nguema (Grupo Macías): 31.941 votos (40,1%)
Votos nulos: 36.716	Ondó Edu (MUNGE): 18.232 votos (34,8%)
Votos válidos: 54.948	Atanasio Ndongo Miyone (MONALIGE): 4.795 votos (19,9%)
	Edmundo Bosío Dioco (União Bubi): número de votos incluído nos totais, mas o percentual correspondente é 5,2%
Segundo turno	Candidatos e resultados
Censo eleitoral: 125.253	—
Votos emitidos: 71.400	Macías Nguema (Grupo Macías): 66,4% dos votos válidos
Votos nulos: 47.400	Ondó Edu Bonifacio (MUNGE): 33,6% dos votos válidos
Votos válidos: 24.000	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de Nsí-Owono (2014)

No dia 12 de outubro de 1968, como parte do processo de independência, uma delegação do governo espanhol, liderada pelo Ministro da Informação e Turismo, Manuel Fraga Iribarne, entregou oficialmente o poder ao novo presidente da Guiné Equatorial, Francisco Macías Nguema e a cerimônia contou com a presença de um representante das Nações Unidas, coincidindo simbolicamente com o Dia da Hispanidade, por meio de um decreto do governo espanhol. A partir da meia-noite daquele dia, todos os cidadãos espanhóis passaram a ser considerados estrangeiros na Guiné Equatorial, inclusive os nascidos no território (Jiménez, 2017).

Figura 4: Assinatura da independência da Guiné Equatorial com o novo presidente Francisco Macías Nguema em 12 de outubro de 1968



Fonte: elaborado pelo autor Echube (2020)

Um dia antes da cerimônia, em 11 de outubro de 1968, o Boletim Oficial do Estado publicou o decreto nº 2.467-1968, de 9 de outubro, que formalizou a entrega do poder ao novo governo da Guiné Equatorial.

Art. 1 “Reconhecem-se os resultados eleitorais proclamados pela Comissão Eleitoral da Guiné com data de 2 de outubro do corrente ano, e, em virtude disso, é considerado o excelentíssimo senhor Francisco Macías Nguema como presidente eleito da República da Guiné Equatorial.” Art. 2 “Declara-se independente o território da Guiné Equatorial a partir das doze horas do dia 12 de outubro do corrente ano, momento em que terá lugar a cerimônia de transferência de poderes ao presidente eleito (Vázquez, 2018, p. 117-118; tradução nossa).

A Conferência para a Independência, organizada pela Espanha, deliberadamente excluiu esses espanhóis da cidadania guineense. Essa decisão gerou incertezas administrativas, já que muitos funcionários públicos não sabiam se deveriam se reportar ao governo espanhol ou ao novo governo guineense. Aliás, a embaixada da Espanha evitava intervir em questões que envolvessem esses indivíduos, deixando-os em situação vulnerável. Curiosamente, Francisco Macías passou a ser chamado, de forma coloquial, de “Florindo Mba” (Ncony, 2009):

Os ânimos vão se exaltando, já começa a haver atuação especialmente em Río Muni. As "Juventudes com Macías", cuja juventude está apenas no nome, pois são formadas

por pessoas de vinte e cinco anos para cima, começam a se voltar contra o comércio, contra os espanhóis que andam pelas ruas, etc. Macías, em Bata, vê que em frente ao Palácio tremula uma bandeira espanhola na casa do chefe da Guarda Nacional e exige que ela seja retirada. O embaixador espanhol vem interceder, mas Macías se mantém firme. A bandeira só deve tremular na casa do cônsul de Bata, na do embaixador, e ele admite que nos quartéis da Guarda Civil possa se formular, mas apenas no pátio. O embaixador se intimida ao ver que, por não querer retirar a bandeira, um destacamento com um alferes venha arrumá-la e, segundo alguns, a dobre e a entregue; segundo outra versão, a pisoteiam; e para outros, há uma tentativa de queima. Seja como for, a situação é tensa e o medo se espalha no embaixador (Morote, 2018, p. 83-84; tradução nossa).

A transição foi marcada por uma série de acordos bilaterais entre Madri e a nova liderança guineense, negociados por uma comissão interministerial guineense dias antes do ato formal de independência. Tais acordos previam a permanência de funcionários e forças armadas espanholas, a formação de quadros locais e a manutenção da administração e da economia sob significativa influência espanhola (Nsí Owono-Nkono, 2014).

Um documento crucial foi o Protocolo Secreto sobre o Estatuto das Forças Armadas Espanholas, que estabelecia a distinção entre as tropas espanholas e a recém-criada Guarda Nacional. O novo presidente, Francisco Macías Nguema, demonstrou desconfiança ao assinar tais tratados, aceitando-os apenas com a condição de que fossem considerados provisórios (Castiella, 1968). A jovem república nascia com sérias limitações estruturais, não possuía moeda própria, banco nacional ou orçamento independente. A peseta espanhola continuava em circulação, e o Banco Exterior da Espanha seguia exercendo funções monetárias. A Espanha pretendia manter sua influência, mas não havia um plano estratégico definido para lidar com o novo cenário (Jiménez, 2017).

No final de outubro de 1968, Macías adotou medidas autoritárias, como centralizar funções administrativas, assumir pessoalmente o Ministério da Defesa e controlar diretamente setores econômicos estratégicos. Ignorou leis previamente aprovadas e iniciou perseguições políticas, prendendo opositores como aliados de Bonifacio Ondó Edu. Em novembro do presente ano, aumentaram os discursos anti-Espanha e o tom nacionalista, ao mesmo tempo em que buscava negociar apoio financeiro urgente de Madri, que respondeu de forma limitada (Creus, 2004).

A situação agravou-se com o exílio de Ondó Edu para o Gabão, e sua posterior extradição mediada pela Espanha, que visava evitar uma crise regional. Fundou a UPLGE, com apoio do governo gabonês, mas posteriormente foi obrigado a retornar no país natal, onde acabou sendo preso e assassinado na prisão (Cervera, 2017).

Em dezembro de 1968, Macías intensificou a retórica nacionalista e anticolonial, criticando não apenas a Espanha, mas também portugueses e nigerianos. No mesmo mês, seu

governo criou um partido único, o PUNGE, que passou a dispor de uma milícia própria e o corpo da juventude, braço militar formado a partir de movimentos de juventude nacionalistas (Cantús, 2006). A economia do país continuava fortemente dependente da metrópole, baseada na exploração agrícola e madeireira. A Espanha manteve apoio técnico, mas se recusou a fornecer ajuda financeira direta, diante desse cenário, Macías começou a caminhar para a concentração de poder e eliminação dos rivais, estabelecendo as bases de um regime personalista e autoritário (Santos, 2024).

Em janeiro de 1969, o governo espanhol decidiu estender o orçamento destinado à ajuda e cooperação com a Guiné Equatorial, mas recusou-se a conceder novas doações ou créditos extraordinários ao país. No mesmo período, o presidente Francisco Macías Nguema começou a adotar um discurso mais agressivo em relação à presença espanhola (Castiella, 1968). Ele abandonou declarações conciliatórias que pregavam a harmonia racial como “que nenhum negro tenha medo do branco e que nenhum branco tenha medo do negro, que haja fraternidade entre as raças” e passou a acusar abertamente os funcionários espanhóis do setor da Fazenda de corrupção e de se beneficiarem de gratificações indevidas. Como resultado direto dessas acusações, diversos funcionários espanhóis foram expulsos do país (Nsí-Owono, 2014).

Outro episódio mais simbólico dessa escalada ocorreu em fevereiro de 1969, conhecido como o “incidente das bandeiras”. O governo guineense exigiu a retirada das bandeiras espanholas do consulado e da residência do cônsul em Bata, alegando que sua presença transmitia a imagem de que a Guiné ainda era uma colônia espanhola. A recusa do cônsul levou à intervenção direta de forças guineenses, que retiraram a bandeira à força, e o cônsul foi declarado persona non grata (Jiménez, 2017).

O episódio marcou um ponto de ruptura na relação entre a Espanha e seu antigo território colonial, evidenciando o colapso do modelo de cooperação proposto após a independência e o início de um regime autoritário nacionalista liderado por Macías. A intervenção diplomática deu lugar a ações mais cautelosas, buscando evitar uma crise internacional aberta e proteger os cidadãos espanhóis ainda presentes no país (Nerín-Abad, 2024):

Naquele momento, parte dos colonos espanhóis buscavam a proteção da Guarda Civil (GC), nos postos do interior do continente e nos quartéis em Bata e Santa Isabel. Em suas memórias, o embaixador afirma que deu instruções aos oficiais da GC e da Guarda Nacional (GN) para protegerem os colonos e escoltaram aqueles que desejassem chegar a Bata, e também que “em nenhum caso deveriam ser realizados atos de ocupação militar”. No entanto, quando retornou a Santa Isabel, na tarde do dia 25, a GC havia tomado “algumas medidas de precaução para garantir a segurança e o tráfego do aeroporto”. Por outro lado, Báguena sustenta que o embaixador lhe ordenou por telefone “a ocupação dos pontos-chave da cidade de Santa Isabel”, “o

que foi realizado de maneira perfeita e total”, e que houve apenas um confronto armado, no aeroporto, onde a GC abriu fogo para “intimidar os agressores”. Depois, ele teria pedido permissão ao embaixador para “inutilizar a emissora de rádio de Santa Isabel e a empresa nacional de comunicações Torres Quevedo”, meios que não eram necessários aos espanhóis, já que os enlaces entre Fernando Poo e Río Muni e entre a Guiné e a Espanha estavam assegurados por meios militares medidas que não foram aceitas, “já que não se quis atrapalhar em absoluto a vida do país” (Jiménez, 2017, pág. 50-51; tradução nossa).

Igualmente ressaltar o evento do Terceiro Congresso do PUNT, realizado em 1973, foi tomada uma decisão simbólica e política de grande importância: a recuperação dos nomes africanos para lugares que haviam sido nomeados pelos colonizadores. O objetivo era duplo: por um lado, resgatar as tradições autóctones, restituindo identidade e dignidade cultural ao povo guineense; por outro, eternizar na memória histórica os nomes de líderes e figuras nacionalistas que protagonizaram a luta contra o colonialismo (Creus, 2004). Nesse espírito, o Congresso aprovou por unanimidade a proposta de mudança de denominação de diversos espaços geográficos e cidades do país, submetendo-a à Presidência da República.

Acordou-se por unanimidade propor a esta Presidência da República que decretasse a mudança da designação da Ilha de Fernando Póo para Ilha de MACÍAS NGUEMA BIYOGO, da Ilha de Annobón para Ilha PAGALU, do Distrito de Río Benito para MBINI, de Ponta Fernanda para PONTA DA UNIDADE AFRICANA, da Cidade de Santa Isabel para MALABO, da Cidade de San Fernando para a cidade de ELA NGUEMA, da Cidade de San Carlos para LUBA e da povoação de Concepción para RIABA. Compreendendo a importância histórica e cultural que esta proposição representa para a afirmação da nossa personalidade nacionalista e africana, e conhecendo outros antecedentes em que líderes nacionais e fundadores de Estados viram perpetuado o seu nome, identificado ao de cidades ou lugares geográficos significativos: EU, FRANCISCO MACÍAS NGUEMA BIYOGO, PRESIDENTE VITALÍCIO DA REPÚBLICA, não podendo opor-me à vontade do Povo guineense, livremente expressa no III Congresso do Partido Único Nacional dos Trabalhadores (PUNT), aceito profundamente emocionado a proposição que me foi formulada e, em virtude das faculdades que me confere a Presidência da República (Revista De La 4º Internacional Panafricanista, 2021, s/p; tradução nossa).

Figura 5: Documento do Decreto número 26 do ano 1973

Ha sido una costumbre inveterada del colonialismo en África la de suprimir los nombres tradicionales y autóctonos de los lugares geográficos y ciudades que iba conquistando, para reemplazarlos con el nombre de los conquistadores o de los Santos de su devoción.

Así ha sucedido en nuestro territorio con los nombres de los conquistadores portugueses Fernando Pó y Annobón, y con los nombres del santoral español Santa Isabel, San Carlos, San Fernando, Concepción, que junto a otras denominaciones españolas como la de Río Benito y Punta Fernando, han hecho desaparecer los nombres verdaderos con los que nuestra cultura y tradición africana designaba a esos lugares geográficos y poblados.

El III Congreso del Partido Único Nacional de Trabajadores (PUNT), con el doble afán y razón de volver a nuestras tradiciones africanas y de perpetuar ante la Historia el nombre del Fundador del Estado Independiente de la República de Guinea Ecuatorial, así como el de otros líderes nacionalistas que combatieron al colonialismo; acordó por unanimidad proponer a esta Presidencia de la República que decretase el cambio de designación de la Isla de Fernando Pó por la de Isla de MACIAS NGUEMA BIYOGO, de la Isla de Annobón por la de Isla PASALU, el Distrito de Río Benito por el de MBINI, Punta Fernando por PUNTA DE LA UNIDAD AFRICANA, la Ciudad de Santa Isabel por MALABO, la ciudad de San Fernando por la ciudad de ELA NGUEMA, la Ciudad de San Carlos por LUBA, el poblado de Concepción por el de RIABA.

Comprendiendo la importancia histórica y cultural que esta proposición supone para la afirmación de nuestra personalidad nacionalista y africana, y conociendo otros antecedentes en que líderes nacionales y fundadores de Estados han visto perpetuado

-/-

Fonte: Elaborado pelo autor Revista de la 4ª Internacional Panafricanista Garveyista Cimarrón Womanist Rastafari (2021)

2.3 O Golpe de Estado Militar e os desafios democráticos atuais

Em 3 de agosto de 1979, a Guiné Equatorial vivenciou um dos momentos mais decisivos de sua história política, a deposição do presidente vitalício Francisco Macías Nguema, conhecida como Golpe da Liberdade. Essa ruptura política foi o resultado de um processo de desgaste interno do regime, agravado por abusos de poder, perseguições e instabilidade institucional (Nsí-Owono, 2014).

Após a independência do país, o regime autoritário de Macías foi substituído por um novo governo que prometia mudanças significativas para a região. Nos primeiros momentos dessa nova fase, a Espanha passou a oferecer apoio ao país africano, buscando melhorar as relações entre a ex-colônia e a antiga metrópole, que até então estavam tensas devido a um

episódio conhecido como a crise das bandeiras (Francisco, 2023). Como consequência dessa crise, a situação da Guiné foi classificada pela Espanha como “matéria reservada”, com base na Lei de Segredos Oficiais, permanecendo assim entre 1971 e 1976 e durante esse período, todas as informações relacionadas à Guiné foram mantidas em sigilo, ficando inacessíveis à população espanhola (Carnero, 2016).

As cidades de Malabo e Bata, que até então funcionavam como centros administrativos e de ligação com o exterior, foram praticamente abandonadas. Esse cenário possibilitou a articulação de um golpe de Estado. Para que a operação tivesse sucesso, era necessário encontrar uma figura militar com prestígio popular, habilidades estratégicas e conhecimento profundo da estrutura de poder vigente, dominada pelo clã de Mongomo (Pendi, 2021).

O Tenente-Coronel Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, à época vice-ministro da Defesa e membro do chamado Grupo de Zaragoza, foi identificado como o único com tais qualificações. Outros integrantes desse grupo foram Salvador Ela Nseng e Eulogio Oyo Riqueza, estavam presos na prisão de Black Beach, o que aumentava sua motivação para apoiar a ofensiva, motivados pela promessa de liberdade e a possibilidade de participar da reorganização do poder nacional (Nerín-Abad, 2024). A decisão de Obiang de agir contra seu tio, o presidente Macías, foi também impulsionada por tensões internas no governo, especialmente o temor de que fosse substituído por seu primo Teonesto Macías Bindang, formado militarmente em Cuba. Em junho de 1979, Obiang sofreu uma humilhação pública imposta por Macías, o que revelou um racha definitivo entre os dois (Posey, 2025):

O Tenente-Coronel Teodoro Obiang. O Presidente da República da Guiné Equatorial havia escolhido como guarda pretoriana um contingente marroquino, cuja função não se limitava apenas a garantir a segurança do presidente e de sua família, mas também a assegurar uma certa ordem interna, por vezes confusa, razão pela qual havia diversos dispositivos espalhados pelas diferentes províncias do Estado. O primeiro governo do Conselho Militar Supremo, de 23 de agosto de 1979, era composto por onze membros, dos quais nove pertenciam ao distrito de Mongomo, cidade natal de Macías Nguema e de Obiang Nguema (Nsí-Owono, 2014, p. 180, tradução nossa).

Na noite de 2 de agosto, sinais de uma ação militar começaram a surgir, quando rádios locais transmitiram músicas militares espanholas. No dia 3 de agosto, as tropas de Obiang, sob o comando de Salvador Ela Nseng, tomaram posições estratégicas na capital e enviaram um ultimato a Macías. No comunicado, as Forças Armadas anunciaram sua destituição, garantindo-lhe segurança física desde que aceitasse se exilar em seu povoado natal (Posey, 2025).

O primeiro pronunciamento oficial do golpe ocorreu às 15h do mesmo dia, com orientações à população como o fechamento de comércios, toque de recolher e proibição de

aglomerações. O comunicado destaca que o regime anterior mergulhou o país em miséria, com repressão cotidiana e assassinatos decorrentes de falsas acusações de conspiração, que chegavam a 50 ou 60 vítimas por dia (Pendi, 2021).

Figura 6: A chegada do poder do presidente Teodoro Obiang Nguema Mbasogo



12 años en el taller de mecánica de la academia Militar de Congo.
Jamás consiguió un tiro a blanco, confisca sus compañeros.

Fonte: elaborado pelo autor Tirania Ecuatoguineana (2012)

Apesar do golpe, Macías tentou resistir, formando um pequeno contingente militar e solicitou ajuda externa ao presidente de Camarões, Amadou Ahidjo, pedindo intervenção militar para conter a revolta. Contudo, o telegrama jamais chegou ao destinatário, pois foi interceptado pela embaixada da Guiné Equatorial em Yaoundé:

O primeiro governo do Conselho Militar Supremo de 23 de agosto de 1979 era composto por onze membros, dos quais nove pertenciam ao distrito de Mongomo, cidade natal de Macías Nguema e Obiang Nguema. O segundo governo do Conselho Militar Supremo, de 22 de janeiro de 1980, tinha dez membros: 1. Teodoro Obiang Nguema, presidente do C.M.S., também Chefe do Governo, Ministro da Economia e Finanças, Ministro da Informação e Turismo, Ministro da Defesa e Segurança. 2. Maye Elá, da mesma tribo Esangui de Mongomo, primeiro Vice-presidente da Nação e Ministro dos Assuntos Exteriores. 3. Oyó Riqueza, Bubi, segundo Vice-presidente da República e Ministro do Trabalho. 4. Mba Nchama, da mesma tribo Esangui e do distrito de Mongomo, Ministro do Interior; foi tenente da juventude em marcha com Macías. 5. Mene Abeso, da tribo Esangui de Mongomo, Ministro da Educação, foi tenente da juventude em marcha com Macías. 6. Nsue Obama, da tribo Esangui de Mongomo, Ministro da Indústria, Minas e Energia, foi tenente da juventude em marcha com Macías. 7. Esono Obama Eyang, de Mongomo, Ministro da Saúde. 8. Monsuy Mba, do distrito de Mongomo, Ministro da Justiça. 9. Obiang Enama, de Mongomo, Ministro da Agricultura. 10. Seriche Boricó Dugan: Ministro das Obras Públicas e Transportes (Nsí-owono, 2014, p.180-181; tradução nossa).

O conflito entre as forças leais a Macías e o grupo de Obiang durou seis dias, de 3 a 8 de agosto de 1979. As tropas de Macías, compostas por militares pouco treinados, enfrentaram as forças bem organizadas de Obiang, que contavam com o apoio de alguns elementos das forças armadas do Gabão e do Marrocos. Além disso, um grupo de chineses, convencido de que se tratava de uma invasão estrangeira (supostamente da Nigéria), também se envolveu ao lado de Macías (Francisco, 2023). Os confrontos mais intensos aconteceram nas localidades de Niefang e Bindung. Ao final da chamada Operação Leão, Macías foi capturado. Seu julgamento ocorreu em setembro, e em 29 do mesmo mês, ele foi executado. Potências como França, Espanha e

Estados Unidos acompanharam o desenrolar dos acontecimentos, cientes da mudança de regime (Abad, 2023).

2.4 A Carta de Akonibe entre autoritarismo constitucional e centralização do poder

Com o objetivo de encerrar o regime militar e iniciar uma transição para um governo civil, a Guiné Equatorial aprovou, em agosto de 1982, a chamada Lei Fundamental. Esse documento foi elaborado por uma comissão formada por 20 cidadãos guinéu-equatorianos e dois especialistas da América Latina enviados pela ONU, essa comissão trabalhou no distrito de Akonibe, na província de Wele-Nzas (Pendi, 2021).

No entanto, sua composição foi alvo de críticas, tanto pelo número elevado de integrantes quanto pela falta de transparência nos critérios de escolha, que parecem ter favorecido pessoas próximas e ideologicamente alinhadas ao então presidente. Muitos dos envolvidos no processo continuaram ocupando cargos importantes no governo, o que levanta questionamentos sobre a neutralidade da comissão (Ramón; Gonzalo, 2021).

A primeira versão da chamada "Carta de Akonibe", elaborada entre abril e maio de 1982, institucionalizou um modelo de poder extremamente concentrado e personalista. Entre seus principais traços estão: a não responsabilização do presidente da República, que não está submetido à fiscalização de nenhuma outra instituição; a ausência de reconhecimento do pluralismo político; a possibilidade de o presidente acumular, além da chefia de Estado, funções ministeriais diretas, o que evidencia a inexistência de separação entre os poderes; a concentração de poderes nas mãos do chefe de Estado, que também ocupa simultaneamente o cargo de chefe de governo e é denominado o "primeiro magistrado da nação"; a manutenção da pena de morte; a ausência de uma idade mínima para candidaturas à presidência, sendo apenas fixada a idade máxima de 75 anos, com ou sem a possibilidade de reeleição (Nsí-Owono, 2014, p. 184; tradução nossa).

Em 1991, a carta foi revisada na capital, Malabo, trazendo algumas mudanças, mas ainda mantendo características autoritárias. A nova versão, de 15 de outubro, passou a reconhecer o pluralismo político no artigo primeiro, mas de forma bastante limitada. A formação de novos partidos passou a ser muito restrita, excluindo automaticamente muitos grupos opositores (Pendi, 2021). A pena de morte continuou válida, e embora a nova carta mencione os direitos humanos, ela não os garante diretamente ficando à espera de uma futura lei que regulamente esse tema. No geral, a nova versão da Carta de Akonibe manteve a forte centralização do poder nas mãos do Executivo e não promoveu mudanças significativas rumo à democratização. A estrutura do Estado permanece altamente controlada pelo presidente, com pouca autonomia para os demais poderes e limitações severas à participação política da sociedade (Liria, 2022).

Em 1985, Teodoro Obiang Nguema Mbasogo iniciou uma viagem por todas as regiões do país com o objetivo de apresentar sua proposta de criação de um partido político nacional. No entanto, ele se deparou com uma forte resistência, especialmente por parte da população Bubi (Mbasogo, 1985).

Nessa visita, durante as audiências públicas concedidas pelo Chefe de Estado aos conselhos de anciãos em todos os distritos, surgiram algumas perguntas por parte desses conselhos, levando em conta que era a primeira vez que tinham notícias oficiais sobre a criação do partido. Perguntas como: se os parlamentares são os representantes do povo na câmara legislativa, quando eles se reuniram com o povo para receber deste o mandato para a criação do partido?. Em nome de qual povo os parlamentares aprovaram essa proposta na câmara?. O senhor se esqueceu, senhor presidente, de que foi precisamente Vossa Excelência o autor da ideia de rejeitar a criação de partidos políticos no país?. O senhor se esqueceu, senhor presidente, do enorme dano que nos causou o Partido Único Nacional dos Trabalhadores? (Nsí-Owono, 2014, p.185-186, tradução nossa).

Apesar das críticas e da ausência de respostas concretas, o presidente Obiang prosseguiu com seu plano e, por meio de sua autoridade, impôs a criação do PDGE como partido oficial do Estado (Francisco, 2023). O PDGE se apresenta como uma organização política democrática, cuja base ideológica é expressa nos discursos proferidos durante o seu primeiro congresso ordinário. Afirma ter um funcionamento interno democrático, embora, na prática, exista uma desconexão entre os projetos apresentados e a forma como são implementados. Ou seja, a estrutura formal do partido não corresponde à sua atuação real (Mbasogo, 1985).

Do ponto de vista tipológico, o PDGE apresenta semelhanças com o antigo PUNT, principalmente por funcionar como um partido de clientela, ou seja, uma organização política baseada em relações de patronagem, onde os líderes utilizam os recursos do Estado para manter sua influência e garantir fidelidade política. Embora o PUNT tivesse uma orientação mais voltada à esquerda, o PDGE incorpora traços de um autoritarismo populista de inspiração neofascista (Posey, 2025).

Figura 8: Partido Democrático de Guiné Equatorial



Fonte: Elaborado pelo autor Confirmado (2017)

Em suma, embora o PDGE tenha sido instituído com a proposta de representar uma organização política democrática, sua criação foi marcada por um processo autoritário e unilateral, liderado pelo próprio presidente Obiang. As críticas da população e a ausência de um debate público efetivo evidenciam o descompasso entre o discurso democrático e a prática política no país. Deste modo, a estrutura formal do PDGE e os princípios que o fundamentam não se traduzem em uma atuação condizente com os valores democráticos, perpetuando a centralização do poder e a limitação da participação popular no processo político guinéu-equatoriano.

3. DESAFIOS GEOPOLÍTICOS, POTENCIALIDADES ECONÔMICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

3.1 O Golfo da Guiné como posição estratégica na África Ocidental

A zona marítima do Golfo da Guiné que se estende por cerca de 2 milhões de km² desde o Cabo Palmas na Libéria até no sul de Angola, suas águas banham também a Costa do Marfim, Togo, Nigéria, Benin, Gana, Camarões, São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial, República do Congo, República Democrática do Congo e Gabão (Arte.tv Documentales, 2025).

É uma região extremamente rica em recursos naturais, considerada um ponto estratégico marítimo para o comércio de petróleo, gás natural e produtos pesqueiros na África, no entanto, essa riqueza não tem trazido benefícios para a maior parte da população local. Pelo contrário, os lucros acabam indo principalmente para países estrangeiros (ocidentais e asiáticos) e para alguns governantes locais, que muitas vezes utilizam práticas repressivas contra seu próprio povo para se manter no poder (Gaspar, 2013).

Os portugueses foram os primeiros europeus a chegar na região, mas, no século XVII, o domínio majoritário sobre a região seria dos ingleses, franceses e holandeses. Por quase quatro séculos, a principal atividade econômica da região foi o tráfico de escravos, e o Golfo da Guiné forneceu a maior parte dos escravos que trabalharam nas Américas. A região ganhou uma nova importância estratégica, fundamentalmente em função do petróleo, o que mudou significativamente sua relação com potências extrarregionais. Estados Unidos, China e alguns Estados da União Europeia principalmente a França aumentaram suas presenças no continente africano como um todo e materializaram, no Golfo da Guiné, o que muitos autores chamam de Nova Corrida pela África (Closs, 2015, p. 53).

Ademais, o território tem uma localização estratégica, já que possui acesso direto ao oceano e está relativamente próxima de importantes mercados internacionais, como a América do Norte e a Europa Ocidental. Isso deveria ser uma vantagem, pois os custos de transporte são mais baixos em comparação a outras regiões (Ferreira Marques, 2018).

Possui mais de 3,5% das reservas mundiais de petróleo, sendo a segunda maior área de hidrocarbonetos do planeta, com mais de 50 bilhões de barris confirmados é de alta qualidade, com pouco enxofre, e está localizado a profundidades de 1.000 a 2.000 metros no mar, o que facilita a extração e torna a produção mais lucrativa sendo a Nigéria e Angola os maiores produtores no território. Além desses estados, outros países produtores importantes são Gabão, Guiné Equatorial e, em menor escala, República do Congo (Closs, 2015).

Em São Tomé e Príncipe, ainda estão em fase de prospecção, mas há expectativa de grandes reservas como por exemplo, a produção de petróleo da Guiné Equatorial mais que quintuplicou entre 1990 e 2005. A localidade igualmente é rica em outros minerais, só na

República Democrática do Congo existem mais de 1.100 tipos de minerais, incluindo 30% das reservas mundiais de diamante e 60% das de cobalto (Dias, 2022).

Figura 9: Mapa Geopolítico do Golfo da Guiné



Fonte: Elaborado pelo autor Veríssimo Gilberto (2016)

A região fica em uma posição importante para o comércio marítimo e para as rotas de transporte de petróleo e minerais. Como consequência, a insegurança cresce, prejudicando a estabilidade política, econômica e social, tanto no mar quanto em terra. A partir de 2012, o território passou a ser considerado uma das áreas marítimas mais perigosas do mundo, quando o número de ataques piratas ultrapassou os registrados no Golfo de Áden, isso se torna uma preocupação não apenas para os países da localidade, mas também para toda a Comunidade Internacional (Affonso, 2024).

Entre 2018 e 2020, foram registrados 118, 98 e 106 ataques de piratas contra embarcações, respectivamente. Só em 2020, 623 tripulantes foram sequestrados no Golfo da Guiné, enquanto em todo o restante do mundo apenas 8 tripulantes sofreram situações semelhantes. Esses números confirmam que a região é, atualmente, a mais perigosa do planeta para a navegação (Barbosa, 2023).

Os estados do Golfo da Guiné sofrem impactos econômicos em nível nacional, como de outros estados no Globo. O Benin em 2011 teve suas águas jurisdicionais classificadas como perigosas pelas companhias de navegação de Londres devido a pirataria. Essa classificação fez com que o comércio marítimo fosse reduzido em 70%, o que acarretou uma perda de cerca de US\$81 milhões de receita alfandegária para este país (Pereira, 2022, p. 65).

No Golfo da Guiné, as disputas sobre fronteiras marítimas representam uma das principais fontes de instabilidade. Essas divergências territoriais são muitas vezes prolongadas e sem solução definitiva, criando um ambiente de tensão permanente entre os Estados costeiros do território (Gaspar, 2022). Em boa parte dos casos, os desentendimentos resultam em conflitos armados ou crises diplomáticas, sobretudo quando as áreas disputadas apresentam

grande potencial econômico, como reservas de petróleo e gás, ricos bancos pesqueiros, ou ainda quando são localizadas em rotas marítimas estratégicas, fundamentais para o comércio internacional (Gaspar, 2013).

Segundo o Centro de Conscientização e Cooperação em Informação Marítima (MICA), entre 2008 e 2009 a pirataria aumentou de forma exponencial, de modo que, em 2013, os Estados ribeirinhos, reunidos em Iaundé (Camarões), decidiram enfrentar conjuntamente a crise de segurança, à qual também aderiram países de fora da região, como China, Rússia, Estados Unidos, França e, mais tarde, Brasil e Dinamarca. Os principais problemas dessa crítica situação podem ser divididos em dois: a pirataria e o narcotráfico. A primeira dessas variantes, a pirataria, é considerada como tal apenas além das doze milhas marítimas, enquanto a que ocorre antes desse limite é classificada como “assalto à mão armada” (Rebelión 2021, s/p; tradução nossa).

Nos últimos anos, destacam-se alguns conflitos de fronteira como a Nigéria confronta com a Guiné Equatorial e Camarões uma ilha situada ao norte do rio Ntem, zona com potencial em recursos naturais e valor estratégico para a navegação e a disputa do Gabão e Guiné Equatorial contestação sobre a soberania da Ilha de Mbañe e da Baía de Corisco, território de interesse econômico e geopolítico que foi solucionado em maio de 2025.

Esta decisão põe fim a uma disputa territorial que opõe a Guiné Equatorial e o Gabão há mais de 50 anos. O Tribunal Internacional de Justiça emitiu uma decisão na segunda-feira, 19 de maio, concedendo soberania sobre as ilhas Mbañe, Cocoteros e Conga à Guiné Equatorial. O Tribunal indicou que os procedimentos começaram oficialmente em 5 de março de 2021, e as audiências públicas foram realizadas de 30 de setembro a 4 de outubro de 2024. O Tribunal Internacional de Justiça, ao decidir sobre a disputa de soberania entre o Gabão e a Guiné Equatorial, rejeitou a reivindicação de soberania do Gabão sobre as ilhas Mbañe, Cocoteros e Conga (Ahoraeg, 2025, s/p; tradução nossa).

Nas regiões marítimas consideradas de alto risco de pirataria, os navios precisam navegar em velocidades maiores ou seguir rotas mais longas para evitar ataques. Normalmente, um navio mercante navega a 14 nós, mas, em áreas perigosas, a recomendação é aumentar para 20 nós. Esse aumento de velocidade, em um superpetroleiro, gera um custo extra de combustível de cerca de 88 mil dólares por dia (Miranda, 2021).

Quanto aos sequestros de tripulantes, os valores pagos em resgates raramente são divulgados. Porém, sabe-se que, em março de 2021, uma empresa chinesa desembolsou cerca de 300 mil dólares para libertar 130 tripulantes de um navio pesqueiro. O navio, no entanto, não foi recuperado, pois provavelmente foi transformado em navio-mãe, usado pelos piratas para lançar barcos menores em ataques mais distantes da costa. Há registros de ataques a até 210 milhas náuticas da terra firme (Ferreira-Marques, 2018).

Estima-se que no ano de 2020 foram gastos US\$4 milhões em resgates de tripulantes sequestrados por piratas. Nessas cifras não são contabilizados os custos indiretos e os custos de oportunidade para os estados costeiros do Golfo da Guiné. Há possibilidade que o Canal de Moçambique venha a se tornar um hotspot de piratas, pois as seguradoras, recentemente, designaram como uma área de alto risco devido ao aumento de atividades jihadista perto de Cabo Delgado. Manter a segurança marítima no Golfo da Guiné, nosso entorno estratégico, é importante, pois além de evitar o aumento dos preços dos produtos importados pelo Brasil, como por exemplo petróleo e fertilizantes, contribui para manter a boa ordem no mar para a realização do comércio marítimo internacional (Pereira, 2022, p. 66).

Segundo o AMOMI (2020), o Golfo da Guiné tornou-se, na última década, uma das áreas com maior número de casos de pirataria e assaltos a navios em todo o mundo, o que motivou a criação de iniciativas para enfrentar o problema (Dias, 2022). Os ataques a embarcações comerciais e plataformas de exploração energética têm impacto direto sobre a segurança das rotas comerciais, essenciais para o transporte de petróleo, gás e outros produtos. Esses ataques comprometem não apenas a integridade física de tripulações e trabalhadores, mas também a economia regional e global, aumentando os custos de transporte marítimo, seguros e logística.

As costas desta vasta área da África Ocidental, especialmente nas águas nigerianas, tornaram-se a zona marítima mais insegura do mundo desde o ano passado. Só nos primeiros 10 meses de 2013, houve mais de 40 ataques, resultando no sequestro de sete embarcações e quase 130 reféns. Diante desse fenômeno, tanto os países africanos quanto a comunidade internacional buscam, e em alguns casos já implementam, estratégias de cooperação para tornar o Golfo da Guiné uma área mais segura. A pirataria no Golfo da Guiné está ultrapassando a pirataria no Chifre da África, com uma taxa de sucesso de 80% nos ataques, em comparação com 15% nos ataques ao largo da Somália. Além disso, piratas nigerianos estenderam suas operações a áreas como o porto de Abidjan, na Costa do Marfim, e a costa do Gabão (Casa África, 2013, s/p; tradução nossa).

Essa fragilidade decorre, em grande parte, da falta de uma estratégia conjunta e bem articulada entre as organizações regionais. Muitas vezes, seus objetivos se sobrepõem ou não estão alinhados, o que impede uma coordenação político-militar eficaz entre marinhas de guerra, guardas costeiras, forças aéreas e exércitos dos países-membros. Como consequência, o processo de tomada de decisão e de governação marítima torna-se ainda mais complexo.

À Lusa, o diretor-adjunto do Gabinete Marítimo Internacional (IMB, na sigla inglesa), Cyrus Mody, apontou que desde o início do ano foram sequestrados “pelo menos 40 tripulantes” de embarcações ao largo do Golfo da Guiné. Este número integra os oito membros da tripulação do navio porta-contentores de bandeira portuguesa Tommi Ritscher, abordado em abril no mar territorial do Benim, a cerca de 2,2 milhas náuticas do porto de Cotonou, assim como os sete tripulantes do MSC Talia F, atacado em março ao largo do Gabão, a cerca de 50 milhas náuticas da capital gabonesa, Libreville. Em 25 de maio, a Marinha nigeriana anunciou a libertação dos oito tripulantes do “Tommi Ritscher”, navio detido por uma empresa de Singapura e gerido pela empresa alemã Transeste (24 Notícias, 2020, s/p).

Apesar de os Chefes de Estado e de Governo da região terem criado, em 1999, a CGG cujo tratado constitutivo foi assinado em 3 de julho de 2001, com o objetivo de promover a cooperação na exploração dos recursos naturais e garantir o desenvolvimento económico e social dos povos da região, a verdade é que as ameaças à segurança marítima e terrestre continuam a existir (Tebús, 2024).

Figura 10: Principais pontos de incidência da pirataria no Golfo da Guiné



Fontes: elaborado pelo autor Lopes Alves Carlos (2017)

Para enfrentar essas ameaças, organismos internacionais e regionais têm buscado fortalecer a segurança marítima, por meio de patrulhas conjuntas, acordos de cooperação transnacional e capacitação das marinhas locais. As Nações Unidas, cuja missão fundamental é preservar a paz e a segurança internacionais, têm acompanhado de perto a situação de instabilidade no Golfo da Guiné (Pereira, 2022). Diante do aumento dos incidentes de pirataria, tráfico ilícito e outras ameaças que comprometem a estabilidade da região, o CSNU aprovou duas resoluções específicas, foi a primeira iniciativa formal do CSNU voltada para a insegurança marítima no Golfo da Guiné:

O Conselho saudou o papel crucial desempenhado pela Força-Tarefa Conjunta Multinacional e pela força conjunta do Grupo dos Cinco (G5) para o Sahel contra os terroristas na região, ao mesmo tempo em que enfatizou a importância do apoio bilateral e internacional contínuo para garantir a plena operacionalização e autonomia da força conjunta do G5 para o Sahel. Em relação à pirataria no Golfo da Guiné, o Conselho saudou o reforço da cooperação entre a CEDEAO e a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) e o compromisso com mecanismos reativos de coordenação regional para a segurança marítima. Em relação às preocupações políticas, o Conselho recordando a importância do diálogo político e da construção de consenso entre todas as partes interessadas para alcançar uma reconciliação sustentável, enfatizou que a boa governança é fundamental para a paz e a estabilidade a longo prazo na África Ocidental e no Sahel. Elogiou a recente transição democrática no Níger e os esforços de reconciliação em Burkina Faso, Costa do Marfim e Togo. Elogiou ainda os esforços nacionais para aumentar o número de mulheres em cargos governamentais de alto escalão (United Nations, 2021, s/p).

A ONU, igualmente, aprovou duas resoluções importantes. A primeira foi a Resolução nº 2018 de 2011, que pediu aos Estados da localidade a criação de instrumentos legais que tipifica se a pirataria e outros crimes marítimos, além de garantir que seus navios possuíssem

os meios adequados de defesa. Em seguida, em 29 de fevereiro de 2012, o Conselho de Segurança aprovou a Resolução nº 2039, que reforçou a responsabilidade dos Estados do Golfo da Guiné no combate a esses ilícitos e incentivou maior cooperação regional (Gaspar, 2022). Como resultado, realizou-se em 24 e 25 de junho de 2013, em Yaoundé (Camarões), uma conferência com os chefes de Estado da região. Dela surgiu o Código de Conduta de Yaoundé, documento que estabeleceu uma arquitetura de segurança marítima conjunta e regional que simboliza a cooperação dos países (Dias, 2022).

Diante da persistência da pirataria e do caráter transnacional dos crimes, o Conselho de Segurança da ONU, em 2022, por meio da Resolução 2634, voltou a destacar a importância de manter esforços contínuos de combate. Incentivou a participação da ZOPACAS, enfatizou o papel do grupo G7 + + Amigos do Golfo da Guiné, que agrega países ocidentais, africanos e também o Brasil, como parceiros estratégicos no reforço da segurança marítima.

Discurso de abertura do Secretário-Geral da OMI, Kitack Lim: Distintos participantes, Senhoras e Senhores, Gostaria de começar agradecendo ao Reino Unido e ao Senegal, Co Presidentes do G7++ [pronuncia-se: G sete mais mais] Amigos do Golfo da Guiné, pelo amável convite para inaugurar esta importantíssima reunião. Quero expressar a minha mais profunda gratidão aos Amigos do Golfo da Guiné do G7 + + pelos seus contínuos esforços. Os seus esforços têm sido decisivos para apoiar os mecanismos regionais do Código de Conduta de Yaoundé, melhorando a coordenação entre todas as partes interessadas, incluindo os organismos civis e militares. A situação da proteção no Golfo da Guiné continua a ser uma das principais prioridades da OMI. O transporte marítimo internacional sofre impactos. A vida dos marinheiros continua em perigo e a pirataria está prejudicando a economia e o comércio da região. Esta situação já se prolonga por demasiado tempo e é necessário pôr fim a estes atos ilegais. Como partes interessadas, devemos agir agora e tomar as medidas necessárias para enfrentar estes problemas de frente (OMI, 2021, s/p).

Com base no CCY, diversas marinhas extrarregionais atuam nas águas do Golfo da Guiné. Entre elas destacam-se as da Itália, Rússia, Estados Unidos, França, Dinamarca, China, Inglaterra, Portugal, Brasil, além de outros países que reconhecem a relevância estratégica da região. Essa presença internacional se justifica pelo fato de que a região representa uma das principais rotas de comércio marítimo global e concentra importantes recursos energéticos, sobretudo petróleo e gás (Barbosa, 2023).

Nos últimos anos, os ataques piratas registrados na área passaram a ter um padrão específico, a captura de tripulantes para obtenção de resgate. Diferentemente de outras regiões, como o Golfo de Áden, onde o roubo de cargas era o alvo principal, aqui o foco está nos sequestros de pessoal. Os tripulantes estrangeiros são os mais visados, pois os resgates pagos por eles tendem a ser significativamente mais altos do que os pagos por tripulantes africanos.

Essa lógica econômica do crime explica, em parte, a intensificação da presença naval internacional, visto que países com cidadãos e empresas atuando na região procuram garantir a proteção de seus interesses (Affonso, 2024).

O Ministério dos Negócios Estrangeiros da Polónia referiu hoje ter informações "sobre o sequestro de tripulantes do navio Tonsberg no Golfo da Guiné e confirmou que uma das vítimas é um cidadão polaco". A mesma fonte explicou, em comunicado, estar em contacto com diplomatas de "outros países" e também com o proprietário do navio para coordenar esforços e encontrar os sequestrados. Segundo a Marinha dinamarquesa, uma das suas fragatas, a Esbern Snare, que patrulha aquela região desde novembro, perseguiu os piratas que abandonaram o navio num pequeno barco com os reféns a bordo. Um helicóptero seguiu o barco de longe para não colocar os reféns em perigo, mas teve de abandonar a perseguição quando os piratas atingiram as águas nigerianas. Além dos seis reféns, um ferido foi resgatado pela fragata dinamarquesa e 14 outros tripulantes saíram ilesos e continuam a bordo do Tonsberg, revelou a agência de notícias da Dinamarca Ritzau, que cita um porta-voz da Marinha. De acordo com o 'site' Marine Traffic, o Tonsberg encontra-se atualmente na costa do Benin (Mundo ao Minuto, 2021, s/p).

Para enfrentar esse desafio, a comunidade internacional e os países costeiros da região organizam operações navais conjuntas, sendo as principais a Obangame EXPRESS, Grand African NEMO e GUINEX. Todas elas têm como propósito treinar forças navais locais, promover intercâmbio de informações, padronizar procedimentos e aumentar a interoperabilidade entre marinhas de diferentes países (Tebús, 2024). O Brasil tem participação regular nessas iniciativas, o que demonstra não apenas sua solidariedade internacional, mas também a defesa de seus próprios interesses estratégicos, já que a pirataria no Golfo da Guiné impacta diretamente o entorno estratégico brasileiro, uma vez que a região é rota de grande parte do comércio exterior brasileiro.

Na Nigéria, país mais afetado pelos ataques piratas, a resposta tem seguido uma lógica interna diferenciada. O DBP, lançado em 2021 pela NIMASA, é fruto da cooperação entre o Ministério da Defesa e o Ministério dos Transportes. Esse projeto se destaca por integrar diferentes forças estatais marinha, exército, força aérea, polícia e serviços de inteligência no combate coordenado à pirataria (Barbosa, 2023). Desde a sua implementação, tem apresentado resultados considerados positivos, fortalecendo a capacidade autônoma da Nigéria no enfrentamento da criminalidade marítima.

Os ativos terrestres incluem o Centro de Comando, Controle, Comunicação, Computação e Inteligência (C4i) para coleta de informações e coleta de dados; 16 veículos blindados para patrulha costeira e 600 tropas especialmente treinadas para interdição, conhecidas como Unidade de Segurança Marítima. Os ativos marítimos incluem dois Navios de Missão Especial e 17 Lanchas Interceptadoras Rápidas. Os ativos aéreos incluem duas Aeronaves de Missão Especial para vigilância da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) do país; três Helicópteros de Missão Especial para operações de busca e salvamento; e quatro Veículos Aéreos Não Tripulados. O

Projeto Deep Blue é a primeira estratégia integrada de segurança marítima na África Ocidental e Central com o objetivo de combater os incidentes de pirataria, roubos marítimos e outros crimes no mar (TVC News Nigéria, 2021, s/p; tradução nossa).

Um marco importante foi a Operação GUINEX I (2021), liderada pelo Brasil, que representou um salto qualitativo no nível de cooperação internacional. Nessa ocasião, foram empregadas regras de engajamento mais robustas e navios de guerra de maior capacidade, como as Fragatas Classe Niterói, que superam os navios-patrolha oceânicos em poder de combate. Isso ampliou de forma significativa a credibilidade das operações e o efeito dissuasório sobre os grupos piratas (Affonso, 2024).

A Marinha do Brasil e a Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe realizarão uma nova etapa da Operação Guinex V, uma iniciativa brasileira voltada para o fortalecimento da segurança marítima no Golfo da Guiné. Este exercício conjunto representa um robustecimento do compromisso entre Brasil e São Tomé e Príncipe no combate às ameaças marítimas como a Pirataria e outras atividades ilícitas que comprometem a estabilidade na região. A “Guinex” é uma Operação conduzida anualmente pela Marinha do Brasil desde 2021. Estando na sua 5ª Edição, a Operação possui São Tomé e Príncipe em sua programação a partir de 14 de junho, ocasião em que a Fragata Defensora (F41) chegará em águas são-tomenses. Será a 4ª vez que um navio da Marinha do Brasil será recebido em São Tomé e Príncipe pela Operação Guinex. A Fragata Defensora (F41), um dos mais modernos e bem equipados meios da Marinha do Brasil, realizará demonstrações, exercícios e treinamentos conjuntos com a Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe. O objetivo dessas atividades é o aprimoramento das capacidades operacionais da Guarda Costeira para se contrapor às ameaças vindas do mar, em prol da segurança marítima no entorno de São Tomé e Príncipe; e por conseguinte, na região do Golfo da Guiné (Têla Nón, 2025, s/p).

Outro ator de peso é a China, que, em 2018, realizou patrulhas antipirataria em países como Camarões, Gabão, Gana e Nigéria. Mais recentemente, Pequim demonstrou interesse em ampliar sua presença naval na costa africana, por meio de uma parceria com Moçambique para lidar com os crescentes desafios de segurança marítima na região do Cabo Delgado, marcada pela insurgência jihadista e pela exploração de gás natural. Soma-se a isso a perspectiva de uma base naval chinesa em Bata, na Guiné Equatorial, com capacidade para receber tropas e navios de grande porte, o que altera o equilíbrio estratégico regional (Gaspar, 2022).

Essa movimentação chinesa, somada à atuação do Brasil no Golfo da Guiné, despertou o interesse dos Estados Unidos, que buscam reforçar parcerias estratégicas com o Brasil no campo da segurança marítima africana. Washington vê o engajamento brasileiro como um fator de estabilidade regional e como um contraponto à crescente influência chinesa no Atlântico Sul. Por esse motivo, os EUA objetam essa conquista que a China está conseguindo no território.

Sempre que os chineses começam a bisbilhotar um país costeiro africano, ficamos ansiosos”, disse um alto funcionário dos EUA. A China está conduzindo uma campanha discreta para garantir uma base naval nas costas ocidentais da África, enquanto os EUA esforçam-se há mais de dois anos para persuadir líderes africanos a negar um porto à Marinha do Exército Popular de Libertação da China. Após o encontro com Finer, Bongo foi derrubado por sua própria guarda presidencial, e os EUA começaram esforços para persuadir o novo líder da junta gabonesa a rejeitar as investidas chinesas. Oficiais americanos afirmam estar ganhando a batalha, pois até agora nenhum país africano com costa atlântica assinou um acordo com a China. Na Guiné Equatorial, vizinha do Gabão, Washington não observou sinais de construção militar num porto comercial de águas profundas construído pelos chineses na cidade de Bata, onde seria o local mais provável para tal presença (Poder Naval, 2024, s/p).

Assim, é possível concluir que os impactos da pirataria no Golfo da Guiné ultrapassam as fronteiras da região, reverberando tanto no plano político e estratégico internacional quanto no entorno estratégico brasileiro. A insegurança marítima ameaça a liberdade de navegação, encarece os custos do comércio marítimo, compromete a exploração de recursos energéticos e atrai a presença de potências navais extrarregionais. Diante desse quadro, o Brasil precisa manter uma atenção permanente à segurança do Golfo da Guiné, não apenas por solidariedade internacional, mas também porque sua economia, seus objetivos nacionais de defesa e sua inserção geopolítica global estão diretamente ligados à estabilidade dessa região.

3.2 Setor petrolífero e a sua centralidade na economia da Guiné Equatorial

Antes da chegada dos europeus, a economia era de subsistência, baseada na agricultura (inhame, mandioca, banana, óleo de palma), na pesca artesanal e no comércio local. Nas zonas costeiras e insulares, a pesca artesanal (em canoas, com redes e anzóis rudimentares) era essencial. O peixe era consumido fresco ou defumado para conservação e nas florestas, havia coleta de frutos silvestres, mel, plantas medicinais e caça de pequenos animais (Ntongon, 2025).

Antes de conquistar a independência, a Guiné Equatorial era uma referência no setor agrícola como exportadora de madeira, cacau e café. No entanto, após a independência, foram descobertas grandes reservas de petróleo e gás, onde o setor se desenvolveu de forma muito intensa. Essa descoberta levou os líderes do país a deixarem a agricultura de lado e a concentrarem-se unicamente no setor petrolífero. Esse acontecimento fez com que o setor agrícola começasse a decair e as plantações de cacau e café existentes fossem abandonadas, assim como todas as indústrias relacionadas a elas. Hoje em dia, a agricultura representa menos de 2% do PIB do país e a maioria das plantações da Guiné Equatorial são de subsistência (Olano, 2024, p. 4; tradução nossa).

O país já possuía também uma pequena atividade mineira, especialmente com a produção de ouro e ferro. Esses minerais eram comercializados tanto dentro do país quanto com territórios vizinhos, funcionando como uma fonte importante de trocas e de dinamização econômica local. Quando começou o período colonial espanhol, essa atividade foi interrompida

e os colonizadores não deram continuidade à exploração desses recursos e, pouco a pouco, o pequeno setor mineiro existente foi completamente abandonado (Bacale, 2025).

Durante o período colonial e também nos primeiros anos após a independência, o cacau e o café constituíram o principal motor econômico e social da Guiné Equatorial e esperava-se que a mineração pudesse voltar a ter algum peso na economia, mas isso não aconteceu. Somente nas últimas décadas é que o governo voltou a demonstrar interesse em reativar a exploração mineira.

Contudo, nos últimos anos, o governo da Guiné Equatorial tem impulsionado a reativação do setor mineiro, já que, em 2019, foram atribuídos pela primeira vez na história do país blocos para a exploração mineral. Esses blocos situam-se ao longo do rio Benito e foram concedidos às companhias Blue Magnolia, Oro Sac Corp. e Manhattan Mining Investment (Olano, 2024 p. 5; tradução nossa).

O cacau e café nessa época, além de representar o principal produto de exportação, era igualmente a base do emprego e da organização social no meio rural, fazendo da ilha de Bioko um dos grandes exportadores africanos. A subsistência de milhares de famílias estava diretamente vinculada ao cultivo, à colheita e à comercialização deste produto agrícola, que se consolidou como símbolo da economia nacional (Esono Ndong, 2024).

Entretanto, a partir da década de 1980, a produção cacaueteira na região insular e cafeteira na região continental começou a entrar em declínio. Este processo foi resultado de uma combinação de fatores, tais como: o abandono progressivo das plantações, a queda dos preços internacionais da commodity, a escassa modernização tecnológica do setor agrícola, a limitada capacidade de investimento do Estado e, sobretudo, o êxodo da mão de obra rural em direção aos centros urbanos (Ona Nzang, 2023).

Diante desse cenário de retração agrícola, a exploração florestal passou a ganhar relevância, especialmente nas vastas áreas de floresta da região continental de Río Muni. Nesse contexto, grandes empresas estrangeiras com predominância de companhias francesas assumiram a responsabilidade pela exploração e exportação de madeiras tropicais de alto valor comercial (Esono, 2024). Os dados disponíveis para este período que durou até na década de 1990 revelam que mais de 80% do PIB tinha origem nessa matéria prima, no qual o cacau ocupava um lugar hegemônico, respondendo aproximadamente 75% da riqueza nacional, o que evidencia o grau de dependência do país em relação a um único produto agrícola (Ntongon, 2025).

O grande marco de transformação estrutural na Guiné-Equatorial ocorreu a partir da década de 1990, quando o país entrou definitivamente na chamada “era do petróleo”. Em 1992, foram iniciadas as primeiras explorações significativas de petróleo em larga escala nas águas territoriais do Golfo da Guiné, sobretudo na região de Zafiro, localizada ao norte da ilha de Bioko (Reina Padrón, 2015). O grande salto, contudo, deu-se em 1995, com o início da produção comercial do campo petrolífero de Zafiro, operado pela empresa norte-americana ExxonMobil, o que transformou radicalmente a estrutura econômica e social do país.

Pouco depois, em 1995, a empresa Mobi (atualmente Exxon Mobil) descobriu petróleo no campo Zafiro. A partir desse momento, a produção de petróleo cresceu exponencialmente, passando de 2.000 barris diários em 1995 para 400.000 em 2004. O boom petrolífero trouxe consigo uma bonança econômica sem precedentes na Guiné Equatorial. O PIB cresceu a uma média anual de 41,6%, tornando o país um dos principais receptores de investimento estrangeiro direto na África Subsaariana. A riqueza proveniente do petróleo também levou a um aumento significativo do PIB per capita, que superou os 38.000 dólares em paridade de poder de compra (Petroquímica, 2025, s/p; tradução nossa) .

Com a exploração do petróleo, a Guiné Equatorial ganhou maior independência econômica e pôde lançar um grande programa de investimentos públicos. Graças aos recursos gerados pelo petróleo, o país pôde investir de forma significativa em grandes projetos de infraestrutura pública, abrangendo todo o território nacional (Spence, 2007). Esses investimentos incluíram a construção e melhoria de estradas, pontes, portos, aeroportos, habitações populares, centrais elétricas, novos bairros urbanos, hospitais, universidades, além de novas cidades. Também foram construídos ou modernizados prédios públicos, como ministérios e prefeituras (Marín-Quemada, 2007). Aliás, a riqueza proveniente do petróleo contribuiu para o aumento dos recursos públicos destinados ao investimento e à poupança do país. Esse crescimento financeiro foi expressivo, atingindo um recorde de 3.784 milhões de euros em 2009.

Para se ter uma ideia, 534 milhões de euros foram investidos em infraestruturas sociais, 1.322 milhões de euros em infraestruturas civis, 997 milhões de euros em investimento produtivo e 930 milhões de euros em investimento para a própria Administração Pública, sendo o investimento social o que mais cresceu em 2009, com um aumento de 116% em comparação com um crescimento total de 78%. Por outro lado, a atividade petrolífera no país gerou outras atividades complementares, entre as quais se destacam a construção da planta de Gás Natural Liquefeito, a Planta de Metanol, a de GLP, etc., o que transformou a Guiné Equatorial em um país com oportunidades de negócios multissetoriais (Ahoraeg, 2024, s/p; tradução nossa).

Também com a descoberta de novos campos de gás natural e petróleo entre 1999 e 2007, especialmente em áreas como Alba, Ceiba e Okume, o país consolidou sua posição como um dos principais exportadores de petróleo da África Central. Em 2007, iniciou-se também a

produção e exportação de gás natural liquefeito através da EG LNG, localizada em Punta Europa, Bioko Norte (Gisbert, 2008). A planta de liquefação, construída e operada por um consórcio liderado pela Marathon Oil, em parceria com a SONAGAS e outras empresas estrangeiras, representou um marco histórico: foi a primeira instalação de GNL da África Subsaariana (Jiménez Butista; Nvé Oyana, 2014).

Em maio de 2010, a Guiné Equatorial anunciou que suas estimativas naturais haviam triplicado para 4,5 trilhões de pés cúbicos. Com o aumento nas estimativas de gás, o governo está ansioso para iniciar a construção do segundo trem até 2016. Um terceiro trem também está planejado, caso seja possível importar da Nigéria e de Camarões por gasoduto. A construção de uma segunda usina de metanol também está sendo planejada pelo governo. O custo total do projeto é estimado em US\$ 1,4 bilhão, dos quais aproximadamente US\$ 1 bilhão são custos de engenharia, aquisição e construção, com o restante composto por custos dos proprietários, contingência e capital de giro. O projeto conquistou a distinção de ser o projeto de GNL mais rápido, desde a concepção inicial até a decisão final de investimento. A construção foi concluída em 2007, com as primeiras entregas de GNL ocorrendo em maio de 2007. A construção foi concluída em 2007, com as primeiras entregas de GNL previstas para o final de 2007. A Marathon Oil controla 60% do projeto, com a GEPetrol, a Companhia Nacional de Petróleo da Guiné Equatorial, detendo uma participação de 25% (Offshore Technology, 2007, s/p).

O país possui reservas comprovadas de aproximadamente 1,1 bilhão de barris de petróleo e 39 bilhões de metros cúbicos de gás natural, distribuídas principalmente em campos offshore como o bloco B. A exploração desses campos é realizada por empresas internacionais, como Chevron, ExxonMobil, Marathon Oil e pela estatal local GEPETROL, em regime de contratos de partilha de produção. Estes contratos permitem que o governo obtenha uma porcentagem fixa da produção, garantindo receita direta, enquanto as empresas assumem os riscos de exploração e operação (Ntongon, 2025).

Figura 11: Primeiro embarque do petróleo bruto pela empresa nacional Gepetrol em 2024



Fonte: elaborado pela Revista Real Equatorial Guinea (2024)

A empresa GEPETROL é responsável por negociar contratos, parcerias e vendas internacionais de petróleo. Além dela, foi criada também a TOTAL GE, com a função específica de distribuir derivados de petróleo dentro do território nacional, já que o país não

possui refinarias próprias, exporta todo o seu petróleo em forma bruta e precisa importar os combustíveis refinados que consome internamente como gasolina, diesel e querosene (Esono Ndong, 2024) .

O governo começou a alcançar seus objetivos com a Empresa Nacional de Petróleos da Guiné Equatorial (GEPETROL). O objetivo é dar protagonismo a essa empresa pública na exploração de petróleo bruto no país. Com o primeiro resultado após a transferência, em primeiro de junho de 2024, dos ativos do bloco B para a empresa de GEPETROL, esta conseguiu, no domingo, 14 de julho, um feito histórico no país, já que realizou seu primeiro embarque do petróleo bruto como operadora técnica. Essa operação foi realizada no Campo Zafiro, no terminal FPSO Serpentina. Esta ação foi concluída de forma “satisfatória e bem sucedida”, segundo informações de GEPETROL (Revista Real Equatorial Guinea, 2024, s/p; tradução nossa).

As reservas de gás natural são relativamente pequenas, tanto no contexto global quanto africano. O país possui apenas 39 bilhões de metros cúbicos de gás, o que é equivalente ao consumo total do Reino Unido em 2022, portanto, coloca o país na 50ª posição no ranking mundial de reservas de gás, representando apenas 0,02% do total global, e na 9ª posição na África, com cerca de 0,2% das reservas do continente (Olano, 2024).

Entre 2016 e 2019, o setor hidrocarbonetos representou cerca de 79,2% das receitas públicas, esse papel central fez com que o setor se tornasse a principal fonte de financiamento do orçamento do país. Graças a ele, foi possível impulsionar projetos importantes, como o Segundo PNDE. Que foi conhecido também como Agenda Guiné Equatorial Horizonte 2020, foi uma estratégia de planejamento econômico e social criada pelo governo da Guiné Equatorial com o objetivo de diversificar a economia, reduzir a dependência do petróleo e melhorar o bem-estar da população. Esse plano foi concebido para servir como guia de desenvolvimento do país até o ano de 2020, estabelecendo metas concretas em várias áreas-chave.

No ano de 2019, a produção total de petróleo cru situou-se em 39,9 milhões de barris, um valor 9% inferior ao alcançado no ano anterior. Entretanto, as exportações de petróleo cru atingiram cerca de 39,5 milhões de barris, representando uma queda de 5% em comparação com 2018. Quanto aos derivados de petróleo, a produção diminuiu 14%, enquanto as exportações registraram uma redução de 13% em 2019, em relação a 2018. Esses dados evidenciam a importância desse setor para a economia do país, deixando um amplo espaço para direcionar a atenção a outros setores econômicos que possam contribuir para a diversificação da economia pública (República de Guinea Ecuatorial, 2022, s/p; tradução nossa).

A pandemia de Covid-19 provocou restrições rigorosas de viagem, o que afetou diretamente a mobilidade de trabalhadores, a logística de equipamentos e a operação normal das empresas do setor de hidrocarbonetos. Ao mesmo tempo, os preços do petróleo caíram de forma histórica no mercado internacional, reduzindo drasticamente a receita gerada pela exportação dessa commodity, que é a principal fonte de renda do país (Bacale, 2025).

Essa combinação de fatores levou a uma crise profunda, marcada por incertezas econômicas e desafios para a manutenção dos empregos e investimentos no setor. No entanto, a indústria petrolífera da Guiné Equatorial demonstrou capacidade de resistência. O governo, em diálogo constante com as empresas do setor, começou a implementar medidas e estratégias para conter os efeitos da crise e preparar o caminho para a recuperação. Esses esforços conjuntos criaram uma base sólida que permitiu vislumbrar uma melhora na atividade econômica e na produção de petróleo já a partir de 2021.

O primeiro sinal positivo vem das últimas expectativas de investimento decorrentes da avaliação dos programas de trabalho e orçamento de 2021 dos operadores de upstream. Eles incluem mais de US\$ 1,1 bilhão em previsão de investimentos: US\$ 832,4 milhões em compromissos de investimento e US\$ 370 milhões em investimentos contingentes. Esses números são extremamente encorajadores para o setor de upstream no Golfo da Guiné e inevitavelmente resultarão em um aumento da produção de petróleo e gás da Guiné Equatorial no próximo ano. Em 2020, já foi possível manter a produção em torno de 282.700 boepd, incluindo 115.250 bopd e 31.000 bpd de condensados, de acordo com os dados mais recentes do Ministério de Minas e Hidrocarbonetos (MMH). À medida que a Guiné Equatorial se renova com fluxos de investimento mais fortes, também haverá uma nova atividade de perfuração. Em particular, espera-se que a Trident Energy perfurar três poços no Bloco G: ALON A, ALON B e ALON C, com início previsto da campanha no segundo trimestre de 2021. Além disso, também estão planejadas operações de recondicionamento nos poços 5P e WI-1 em Aseng, operados pela Noble Energy (Guinea Informaket, 2020, s/p; tradução nossa).

Em março de 2023, O INEGE divulgou seu Boletim Estatístico Trimestral referente ao segundo trimestre do ano, trazendo informações atualizadas sobre a produção de hidrocarbonetos, o setor de energia e o comércio no país. Segundo o boletim, a produção de petróleo apresentou um crescimento expressivo de 65,1% em comparação com o trimestre anterior, indicando uma forte recuperação do setor e um aumento da atividade econômica ligada ao petróleo. Por outro lado, a produção de condensado sofreu uma queda de 18,0%, enquanto os derivados de gás, como o butano e o propano, registraram diminuições de 19,9% e 23,1%, respectivamente.

Por sua vez, a produção de metanol e de gás natural liquefeito caiu 32,5% e 3,0%, respectivamente, no mesmo período de análise. Em relação à energia, o estudo revela que o consumo de gasóleo e gasolina registou um crescimento de 1,7% e 2,5%, respectivamente, em comparação com o trimestre anterior, enquanto o consumo de querosene e Jet A1 apresentou uma queda de 8,8% e 15,0%, respectivamente. No âmbito comercial, o INEGE informa que a importação de alimentos na Região Insular caiu 40,6%, enquanto na Região Continental houve um aumento de 44,9% neste segundo trimestre de 2023, tudo isso em comparação com o trimestre anterior. As exportações de hidrocarbonetos também caíram no segundo trimestre de 2023, em comparação com o trimestre anterior, apresentando reduções de 29,6% no condensado; 32,9% no butano; 26,3% no Gás Natural Liquefeito; 17,7% no metano e 15,0% no propano, enquanto a produção de petróleo cru cresceu 16,1% em relação ao período anterior (Revista Real Equatorial Guinea, 2023, s/p; tradução nossa).

Em 20 de janeiro de 2024, foi divulgado que o FMI terminou sua avaliação anual da economia da Guiné Equatorial, prevista no Artigo IV de seu acordo com o país. Nessas avaliações, representantes do FMI visitam o país, conversam com autoridades e analisam dados econômicos e financeiros para entender como a economia está evoluindo (Mba, 1998). O relatório do FMI mostrou que a economia da Guiné Equatorial continua sendo afetada pela queda na produção de petróleo, que é a principal fonte de renda do país. Apesar de a economia ter tido bons resultados em 2022, espera-se que entre em uma forte recessão em 2023, com uma queda de 8,8% na atividade econômica.

Malabo, Guiné Equatorial: Uma equipe do Fundo Monetário Internacional (FMI), liderada pelo Sr. Mesmin Koulet-Vickot, visitou Malabo de 26 de setembro a 5 de outubro para realizar as discussões de consulta do Artigo IV de 2023. Ao final da missão, o Sr. Koulet-Vickot emitiu o seguinte comunicado: “Em 2022, os indicadores econômicos mostraram melhora após um longo período de recessão. O PIB real cresceu 3,2%, devido à recuperação tanto do setor petrolífero quanto do não petrolífero. Graças aos altos preços do petróleo, tanto o saldo fiscal quanto o saldo em conta corrente registraram superávits consideráveis, e parte das receitas provenientes do petróleo foi poupada. O déficit primário não petrolífero deteriorou-se um pouco em 2022 em relação a 2021, refletindo em parte os gastos gerados pelas explosões de 7 de março em Bata. “No entanto, a recuperação não durou muito, e as perspectivas de médio prazo estão sendo afetadas pela queda projetada na produção de petróleo. “Espera-se que a economia da Guiné Equatorial volte à recessão em 2023, com uma contração da atividade econômica de 7,8%, refletindo o declínio na produção de petróleo, o crescimento limitado da economia não petrolífera devido à persistência de atrasos domésticos e às fraquezas estruturais subjacentes. “O superávit fiscal global de 2023 cairia para 0,3% do PIB, em comparação aos 13,6% registrados em 2022, enquanto o déficit fiscal não petrolífero está projetado em 23,3% do PIB não petrolífero, subindo em relação aos 22,7% de 2022. O saldo da conta corrente externa deverá transformar-se em um déficit de 3,9% do PIB em 2023, vindo de um superávit de 9,6% do PIB em 2022” (Guinea Informaket, 2023, s/p; tradução nossa).

Os dados apresentados pelo portal Datosmacro (2025) mostram que, a partir de meados da década de 1990, o país passou de uma economia essencialmente agrícola e de subsistência para uma das mais petrolíferas da África Central. Impulsionada pela descoberta e exploração de grandes campos offshore, como Zafiro, Alba, Ceiba e Okume, localizados principalmente ao redor da ilha de Bioko e na região de Río Muni como mencionei anteriormente.

Segundo esses dados, esse processo transformou radicalmente a estrutura econômica e fiscal do Estado, fazendo com que o petróleo se tornasse, em poucos anos, responsável por mais de 90% das exportações e pela maior parte das receitas públicas. O ponto de inflexão dessa trajetória ocorreu em 2004, quando a produção atingiu seu ápice histórico de aproximadamente 365 mil barris diários (tabela 3), consolidando o país como o terceiro maior produtor da África Subsaariana, atrás apenas de Angola e Nigéria.

Entretanto, a partir desse período de auge, observa-se um processo de declínio contínuo, acentuado pela redução natural da produtividade dos campos maduros e pela ausência de descobertas significativas de novas reservas. O esgotamento progressivo dos poços existentes, a falta de investimentos em tecnologias de recuperação secundária e a deterioração da infraestrutura energética contribuíram para uma queda gradual da produção, que em 2024 atingiu apenas 87 mil barris diários como é observado na tabela 3, que é uma redução de mais de 75% em relação ao pico de duas décadas antes.

Com base nesses elementos, a tabela 3 a seguir apresenta de forma sistematizada a evolução da produção petrolífera da Guiné Equatorial ao longo do período analisado, destacando os principais marcos de expansão e retração que ajudam a compreender o ciclo de ascensão e declínio do setor.

Tabela 3: Quantidade de barris de petróleo produzidos no período de 1991-2024

ANO	PRODUÇÃO ANUAL DE PETRÓLEO (mil/barris por dia)	ANO	PRODUÇÃO ANUAL DE PETRÓLEO (mil/barris por dia)
2024	87	2007	345
2023	88	2006	343
2022	118	2005	363
2021	133	2004	365
2020	148	2003	206
2019	156	2002	213
2018	172	2001	181
2017	184	2000	168
2016	227	1999	102
2015	250	1998	83
2014	260	1997	52
2013	270	1996	17
2012	289	1995	5
2011	278	1994	5

2010	298	1993	5
2009	322	1992	2
2008	337	1991	0

Fonte: Elaborado pelos dados Expansão/ Datosmacro.com (2025)

Nesse sentido, a dinâmica observada entre 1991 e 2024 demonstra que, embora o petróleo tenha sido um vetor de crescimento e modernização, também se tornou um fator de vulnerabilidade econômica e política, ao criar uma estrutura fortemente dependente das oscilações do mercado energético internacional.

Essa dependência quase exclusiva desse setor tornou a economia do país excessivamente vulnerável a choques externos, como quedas abruptas nos preços internacionais do barril de petróleo ou crises globais de demanda. Especialistas econômicos e instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial, recomendam com urgência a diversificação econômica para reduzir riscos e promover um crescimento sustentável. Para atrair mais investimentos, o governo anunciou incentivos fiscais a partir de 2024, incluindo a redução do imposto de renda corporativo de 35% para 25% (Aixelà-Cabré, 2012). Embora essas medidas ajudem, elas ainda são insuficientes para atrair grandes empresas, que esperam retornos mais altos e acredita-se que ações mais fortes e imediatas sejam necessárias para preservar e revitalizar o setor que é a base da economia do país.

3.3 Relações Bilaterais entre Guiné Equatorial e Brasil

O interesse brasileiro no Golfo da Guiné se insere em uma lógica maior de valorização do Atlântico Sul como um entorno estratégico. O Atlântico é um dos cinco oceanos do planeta, mas a distinção entre Atlântico Norte e Atlântico Sul não é apenas uma questão geográfica. O Brasil, igualmente, mantém relações diplomáticas, comerciais e de defesa com os países do Golfo da Guiné, e a Guiné Equatorial ocupa um lugar especial por ser o único país africano de língua oficial espanhola e também por sua riqueza em petróleo e gás (Affonso, 2024).

Esses dois países compartilham uma história marcada por vínculos coloniais. O ponto de partida é a colonização portuguesa, já que tanto o Brasil quanto parte do território da atual Guiné Equatorial, especialmente as ilhas de Ano Bom (Annobón) e Fernando Poo estiveram sob domínio de Portugal em determinados momentos da história (Owono, 2024). Durante a era das grandes navegações e da expansão colonial, o Brasil foi peça central do império ultramarino

português, funcionando como eixo econômico e estratégico no Atlântico Sul. A presença portuguesa nas ilhas equato-guineenses e no Golfo da Guiné estabeleceu uma conexão atlântica que incluía o comércio, a circulação de pessoas e a difusão da língua portuguesa (Nguema, 2022).

Os dois Estados estabeleceram oficialmente relações diplomáticas em 1974, mas foi apenas a partir da década de 2000 que essas relações começaram a se intensificar de forma consistente. Esse fortalecimento se insere no contexto da política externa brasileira durante o governo Lula da Silva, marcada por uma ênfase no aprofundamento das relações Sul-Sul e na busca de maior presença diplomática e econômica do Brasil no continente africano (Nguema Mañana, 2015). E por fim, a instalação da Embaixada da Guiné Equatorial em Brasília em 2005 e da Embaixada do Brasil em Malabo em 2006 representou um marco institucional.

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional aprovou na quarta-feira (22) o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a República da Guiné Equatorial, localizada no continente africano. Assinado em Brasília, em 24 de agosto de 2005, o acordo prevê a realização de reuniões entre representantes dos dois governos para avaliar e indicar as áreas prioritárias de cooperação e, posteriormente, implementar os projetos aprovados. A cooperação poderá envolver instituições públicas e privadas, assim como ONGs de ambos os países. O relator, deputado João Magno (PT-MG), foi favorável ao texto, ressaltando que é o primeiro ato internacional celebrado entre o Brasil e a Guiné Equatorial. Independente da Espanha desde 1968, o país é o terceiro maior produtor de petróleo da África. No entanto, apresenta um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano, segundo a ONU (Câmara dos Deputados, 2006, s/p).

Essas iniciativas contribuíram para um crescimento expressivo no comércio bilateral. O volume de trocas comerciais, que em 2003 era de apenas 3 milhões de dólares, saltou para 243 milhões em 2007, revelando a intensidade e a rapidez da expansão da parceria econômica. Esse crescimento está relacionado principalmente ao setor energético, mas também reflete os esforços de diversificação da cooperação (Bituga Nchama; Nvé Ndumu, 2021).

Outro aspecto central é a participação da Guiné Equatorial na ZOPACAS em 2010. A presença da Guiné Equatorial nesse fórum é significativa porque reforça o discurso brasileiro de que os países do Sul Global podem e devem ser protagonistas na governança de seus espaços marítimos. Isso também fortalece a narrativa diplomática do Brasil de que o Atlântico Sul deve ser reconhecido como uma zona livre de rivalidades militares externas, valorizando a cooperação entre os países ribeirinhos (Alexandre, 2024).

Do ponto de vista geoestratégico, a localização da Guiné Equatorial é altamente relevante, porque ocupa uma área de passagem obrigatória das principais rotas de transporte

marítimo do Golfo da Guiné, onde circulam navios petroleiros e cargueiros que abastecem tanto a Europa quanto a América. Esse posicionamento coloca o país no centro de disputas sobre segurança marítima, já que a região enfrenta altos índices de pirataria e crimes transnacionais, como tráfico de armas e contrabando (Dias, 2022). Para o Brasil, que depende de rotas marítimas seguras para garantir seu comércio exterior, estabelecer parcerias de cooperação em segurança naval com a Guiné Equatorial significa ampliar sua capacidade de influência e de proteção no Atlântico Sul.

A Fragata “Independência”, que realiza a Operação “Guinex-I”, na área marítima do Golfo da Guiné, desatracou do Porto de Malabo, na Guiné Equatorial, no dia 16 de agosto. Após o suspender, o navio conduziu exercícios no mar com a Fragata “Wele Nzaz”, da Marinha daquele país. Um dos exercícios consistiu em uma abordagem de uma equipe da “Wele Nzaz” ao navio brasileiro, que simulava um navio mercante. Na ocasião, foi realizada a troca de experiências e compartilhamento de procedimentos por ocasião da condução do embarque da equipe. (Marinha do Brasil, 2021, s/p).

No quadro do Golfo da Guiné, a atuação da Marinha do Brasil pode ser compreendida como extensão prática do arcabouço legal brasileiro em matéria de defesa, em especial a PND e a END. Essas diretrizes colocam em evidência a importância da segurança marítima, da cooperação internacional e da proteção de recursos estratégicos para os interesses nacionais (Silva, 2019). No caso equato-guineense, a interação com o Brasil insere-se em um contexto mais amplo de diplomacia da defesa, em que as ações estratégicas não se restringem ao fortalecimento militar, mas também contribuem para a integração regional, a estabilidade do Atlântico Sul e a projeção internacional do Brasil.

A cooperação técnico-militar é outro eixo de relevância nas relações bilaterais, em um âmbito correlato, avançou também através do setor de Defesa Civil, oficiais navais equato-guineenses participam de cursos e estágios em escolas militares brasileiras, como a Escola de Guerra Naval e a Escola Naval, o que promove interoperabilidade doutrinária e técnica (Montez, 2019). Em 2018, foi validado um projeto de cooperação técnica voltado ao Fortalecimento Institucional e Operativo do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil da Guiné Equatorial. A ação envolveu delegações técnicas brasileiras e contemplou a formação em gestão de Defesa Civil, prevenção de desastres, e estruturação de corpo de bombeiros no país africano.

Realizou-se, de 12 a 16 de março, missão de validação do projeto de cooperação técnica “Fortalecimento Institucional e Operativo do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil da Guiné Equatorial”, em negociação desde 2016. Esta missão, composta por representantes da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério da Integração Nacional e do Corpo de Bombeiros do Paraná ,

possibilitou a consolidação das bases do projeto, além da realização de um seminário de intercâmbio de conhecimentos sobre o tema da Defesa Civil. Na agenda de trabalho da delegação, foram realizadas reuniões com as autoridades locais, como destaque para o encontro com o Primeiro Vice-Primeiro-Ministro do governo e Ministro do Interior e Corporações Locais, Senhor Clemente Engonga Nguema Onguene, que sublinhou a importância e a relevância do projeto para o seu país, assim como o interesse da República da Guiné Equatorial em cooperar com o governo brasileiro, por meio da Cooperação Sul-Sul (ABC, 2018, s/p).

Quanto às relações educacionais entre os dois Estados, se inserem no quadro mais amplo da cooperação Sul-Sul, modelo que valoriza o intercâmbio entre países em desenvolvimento, baseado na solidariedade, no respeito à soberania nacional e na busca por desenvolvimento mútuo (Marín-Quemada, 2007). Essa cooperação, marcada pela horizontalidade, ganha contornos específicos no campo da educação, que se tornou um dos pilares mais promissores da aproximação entre os dois países.

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional aprovou nesta quarta-feira (1º) acordo de cooperação educacional entre os governos do Brasil e da Guiné Equatorial. O texto prevê intercâmbio de alunos, professores e pesquisadores, além de incentivo a programas de bolsas de estudo para ingresso no ensino superior. Os dois países comprometem-se a cooperar em todas as modalidades de ensino. Além disso, diplomas e títulos acadêmicos de um país poderão ser validados pelo outro, desde que a legislação local seja obedecida. Assinado em 2009, o acordo foi enviado à Câmara na forma de mensagem do Poder Executivo (486/10). Agora, passará a tramitar como projeto de decreto legislativo, de autoria da comissão, que ainda não foi numerado (Câmara dos Deputados, 2011, s/p).

Destaca-se também o PEC-G, iniciativa do governo brasileiro que possibilita os jovens estrangeiros de países em desenvolvimento cursarem o ensino superior em universidades públicas ou privadas brasileiras. No caso da Guiné Equatorial, a sua integração foi em 2019 no qual os estudantes têm sido contemplados, o que reforça a dimensão estratégica da educação como vetor de aproximação diplomática (Nguema-Nkié, 2022). Além do ensino formal, há uma dimensão cultural significativa que o país, ao tornar o português como língua oficial em 2010, reconheceu sua importância estratégica para integrar a CPLP no ano de 2014.

A Guiné Equatorial, ao oficializar o português em 2010, buscou não apenas se integrar à CPLP, mas também reforçar sua identidade africana e atlântica. Porém, o campo da educação constitui um dos mais sólidos elos de ligação entre os dois Estados (Gomes, 2017). Ele combina diplomacia cultural, cooperação técnica e formação acadêmica, permitindo não apenas a qualificação de recursos humanos, mas também a construção de uma identidade compartilhada no espaço da lusofonia. A continuidade e ampliação dessa cooperação têm potencial de gerar impactos duradouros para o desenvolvimento social e cultural guineense e para a projeção internacional do Brasil.

4. O INGRESSO NA CPLP E A DIPLOMACIA LINGUÍSTICA

4.1 Influência das línguas espanhola e francesa no desenvolvimento nacional

A diplomacia linguística pode ser compreendida como o uso estratégico das línguas por parte dos Estados com o objetivo de ampliar sua presença, influência e legitimidade no sistema internacional. Ela integra o campo mais amplo do soft power, conceito desenvolvido por Nye (2004), segundo o qual os países podem alcançar resultados diplomáticos não apenas por meios coercitivos ou econômicos, mas também através do poder de atração cultural, social e institucional. Nesse sentido, a língua transforma-se em recurso simbólico capaz de gerar aproximação política, cooperação e prestígio internacional.

Nos últimos anos, o conceito de soft power (Nye, 2004) tem ganhado relevo nas discussões sobre política internacional, destacando a importância das formas não coercitivas de influência e persuasão. Nesse contexto, a teoria da interdependência complexa (Keohane; Nye, 1989) também se tornou relevante, pois enfatiza a dinâmica contemporânea das relações internacionais, que se caracteriza por múltiplos canais de interação, além da ausência de hierarquia rígida entre questões políticas, econômicas e sociais. Sendo assim, a língua desempenha um papel fundamental, pois torna-se uma ferramenta poderosa de projeção de valores culturais, políticos e econômicos. Os estudos mostram que a língua não é apenas um meio de comunicação, mas também uma expressão da identidade nacional, um recurso estratégico para a promoção dos interesses do país (Pinto, De Barros Junior, Roesler, 2025, p. 185)

A importância da diplomacia linguística é particularmente visível em contextos pós-coloniais. Nos Estados africanos, onde a diversidade etnolinguística e os legados coloniais moldam profundamente a construção nacional, a gestão das línguas tornou-se elemento estratégico tanto para a coesão interna quanto para a inserção internacional. A escolha de uma língua oficial ou o reconhecimento de múltiplas línguas não é um simples ato administrativo, mas uma decisão política que repercute na formação do Estado, na educação, na produção simbólica e na construção de alianças internacionais (Timbane, 2022). Assim, países africanos têm recorrido a estratégias de diplomacia linguística para fortalecer sua identidade nacional, ampliar suas redes de cooperação e garantir maior visibilidade nas arenas globais.

Na Guiné-Equatorial, constitui um dos elementos mais significativos da sua atuação internacional nas últimas décadas. Trata-se de uma estratégia estatal que utiliza a adoção e promoção de línguas oficiais como instrumento de inserção externa, reposicionamento geopolítico e busca por legitimidade no cenário internacional. Em um país marcado por forte diversidade sociolinguística e por um histórico de isolamento diplomático, a dimensão linguística tornou-se mecanismo central para ampliar alianças e melhorar sua imagem global (De Araujo, 2024).

Portanto o país é multilíngue, além das línguas bantu como bubi, fang, ndowé, benga, bisio e balengue, faladas principalmente nas ilhas de Bioko e Corisco e na região continental de Río Muni, também se falam o pichi que é um crioulo de base inglesa, comum em Malabo e o fá d'ambó, um crioulo de base portuguesa falado na ilha de Annobón). No plano oficial, o espanhol, o francês e o português são reconhecidos como línguas oficiais, mas cada uma delas ocupa espaços e funções diferentes na sociedade (Rodríguez, 2024).

4.1.1 Espanhol

O espanhol é, sem dúvida, a língua predominante da Guiné Equatorial, tendo sido herdado do período colonial espanhol, que durou de 1778 até a independência do país em 1968. Foi imposto oficialmente como língua de colonização desde as primeiras tomadas de posse simbólica e legal dos territórios; em 1778 com a expedição de Argelejos e Primo de Rivera, e em 1843 com a expedição de Lerena (Miampika, 2010). Posteriormente, a colonização linguística foi consolidada por meio de decretos e leis coloniais.

Os mais importantes foram o Real Decreto de 12 de outubro de 1884, que declarava que o ensino deveria ser em espanhol, e o Bando publicado no Boletim Oficial em 1 de junho de 1907 sobre a obrigatoriedade do espanhol, não apenas no ensino, mas também nos serviços religiosos e nos contratos públicos. As Constituições publicadas posteriormente ratificaram essa normativa, e o espanhol é hoje reconhecido como língua oficial junto com o francês “e as que a Lei determinar”, segundo o artigo 4 da Lei Fundamental da Guiné Equatorial, Novo texto da Constituição da Guiné Equatorial, promulgada oficialmente em 16 de fevereiro de 2012 (Rodríguez, 2024, p. 83; tradução nossa).

No contexto sociolinguístico, o espanhol falado na região, tem algumas particularidades que o diferenciam de outras variantes do espanhol, mas que, ao mesmo tempo, lembram algumas formas de espanhol faladas em regiões bilíngues da América Latina como os Andes, Paraguai e partes da América Central e também em certas regiões da Espanha como País Basco, Catalunha, Gibraltar e Galícia. Por essa razão, muitos estudiosos consideram o espanhol da Guiné Equatorial como um dialeto próprio e distinto do espanhol (Pérez, 2024).

Segundo o estudo comparativo de Lipski (2014), o espanhol da Guiné Equatorial tem particularidades na forma de falar, no vocabulário e na estrutura das frases, resultado da convivência com as línguas nativas e das experiências históricas do país.

Segundo Lipski (2014), observam-se as seguintes características nessa variante da língua: A nível fonético e fonológico: Articulação oclusiva de consoantes sonoras como /b/, /d/, /g/. Retenção da /s/ no final da sílaba ou da palavra, fenômeno comum nas variedades de espanhol da Hispanoamérica. Evidência da pronúncia alveolar da /n/ no final da palavra e resistência da /s/ final de sílaba/palavra, aspectos que mostram influências locais. Neutralização de /t/ e /tt/. Uso de tons individuais em

cada sílaba, uma influência das línguas bantas autóctones. A nível morfológico: Combinações híbridas dos pronomes *usted* com formas verbais de *tú* (por exemplo, *usted tienes* em vez de *usted tiene*). Variabilidade no uso de *vosotros* e *ustedes*, com possíveis erros nas formas verbais correspondentes. Instabilidade na concordância gramatical, especialmente em formas plurais (*todo lo habitante* em vez de *todos los habitantes*). Certa flutuação na utilização do tempo verbal e do modo subjuntivo. No plano sintático: Persistem diferenças semânticas entre *ser* e *estar*. Uso predominante da preposição *en* com verbos de movimento (*voy en Malabo* em vez de *voy a Malabo*). Tratamento por *tú* generalizado. O uso do pronome *tú* é dominante em todas as situações comunicativas, mesmo em contextos formais. Elisão de artigos e pronomes indefinidos (*parece pájaro* em vez de *parece un pájaro*). Redundância nos pronomes do sujeito (*quizás él sabe lo que él quiere*) (Pérez, 2024, p. 16-17; tradução nossa).

Igualmente, o autor Lipski (2014) ressalta que, S o espanhol ocupa uma posição ambivalente na Guiné Equatorial: para alguns, é um patrimônio valioso, que conecta o país ao mundo hispânico; para outros, é um resquício colonial que contribui para seu isolamento em relação ao contexto africano majoritariamente francófono e anglófono.

Apesar dessas tensões, o espanhol da Guiné Equatorial ainda é pouco estudado, sobretudo quando comparado às variedades latino-americanas ou dos EUA. Esse apagamento se deve ao pequeno número de falantes, à hegemonia das variedades latino-americanas nos estudos linguísticos e ao foco da pesquisa nos contextos migratórios hispânicos nos EUA (Rodríguez, 2022). Assim, o espanhol da Guiné Equatorial permanece como uma variedade de importância geopolítica e identitária, mas ainda subexplorada nos debates linguísticos internacionais, o que reforça a necessidade de um olhar mais sistemático e inclusivo sobre sua realidade.

Historicamente, o espanhol serviu como língua de unificação entre os principais grupos étnicos do país, especialmente Fang e Bubi (Pale, 2021). Após a independência, o regime de Macías Nguema (1968–1979) restringiu fortemente seu uso e fechou escolas, mas o espanhol permaneceu a língua oficial nas leis e na diplomacia, por ser a única língua escrita disponível, já que as línguas locais eram majoritariamente orais (Schlumpf; Carreira, 2024).

A partir do chamado golpe de liberdade, liderado pelo atual presidente Teodoro Obiang Nguema em 1979, a situação do país começou a se reorganizar reconhecendo sua importância para a administração, a educação e a diplomacia internacional. As escolas primárias e secundárias voltaram a funcionar de forma mais regular, e o uso do espanhol foi restabelecido (Rosique, 2006). Esse processo culminou em 1982, quando a Constituição passou a reconhecer oficialmente o espanhol como língua oficial do país, desde então, o espanhol passou a ser

novamente o principal meio de instrução escolar e comunicação oficial do governo, nos tribunais e na mídia.

Durante a ditadura de Macías, o espanhol “foi perseguido”, embora, por ser a única língua escrita (as línguas indígenas não o são), ainda fosse a língua da lei na Guiné Equatorial e a utilizada para as relações internacionais. Essa perseguição causou “um enorme dano”, tanto no nível educacional quanto na cultura em geral, e a língua espanhola “sofreu um enorme retrocesso”. Estendeu-se a tudo que era espanhol e justificava-se pela “ideia de identidade e autoestima da cultura africana autóctone”, já que o espanhol era uma língua “importada”. Trinidad Morgades Besari afirma que houve um notável declínio no nível de espanhol das pessoas nascidas e criadas nessa época (Hlynsson, 2022, p. 15; tradução nossa).

Nos anos 1980, intelectuais guinéu-equatorianos começaram a se organizar e criar manifestos. Nesses textos, eles destacam que fazer parte do mundo hispânico seria uma das bases do novo trabalho intelectual no país. É importante notar que, no contexto africano, essa aproximação do espanhol também servia para diferenciar-se dos países vizinhos de língua francesa. Uma consequência central desse desejo de integração com os países hispano falantes foi a criação de uma AEGLE (Ikuga; Villaverde, 2020).

Em 8 de outubro de 2013, foi publicado o Decreto Presidencial nº 163/2013, que estabeleceu oficialmente a AEGLE como uma instituição acadêmica, cultural e política, correspondente da RAE, com sede em Malabo, a capital do país. Artistas e escritores nacionais como Leandro Mbomio Nsue e Anacleto Oló Mibuy organizaram o Primeiro Congresso Internacional Hispânico-Africano de Cultura, que aconteceu de 2 a 8 de junho de 1984, na cidade de Bata (Oyana; Bautista, 2018)).

Esse congresso é considerado um marco histórico e possivelmente também a motivação inicial para criar uma Academia de Língua Espanhola própria na Guiné Equatorial. O Relatório Final desse congresso recomendava, de forma geral, ações para fortalecer a cultura e a língua espanhola no país, como promover estudos, criar instituições e valorizar a literatura e a produção intelectual local.

Para a realização e o desenvolvimento posterior nesse sentido, inclui-se uma lista de recomendações:

1. Aos governos africanos e dos países hispânicos, recomenda-se, em primeiro lugar, que este Congresso seja um ponto de partida: interessa a todas as nossas comunidades nacionais e culturais estabelecê-lo com caráter periódico.
2. Ao Governo da República da Guiné Equatorial, o Congresso recomenda as seguintes medidas de conservação e promoção do patrimônio nacional:
a) A adoção de medidas que assegurem a continuidade do idioma espanhol, língua oficial do Estado, integrada no patrimônio cultural guineense e elo entre as diferentes etnias que compõem a República da Guiné Equatorial, etnias que, por sua vez, têm

uma origem comum na tradição bântu. b) Promover o desenvolvimento de uma ação cultural e educativa que potencialize os valores das tradições herdadas e adquiridas, como um marco que permita ao país o acesso aos valores da cultura universal contemporânea a partir de sua identidade nacional. A identidade cultural guineense encontra-se na conjugação hispano-bântu. c) A adoção de medidas que promovam a política do livro na Guiné Equatorial, com o objetivo de que possam ser aumentados os índices de leitura mediante a expansão das bibliotecas e a difusão do livro... g) A incorporação plena da Guiné Equatorial, como país hispânico, requer a criação da Academia Guineense da Língua Espanhola. Como é habitual, esta Academia solicitará, no seu devido momento, o status de correspondente junto à Real Academia Espanhola e o envio de um representante, como membro da Comissão Permanente das Academias, de acordo com os Estatutos de todas elas (Signo y Señá, 2023, s/p; tradução nossa).

Em janeiro de 2014, o presidente Teodoro Obiang aprovou o memorando de criação da AEGLE, anunciando que, pela primeira vez, o Dicionário da RAE incluiria termos do espanhol da Guiné Equatorial. Esse reconhecimento internacional destacou a importância do espanhol guineense como uma variedade legítima da língua espanhola (Schlumpf, 2016).

Até o momento, a AEGLE é responsável por cerca de 50 entradas no DLE da RAE e da Associação de Academias da Língua Espanhola. O vice-presidente da AEGLE sente-se especialmente orgulhoso da entrada abaá (casa comunal), pois foi uma das primeiras palavras da Guiné Equatorial incluídas na versão impressa mais recente do dicionário (Gutiérrez, 2024). Aliás, foram publicados estudos acadêmicos importantes como os de Bibang Oyee e Larre Muñoz, 2020, e de Rabat Makambo, 2021, que ajudam a ampliar o conhecimento sobre a situação linguística da Guiné Equatorial, oferecendo uma perspectiva local.

Outra iniciativa bem visível da AEGLE é um conjunto de letreiros que, desde 2017, foram instalados em espaços públicos de, pelo menos, duas das maiores cidades do país: Malabo e Bata. Esses letreiros são resultado de forças claramente normativas dentro da Academia, que reproduzem um modelo de língua baseado no padrão do espanhol castelhano. Por um lado, eles têm como objetivo chamar a atenção para os “erros” ortográficos mais frequentes e suas “correções”, com o pedido: “Por favor, respeitem as normas de ortografia em letreiros públicos” (Doppelbauer; Schlumpf, 2023, p.361-362; tradução nossa).

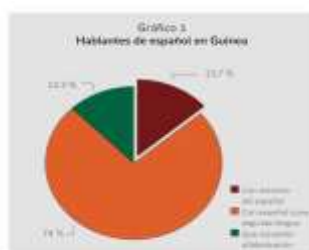
A AEGLE adota uma visão monocêntrica e conservadora do espanhol, rejeitando usos locais amplamente presentes na Guiné Equatorial. Fenômenos considerados “erros”, como o dequeísmo ou certas construções morfossintáticas, são comuns em outras variedades hispânicas, mas a Academia os estigmatiza, classificando até formas frequentes da população como incorretas (Doppelbauer & Schlumpf, 2023; Galván, 2024).

Em 2024, a AEGLE participou de uma reunião virtual da ANLE para lançar um instituto de pesquisa linguística dedicado a estudar e promover o espanhol e suas variedades regionais.

A ANLE destacou que a participação da Guiné Equatorial é crucial, pois busca coletar e publicar livros e obras de autores guinéu-equatorianos nos Estados Unidos, onde reside uma significativa população de língua espanhola. Esse esforço tem como objetivo dar visibilidade à riqueza literária do país e promover um intercâmbio cultural mais amplo. Em reconhecimento a essa colaboração, a ANLE nomeou acadêmicos correspondentes figuras destacadas da literatura guinéu-equatoriana, como Agustín Nze Nfumu, escritor e linguista, presidente da AEGLE, e o renomado escritor Dr. Fernando Ignacio Ondo. Essa nomeação ressalta o compromisso de ambas as instituições em promover o uso e a evolução do espanhol em contextos internacionais. A ANLE é uma entidade que reúne acadêmicos e especialistas na língua espanhola nos Estados Unidos, com foco na publicação de obras literárias e na concessão de prêmios que incentivam o uso do idioma. A colaboração com a AEGLE representa uma oportunidade valiosa para fortalecer os laços culturais e linguísticos entre a Guiné Equatorial e o mundo hispanófono na América do Norte (Revista Real Equatorial Guinea, 2024, s/p; tradução nossa).

O primeiro grupo é composto majoritariamente por indivíduos com mais de quarenta anos, que representam entre 10% e 15% da população nacional. O segundo grupo corresponde à ampla maioria da população guinéu-equatoriana, situando-se em torno de 74%, e caracteriza-se por um uso funcional do espanhol como segunda língua. Já o terceiro grupo, formado por sujeitos que ainda não dominam a leitura e a escrita nessa língua, abrange aproximadamente entre 12% e 13% da população (Rosique, 2006).

Figura 14: Porcentagem da população que falam espanhol em 2005



Fonte: elaborado pelo autor Rosique (2006)

Iniciativas diplomáticas recentes mostram o esforço da Guiné Equatorial para consolidar o espanhol como idioma de trabalho em fóruns multilaterais. Em 2024, embaixadas hispano-falantes organizam, na sede da Comissão Econômica da ONU para a África Central, um evento pelo Dia da Língua Espanhola, reafirmando apoio à inclusão do espanhol na União Africana. A cerimônia contou com representantes diplomáticos e homenagens a escritores hispânicos e equato-guineenses de destaque (Schlumpf, 2016).

Os países de língua espanhola reafirmaram seu apoio à luta da Guiné Equatorial para que o espanhol seja reconhecido como idioma de trabalho da União Africana. O evento contou com a presença de embaixadores desses países e incluiu homenagens a escritores e poetas

mundialmente conhecidos, como Eduardo Galeano, Camilo José Cela, María Nsue Angüe, Horacio Quiroga, Pablo Neruda e Miguel de Cervantes.

Em sua intervenção, o Embaixador Representante Permanente do nosso país junto à União Africana e ao Governo da Etiópia, Miguel Ntutumu Evuna Andeme, destacou que, de fato, trata-se de um marco o espanhol ser considerado como uma das línguas oficiais das Nações Unidas, enquanto órgão supremo mundial no atual sistema de relações internacionais. O diplomata guinéu-equatorial ressaltou que é preciso continuar lutando para que esse idioma seja respeitado, assim como o inglês e o francês, no seio da União Africana, onde a Guiné Equatorial, como país que utiliza o espanhol na África, fez o impensável para que, em um contexto de 55 Estados membros, o espanhol seja reconhecido como idioma de trabalho. Nesse sentido, Ntutumu Evuna Andeme aproveitou a ocasião para reivindicar a pertença da Guiné Equatorial às diferentes organizações da comunidade de países de língua espanhola (Guinea Ecuatorial, 2024, s/p; tradução nossa).

Finalmente, Ntutumu Evuna Andeme reafirmou a pertença da Guiné Equatorial às organizações da comunidade de países de língua espanhola, reforçando o compromisso do país com a diplomacia linguística e a promoção do espanhol como instrumento de identidade cultural e integração internacional. Estes esforços demonstram que a ação diplomática e cultural da Guiné Equatorial tem potencial não apenas para consolidar a presença do espanhol na África, mas também para fortalecer os laços com a comunidade hispanófono global.

4.1.2 Francês

A integração da Guiné Equatorial ao espaço francófono é um caso bastante incomum na África Subsaariana. Antiga colônia espanhola, o país falava majoritariamente o espanhol, mas foi se aproximando, ao longo do tempo, de estruturas regionais dominadas pela França. Esse movimento não segue a lógica histórica de continuidade colonial e mostra uma mudança estratégica: a língua francesa, as instituições francófonas e a cooperação bilateral se tornaram ferramentas importantes para fortalecer sua posição no continente (Sekongo, 1979). Essa decisão não se baseia apenas em afinidade cultural, mas principalmente em interesses práticos, como sobrevivência diplomática, oportunidades econômicas e relevância regional.

Como o país encontrava-se praticamente isolado linguisticamente e institucionalmente, cercada por Estados francófonos como Camarões, Gabão e Congo. Ao adotar o francês como língua oficial, Malabo buscou criar condições para sua adesão a organizações multilaterais da região, como a União Africana e a CEMAC. Nesse sentido, a inclusão do francês representou um gesto de aproximação diplomática destinado a reforçar a integração no espaço centro-africano e facilitar a circulação política, econômica e administrativa (Ndongo-Bidyogo, 2000).

Antes da Conferência de Berlim, a França já buscava limitar a presença espanhola no Golfo da Guiné. Entre 1842 e 1843, aproveitando a fragilidade espanhola, obteve o direito de vigiar a costa até o cabo López, consolidando-se no Gabão e fundando Libreville (1845). Após 1885, ampliou sua influência instalando missionários em Río Benito e Bata. O Tratado de Paris de 1900 confirmou a perda espanhola: a Espanha ficou com apenas 26.000 km² do território continental, enquanto a França manteve o direito de preferência em caso de futura cessão (Tadoun, 2016).

Após a adesão da Guiné à zona do franco, no final de 1982, tornou-se evidente a afluência de empresas paraestatais francesas, entre elas a ELF Aquitaine. As demais ocuparam-se da modernização dos portos e do aeroporto de Malabo, bem como da reabilitação da estrada Bata-Ebebiyín. A distribuição de combustível foi concedida com exclusividade à «Total». Desde 1985, desenvolve-se em Malabo um centro cultural francês, e existe também outro em Bata. Em 1985, tornou-se obrigatório para os funcionários aprender francês. Cabe acrescentar que, pelo acordo de cooperação de 1988 com a Guiné, a França assumiu a reorganização da gendarmaria nacional, a formação dos seus quadros e a criação de uma companhia motorizada. Em 1989, o Ministro da Educação decidiu introduzir o ensino obrigatório do francês para favorecer o bilinguismo. Os fatos que acabamos de apresentar e recordar sobre a presença francesa na Guiné Equatorial, único país hispanófono da África subsaariana, remontam a tempos passados e desembocam, ao que parece, na situação da Francofonia, da qual vamos falar a seguir. Por conseguinte, notamos uma presença francesa na Guiné que remonta ao início do século XVIII e que se torna muito evidente com a entrada da antiga colônia espanhola na zona do franco francês (Mba, 1998, p. 111-112; tradução nossa).

O país está cercado por países francófonos Camarões e Gabão e, após o fim do regime de Macías, enfrentou certo isolamento linguístico e institucional. A aproximação com a França surge, então, como forma de diversificar suas relações e reduzir a dependência da Espanha, ao mesmo tempo que se conecta a um espaço regional mais estruturado. esse processo começou já em 1979, com o início de relações diplomáticas e um acordo técnico com a França, antes de a Espanha tomar iniciativas semelhantes. Esse passo marcou o começo da integração do país ao espaço francófono (Sekongo, 1979).

Depois de assumirem o poder em 1979, as autoridades da Guiné Equatorial enfrentavam uma grave crise monetária, causada pelo uso da moeda local, o ekwele, que não tinha valor fora do país. Para tentar resolver a situação, solicitaram à Espanha que tornasse o ekwele conversível, mas isso não aconteceu. Diante disso, o país decidiu entrar na zona do franco, depois de esgotar todas as negociações políticas e possibilidades de cooperação monetária com a Espanha (Liniger-Goumaz, 1983).

Figura 15: A Moeda Ekwele



Fonte: elaborado pelo autor World Bank (2010)

Anos depois, o país assinou o acordo de adesão à UDEAC, que depois se chamaria CEMAC em 1998 e passou a integrar a Comunidade Francófona Africana e o Banco dos BEAC em 1984. Esses organismos utilizam o Franco CFA como moeda e com a entrada na CEMAC, as autoridades decidiram que o francês se tornaria a língua oficial de trabalho, exigindo que a administração do país usasse o francês no dia a dia (Gutiérrez, 2017). Desde então, Guiné Equatorial passou a ser membro da Francofonia, criando condições para uma integração mais efetiva em processos administrativos e jurídicos regionais.

O francês foi introduzido como segunda língua oficial em 1998, oficialmente para facilitar a interação internacional com os países da francofonia, como se lê no preâmbulo da Lei Constitucional n.º 1/1998, de 21 de janeiro:

A posição geográfica da Guiné Equatorial a obriga a se relacionar de modo natural com os povos dos países vizinhos, com os quais mantém vínculos etnoculturais incontornáveis da grande família banto; a isso se soma o impulso recebido com a efetiva integração econômica regional e no espaço da francofonia, fatos que possibilitam ao país desenvolver-se melhor nos âmbitos econômico, político, social e cultural, dentro da dinâmica imposta pela nova ordem mundial. Constituindo o idioma o veículo de comunicação com os demais povos e uma enorme vantagem somar-se ao espanhol (nossa língua oficial de legado histórico, de raiz hispânica, que juntamente com as demais línguas autóctones compõem nossa identidade sociocultural), o idioma francês é declarado como segunda língua oficial, a fim de coadjuvar na facilitação de nossa inter-relação com os demais países e reafirmar a mencionada identidade sociocultural. Por esse motivo, mostra-se conveniente e necessário modificar o primeiro parágrafo do artigo 4.º da Lei Fundamental para declarar também o francês como língua oficial (Lei Constitucional n.º 1/1998, de 21 de janeiro, Preâmbulo) (Signo y Señá, 2023, s/p; tradução nossa).

A francofonia, a primeira reunião aconteceu em Paris, presidida pelo então presidente francês François Mitterrand. A Guiné foi convidada porque já fazia parte da UDEAC, formada principalmente por antigas colônias francesas. A entrada da Guiné na UDEAC aconteceu depois da conferência de Lagos, em 1980, quando a UA discutiu a criação de zonas econômicas regionais. Para a África central foi criada a CEEAC, mas como ela ainda não existia na prática, a Guiné decidiu entrar na UDEAC, que já funcionava (Nguia Mañana, 2015).

Imagem 16: Moeda Franco CFA



Fonte: elaborado pelo autor Revista Real Equatorial Guinea, 2022

Mais tarde, quando a França organizou a reunião para fundar a Francofonia, a Guiné recebeu o convite porque já fazia parte da UDEAC, que era apoiada pelos franceses. Na época, muita gente no país questionava por que aderir a uma organização onde se falava francês, se a Guiné tinha sido colônia da Espanha. A resposta foi que não se tratava de colonialismo, mas sim de integração africana, já que a organização era da África Central e não importava se o idioma era francês ou espanhol (Dingammadji, 2021) .

Assim, quando a Guiné recebeu o convite do governo francês, participou por meio do então Primeiro-Ministro falecido, Seriche, que representou o país nessa reunião em que se decidiu criar a Francofonia; éramos apenas participantes. A segunda reunião teve lugar em Dakar, no Senegal, da qual participei pessoalmente, mas ainda não havíamos confirmado a adesão da Guiné Equatorial. Foi nesse encontro que confirmamos que a Guiné Equatorial era membro da Francofonia, e nessa conferência tive que improvisar a intervenção do país em francês. Desde esse momento, somos membros da Francofonia. A contribuição que a Francofonia nos traz é meramente cultural. É bom que, em um país onde se falam vários idiomas, exista um valor cultural importante. A Guiné Equatorial é um país que domina muitos idiomas. Temos o espanhol, herdado da colonização, mas além do espanhol, hoje em dia, fala-se perfeitamente o francês, o inglês e o português, algo que muitos países africanos não atingiram. Dessa forma, trata-se de uma valorização cultural muito importante que oferecemos à Guiné Equatorial, para que seus habitantes, nossos intelectuais e estudantes dominem esses idiomas aos quais nos vinculamos (Profe-Epi, 2025, s/p; tradução nossa).

No campo educacional, o francês foi introduzido gradualmente no currículo escolar, principalmente em escolas urbanas, nas comunidades culturais como a Comunidade de Léopold Sédar Senghor localizado na cidade de Bata, ICEF localizadas em Malabo e Bata, universidades como a UNGE e AAUCA, sendo ensinado como segunda língua estrangeira, ao lado do espanhol, que permanece como língua de instrução principal (Metogho, 2022).

Em 2011, a OIF e a República da Guiné Equatorial celebraram, na cidade de Malabo, a assinatura de um memorando de entendimento voltado para o fortalecimento das competências linguísticas em francês. Esse compromisso visava não apenas a formação linguística, mas também a integração efetiva do país no espaço francófono, uma vez que o país havia ingressado oficialmente na Francofonia em 2010 e necessitava adequar-se aos usos diplomáticos predominantes dentro da organização.

Em 16 de novembro de 2011, a Organização Internacional da Francofonia (OIF) e a Guiné Equatorial assinaram, em Malabo, um memorando com o objetivo de reforçar

a capacidade de trabalho em língua francesa de 120 diplomatas e funcionários guineenses que atuam em questões internacionais e multilaterais. O acordo contou com a parceria da Federação Valônia-Bruxelas, do Grão-Ducado de Luxemburgo e da França. O Governo da Guiné Equatorial declarou sua intenção de incluir as competências linguísticas como critério para a progressão na carreira e para a nomeação de funcionários públicos, além de incentivar o uso do francês nas intervenções de seus diplomatas, especialmente aqueles destacados em suas representações permanentes junto a organismos do sistema das Nações Unidas (em Nova Iorque, Viena e Genebra), na União Africana, em outras organizações regionais do continente africano e na missão do país junto à União Europeia. Convém recordar que a Guiné Equatorial foi o 22º Estado, entre os 75 Estados-membros, observadores e governos associados da OIF, a assumir o compromisso de fortalecer o ensino e o uso do francês em sua diplomacia e no serviço público. Importa sublinhar também que o país foi o primeiro da África Subsaariana a adotar formalmente essa política de valorização da língua francesa no âmbito governamental e internacional (La Francophonie, 2012, s/p; tradução nossa).

Dessa forma, pode-se afirmar que esse acordo constitui um marco decisivo no processo de francofonização das elites políticas e diplomáticas do país. Mais do que uma simples medida de capacitação linguística, tal iniciativa consolidou o francês como um instrumento estratégico de legitimação internacional, permitindo o Estado fortalecer sua posição no cenário multilateral e ampliar sua inserção em redes de cooperação política, econômica e cultural. Assim, evidencia-se que a política linguística, não apenas responde a demandas práticas da diplomacia contemporânea, mas também reflete uma estratégia de construção de identidade internacional, na qual a língua francesa ocupa lugar central.

Em 2020, a Embaixada da França na Guiné Equatorial promoveu, recentemente, um curso de capacitação destinado a professores do idioma francês, realizado nas instalações da UNGE. O objetivo central da iniciativa foi fortalecer a qualidade do ensino do francês, dotando os docentes de novas metodologias pedagógicas, materiais didáticos atualizados e estratégias de ensino inovadoras que respondam às exigências contemporâneas da educação linguística. Com isso, pretende-se não apenas reforçar as competências linguísticas dos professores, mas também estimular o bilinguismo e a integração da região no espaço francófono.

Na quinta-feira, 10 de dezembro de 2020, teve início, na sala magna da Universidade Nacional da Guiné Equatorial (UNGE), um curso de capacitação destinado a professores de língua francesa na Guiné Equatorial. A formação abrange os três níveis do sistema educativo nacional, desde o ensino primário e secundário até ao nível universitário. A iniciativa busca reforçar a formação inicial (pedagógica e didática) e a formação em serviço (didática) dos professores de francês no sistema educativo e na administração. Os docentes estão sendo capacitados de acordo com os níveis DELF/DALF do CECRL, tendo alcançado melhorias até o nível C1. Além disso, 30% dos professores formados tornar-se-ão instrutores, aptos a oferecer cursos de capacitação a outros docentes de francês que atuam em localidades afastadas da capital, sobretudo no continente e em áreas rurais. O reitor da UNGE pediu aos participantes que assumam com responsabilidade e seriedade esse compromisso, tendo a coragem necessária para que o francês se consolide como uma verdadeira

segunda língua na Guiné Equatorial e para que os cidadãos adquiram uma maior capacidade expressiva (Ahoraeg, 2020, s/p; tradução nossa).

No entanto, o desenvolvimento de políticas linguísticas e educacionais dessa língua no país, como a obrigatoriedade do ensino do francês, as criações de instituições culturais, a capacitação de professores e o reforço das competências linguísticas de diplomatas, evidencia que a francofonização da Guiné Equatorial vai além da mera prática educativa. Trata-se de uma estratégia deliberada de fortalecimento da identidade internacional, de ampliação da cooperação política, econômica e cultural e de legitimação da presença do país em organizações internacionais.

Portanto, a política linguística adotada na Guiné Equatorial constitui um exemplo de como a língua pode ser utilizada como ferramenta de poder suave (soft power) e de diplomacia, consolidando vínculos históricos e culturais com a França e com o espaço francófono, ao mesmo tempo em que fortalece o bilinguismo e valoriza a diversidade sociocultural do país.

4.2 Processo de adesão na CPLP e a língua portuguesa como ferramenta diplomática

A ideia de criar uma comunidade lusófona (ou comunidade lusíada) remonta, pelo menos, à década de 1950, sendo discutida com diferentes intensidades em obras de intelectuais brasileiros e portugueses de variadas orientações ideológicas, como Gilberto Freyre, Joaquim Barradas de Carvalho, Adriano Moreira, Agostinho da Silva e Darcy Ribeiro. Ao longo das últimas cinco décadas, o tema passou a ser recorrente nos discursos de políticos e intelectuais, especialmente em Portugal, surgindo repetidamente em diferentes contextos históricos (Freixo, 2006).

No entanto, a discussão sobre a criação efetiva dessa Comunidade ganhou força apenas na década de 1980, quando Portugal começou a ensaiar um retorno ao Atlântico, após um período em que a integração europeia havia sido a prioridade. Os primeiros passos concretos para a criação da CPLP ocorreram em novembro de 1989, durante a primeira reunião dos chefes de Estado e de governo dos países de língua portuguesa, realizada em São Luís do Maranhão. Nessa ocasião, foi definido o IILP, com o objetivo de promover o português no mundo, funcionando como um embrião da futura CPLP (Cahen, 2017).

Na década de 1990, José Aparecido de Oliveira destacou-se nesse processo. Nomeado em 1993 pelo Presidente Itamar Franco como embaixador do Brasil em Lisboa, ele já era

entusiasta da ideia da comunidade lusófona e possuía grande prestígio junto a diferentes setores das intelectualidades brasileira e portuguesa. Para ele, o cargo representava uma oportunidade única de impulsionar o projeto que culminaria na criação da CPLP.

Em Portugal, as condições políticas internas e externas tinham criado condições favoráveis para que a ideia da Comunidade aglutinasse o apoio de amplos setores da sociedade portuguesa e, estrategicamente para estes setores, o fato de o embaixador brasileiro levantar esta bandeira entusiasticamente, por si só, já dava mais legitimidade para a consecução deste projeto, até então essencialmente português. Desta forma, o Embaixador José Aparecido assume o papel de principal articulador da CPLP, iniciando uma série de viagens aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) em busca de adesões para o projeto de constituição desse espaço comunitário (Freixo, 2006, p. 36).

Graças à atuação do embaixador José Aparecido de Oliveira, realizou-se em Brasília, em fevereiro de 1994, teve a Primeira Reunião dos Ministros das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros dos países de língua portuguesa. Nesse encontro, foi proposta a convocação de uma cúpula de chefes de Estado e de Governo com o objetivo de avançar no processo de constituição da CPLP (De Oliveira, 2015).

Em julho de 1996, os chefes de Estado e de governo dos países que adotavam o português como língua oficial reuniram-se em Lisboa e criaram formalmente a CPLP, aprovando, na ocasião, a declaração constitutiva e os estatutos da organização. Inicialmente, a CPLP foi composta por Portugal, Brasil e pelos cinco Estados africanos de língua portuguesa Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, mais tarde inseriram Timor Leste em 20 de maio 2002 e a Guiné Equatorial em 23 de julho 2014 a sua inserção (Gomes, 2017).

De acordo com os seus estatutos, a CPLP configura-se como um foro multilateral privilegiado, destinado ao fortalecimento da amizade entre os países membros, à coordenação político-diplomática e à cooperação em diversas áreas. Entre seus objetivos centrais destacam-se a promoção da articulação entre os Estados-membros nas relações internacionais e a implementação de projetos voltados à difusão e valorização da língua portuguesa no contexto global.

A Comunidade de Países de Língua Portuguesa é um espaço de cooperação onde nove Estados estão unidos por um atributo comum: o uso da mesma língua por parte de seus nacionais. Pode-se avaliar enquanto uma organização atípica pelo fator que une e lhe dá gênese ser pouco comum na consolidação de organizações deste cunho: a língua e a identidade lusófona. Notoriamente, a emergência primeira da Comunidade de Países de Língua Portuguesa não foi o aspecto defesa e isso pode ser nitidamente perceptível ao nos dirigirmos aos documentos fundacionais da CPLP. Conforme consta já no prefácio desta vasta obra, a cooperação inicial teve por

prioridade as searas econômica, social, cultural, jurídica e técnico-científica (Martínez; Schutz, 2024, p. 199-200).

No cenário internacional atual, os Estados africanos enfrentam desafios cada vez mais complexos, como o terrorismo, pirataria marítima, as guerras regionais e os tráficos de pessoas e drogas. Esses fatores têm provocado deslocamentos em massa de populações que buscam melhores condições de vida em outros territórios africanos (Veloso, 2015). Esse movimento migratório não apenas afeta as comunidades que partem, mas também gera impactos sociais, econômicos e culturais nos países de acolhimento. Diante dessa realidade, torna-se necessário refletir sobre a defesa e a segurança dos Estados africanos, reconhecendo que tais problemas não podem ser resolvidos de forma isolada, pois são de caráter transnacional e atingem diversos países ao mesmo tempo (De Sousa, 2024).

Nesse contexto, a CPLP, que reúne em seu quadro seis Estados africanos, possui um interesse institucional direto em assegurar a esses países condições de segurança e de desenvolvimento sustentável. No campo das Relações Internacionais, tais objetivos podem ser alcançados de duas formas complementares: internamente, por meio do fortalecimento da cooperação entre os próprios Estados-membros; e externamente, mediante a articulação com organizações sub-regionais africanas e com a comunidade internacional em geral (De Castro, 2024).

Entre essas áreas de instabilidade no continente, a segurança e a defesa assumem importância central, sobretudo com os países lusófonos, porém, os Ministros da Defesa dos Estados-membros decidiram criar o Centro de Análise Estratégica (CAE-CPLP) com o objetivo de promover o estudo de questões estratégicas de interesse comum, fornecendo subsídios que permitam aos países da CPLP adotar posições coordenadas nos diversos fóruns internacionais e acompanhar de forma sistemática os desdobramentos no cenário global (Evaristo, 2022).

A CPLP estabeleceu em 1998 um diálogo com a OUA e com a CEDEAO, quando da crise na Guiné-Bissau, tendo ainda recentemente estabelecido um acordo formal com a UEMOA. A dimensão da cooperação militar com as Organizações Sub-regionais, afirmando que se pretende “assegurar o reforço das capacidades intrínsecas da CPLP nas suas múltiplas vertentes, exponenciadas pelas respectivas posições geoestratégicas”, em sintonia com a “Declaração de Bissau”, é definida a forma como se poderá realizar esse apoio, procedendo-se numa base voluntária com capacidades para o emprego em Operações de Apoio à Paz e de Ajuda Humanitária, “quer no quadro da CPLP, quer no quadro das Organizações Regionais e Sub-regionais em particular e da CI em geral, sempre sobre a égide da ONU” (Paquete, 2018, p. 28-29).

Outro aspecto central no campo estratégico foram as reuniões dos CEMGFA da CPLP, passaram a ocorrer paralelamente os encontros ministeriais, ampliando o alcance da

cooperação no campo da defesa dos países lusófonos do continente. Além da análise conjunta das propostas e do desenvolvimento desse pilar, essas audiências, igualmente, passaram a incorporar dimensões de natureza doutrinária, operacional e logística, sobretudo no que diz respeito à execução dos Exercícios Militares da série Felino (De Sousa, 2024).

Esses exercícios, realizados de forma regular, têm mobilizado progressivamente mais recursos humanos e materiais, o que se traduz em avanços significativos na coordenação, no planejamento e na condução operacional entre os Estados-membros. Dessa forma, constituem-se em instrumentos que fortalecem a capacidade da CPLP de empregar, futuramente, meios militares em prol dos interesses comuns dos seus países e da própria Comunidade (De Castro, 2024).

De acordo com Rizzi e Bernardino (2019), um aspecto fundamental diz respeito à relevância geopolítica dos países que integram a CPLP.+ Esses Estados compartilham uma localização estratégica comum, o espaço atlântico, especialmente nas regiões Central e Sul, onde se situam países como São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial, Cabo Verde e Angola. Essa faixa do Atlântico tem se consolidado como uma zona de crescente interesse internacional, tanto em termos de segurança global quanto no âmbito da segurança e defesa africana.

Igualmente esses autores destacam que essa importância decorre, entre outros fatores, das dinâmicas complexas que caracterizam o continente, marcadas por fragilidades estruturais persistentes. Entre elas estão a instabilidade política, os baixos níveis de desenvolvimento econômico e social, a fragilidade institucional de muitos Estados alguns à beira do colapso, além da atuação de redes de criminalidade organizada, do tráfico marítimo e da expansão de grupos terroristas de inspiração jihadista. Esse conjunto de fatores contribui para a formação de um ambiente regional vulnerável, sujeito a crises recorrentes e potenciais focos de conflito, o que torna a cooperação entre os países atlânticos lusófonos ainda mais relevante para a estabilidade e segurança coletiva.

Na sessão de abertura do XV Congresso da APLOP, a 30 de outubro de 2024, o Secretário Executivo da CPLP, Zacarias da Costa, realçou que o “caráter geograficamente descontínuo dos países que compõem a nossa Comunidade e a sua forte ligação com o Oceano, oferecem aos portos de língua portuguesa um alcance estratégico que urge exponenciar”. No “atual cenário geopolítico, os portos irão permanecer como o principal ponto de entrada de alimentos, água e medicamentos

de que as pessoas precisam para sobreviver, bem como do combustível e insumos necessários para manter as infraestruturas de serviços básicos em funcionamento. Aliás, como nos demonstram as consequências dos conflitos regionais na Ucrânia e na Palestina”, observou Zacarias da Costa (CPLP, 2024, s/p).

Nesse contexto, torna-se evidente que o enfrentamento desses desafios exige a articulação de esforços entre a CPLP nos países lusófonos africanos e a União Africana. A experiência adquirida pela CPLP na realização de exercícios conjuntos, somada à relevância estratégica do espaço atlântico e às necessidades de fortalecimento institucional da UA, evidencia a importância de uma cooperação mais estreita entre ambas as organizações. Tal cooperação não apenas amplia as possibilidades de combate eficaz às ameaças transnacionais, como também reforça o papel da CPLP enquanto ator comprometido com a promoção da estabilidade regional e com a consolidação da paz e do desenvolvimento no continente africano.

4.2.2 Adesão da Guiné Equatorial na CPLP

A política externa da Guiné Equatorial mostra que o país sempre buscou participar de diferentes espaços multilaterais. Nesse contexto, a CPLP apareceu como uma oportunidade natural ou uma alternativa estratégica. A aproximação entre Malabo e a organização lusófona começou de forma cautelosa, mas rapidamente ganhou contornos de maior ambição, culminando na integração plena em 2014 (Seabra; Sá, 2025).

No início dos anos 2000, o governo equato-guineense passou a demonstrar interesse concreto pela CPLP. Em 2004, a convite do então presidente são-tomense Fradique de Menezes, Teodoro Obiang participou da V Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, realizada em São Tomé e Príncipe, ocasião em que apresentou formalmente o pedido de admissão como observador. O pleito foi aprovado dois anos mais tarde, durante a Cimeira de Bissau em 2006, conferindo à Guiné Equatorial o direito de participar das reuniões, ainda que sem poder deliberativo.

A República da Guiné Equatorial, que desde 2006 vinha sendo considerada como nação observadora associada à CPLP, foi admitida nesta quarta-feira, 23 de julho, como Estado-Membro de Pleno Direito. Trata-se de uma data histórica para o nosso país, que alcança esta conquista tão desejada pelo Presidente, S. Ex.^a Obiang Nguema Mbasogo, após dez anos de negociações e esforços, já que o pedido oficial para esta adesão foi formulado em 2004, na República Democrática de São Tomé e Príncipe. Os eminentes laços históricos do nosso país com a comunidade lusófona, assim como a necessidade de reforçar os intercâmbios comerciais e culturais com os Estados da instituição, foram assinalados pelo Presidente Obiang como algumas das razões que propiciaram esta integração, concretizada ao longo da solene cerimônia deste fórum (Guinea Ecuatorial, 2014, s/p; tradução nossa).

O processo de adesão da Guiné Equatorial à CPLP ocorreu num momento em que Portugal também buscava reforçar o seu papel internacional. Entre 2011 e 2012, o país ocupou um assento não permanente no CSNU, após ter apresentado a candidatura em 2008 com apoio dos Estados-membros da CPLP. Além de priorizar temas como paz e direitos humanos, Lisboa aproveitou essa posição para valorizar a cultura portuguesa e defender o reconhecimento da língua portuguesa como oficial em organizações internacionais (Leite, 2020).

Durante a UPR em 2010, Portugal também reconheceu que a Guiné Equatorial tinha colaborado com a ONU em questões ligadas à tortura e a tratamentos degradantes. Diversos grupos de cidadãos lusófonos e ONGs denunciaram que a aceitação do país violava os princípios fundadores da Comunidade, assentes na democracia, nos direitos humanos e no Estado de Direito. Portanto, houve forte oposição da sociedade civil, e para formalizar essa contestação, ONGs dos oito países da CPLP criaram a plataforma "Por uma Comunidade de Valores", que lançou uma petição e enviou uma carta aberta aos chefes de Estado e de Governo da organização (Leviski, 2015).

Em março de 2015, foi igualmente dirigida à CPLP uma carta conjunta subscrita por três reconhecidos organismos Conectas Direitos Humanos, Human Rights Watch e Brasil EG Justice, solicitando o envio de uma missão à Guiné Equatorial para avaliação da realidade aí vivida em matéria de direitos humanos. Seguiu-se, no mês seguinte, um pedido da Human Rights Watch a reiterar a necessidade de investigação sobre os abusos cometidos naquele país, alertando para a contínua violação dos princípios da Carta Constituinte da CPLP (Leite, 2020, p. 67).

No mesmo ano, na Cimeira de Luanda, os chefes de Estado e de Governo da CPLP decidiram não aprovar imediatamente a adesão da Guiné Equatorial, inclusive com petições contrárias ao apoio de Portugal à candidatura equato-guineense, porque, no início, Lisboa demonstrou resistência, mas acabou cedendo, participando do consenso que resultou na aceitação da Guiné Equatorial como membro pleno na Cimeira de Díli, em julho de 2014. Em lugar disso, elaboraram um roteiro de condições a serem cumpridas pela Guiné Equatorial.

Esse roteiro incluía indicadores específicos em termos de: (1) adoção e uso da língua portuguesa na Guiné Equatorial; (2) incorporação e implementação do conjunto de normas da organização; (3) recuperação da memória histórica e cultural do país; (4) melhoria da comunicação institucional; e (5) promoção e integração dos grupos da sociedade civil local nas atividades da CPLP. Na prática, essas disposições foram reunidas em torno da necessidade de observar um respeito generalizado pelos direitos humanos e princípios democráticos, a abolição da pena de morte e o ensino da língua portuguesa em escala nacional (Seabra; Sá, 2025, p. 9; tradução nossa).

Na prática, tais critérios representavam compromissos mais amplos com os direitos humanos, a democratização, a abolição da pena de morte e a difusão do ensino da língua

portuguesa. O português, embora tornado língua oficial em 2010 por decreto presidencial, não foi incorporado de forma consistente na Constituição de 2012 nem aplicado em larga escala no país. A pena de morte, por sua vez, foi apenas suspensa através de um decreto de 2014, e a integração da sociedade civil às dinâmicas da CPLP foi praticamente desconsiderada nos relatórios de avaliação (Sá, 2016).

Essas medidas visam garantir não apenas a inclusão do português no contexto educativo, mas também o aprofundamento da integração institucional e jurídica do país na comunidade lusófona, reforçando compromissos com direitos humanos, educação e cooperação internacional.

Segundo Eurico Monteiro, no âmbito da promoção da língua portuguesa, o objetivo é desenvolver um plano estratégico para a inserção do português no sistema educativo desse país, o que implica a «formação de professores para o ensino do português, a reciclagem de professores de espanhol e o início de uma licenciatura em ensino da língua portuguesa». Sobre a educação institucional, o diplomata afirmou: «Devemos promover, com insistência, a aprovação de medidas legislativas por parte da Guiné Equatorial, para alinhar o seu ordenamento interno com as resoluções de adesão, incluindo a relativa à abolição da pena de morte». Também estão previstas ações de formação para o fortalecimento da capacidade técnica dos serviços jurídicos dos órgãos soberanos da Guiné Equatorial, e tem como objetivo «o alinhamento da Guiné Equatorial com os distintos instrumentos multilaterais», concretamente a CPLP (Asodegue, 2021, s/p; tradução nossa).

Apesar das promessas de reformas políticas e institucionais feitas pelo governo da Guiné Equatorial, os relatórios internacionais continuaram a classificar o país como um regime autoritário, caracterizado por práticas repressivas e elevados níveis de corrupção. Tais relatórios apontam para a persistente limitação de direitos políticos fundamentais, incluindo restrições à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa e à participação efetiva da sociedade civil nos processos decisórios (Sá, 2016). Aliás, os direitos sociais básicos, como acesso à educação de qualidade, saúde adequada e proteção social, permanecem insuficientemente garantidos, refletindo desigualdades profundas entre diferentes regiões e grupos da população.

Um dos primeiros e mais importantes passos para alcançar a admissão na organização ocorreu em julho de 2010, quando o Governo equato-guineense aprovou o novo Projeto de Lei Constitucional que tornava o português um dos três idiomas oficiais do país, ao lado do espanhol e do francês. A ratificação desse projeto pela Câmara de Representantes do Povo solucionou uma etapa fundamental no processo. Durante esses anos, a Guiné Equatorial participou como observador nas diferentes reuniões da comunidade, tendo o Secretário de Estado para Assuntos Consulares intervindo na XVI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros. Ao longo desse período, realizaram-se numerosos contatos e encontros entre as diferentes partes para dialogar sobre essa associação. Em janeiro de 2012, o então secretário executivo da organização, Domingos Simões Pereira, visitou o país com o objetivo de validar o plano de adesão. No ano seguinte, em 2013, Malabo também recebeu a visita de

Murade Isaac Miguigy Murargy, novo secretário executivo da CPLP. Posteriormente, em dezembro de 2013 e janeiro do ano seguinte, regressou à capital equato-guineense uma delegação da CPLP, com a finalidade de analisar os avanços alcançados pelo país rumo à adesão ao organismo (Guinea Ecuatorial, 2014, s/p; tradução nossa).

Finalmente a adesão da Guiné Equatorial à CPLP foi formalizada em 23 de julho de 2014, durante a X Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em Díli, Timor-Leste. A decisão foi tomada por consenso, sem votação, e surpreendeu a delegação portuguesa, que não havia sido previamente informada sobre a inclusão do presidente Teodoro Obiang Nguema na mesa de honra antes da aprovação formal da adesão.

Foi selada esta quarta-feira a entrada da Guiné Equatorial na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Logo no início dos trabalhos da cimeira de Díli, o Presidente daquele país africano, Teodoro Obiang, foi chamado à tribuna de líderes. O momento - insólito - foi sublinhado com o aplauso da maioria dos presentes. Fonte da delegação portuguesa à cimeira da CPLP, citada pela agência Lusa, deu conta de "um consenso generalizado" para a adesão da Guiné Equatorial. Mas falou também de um "debate intenso" suscitado por Portugal. Esta discussão deixou assente que o Presidente Teodoro Obiang terá agora de explicitar os passos já dados para preencher as condições de entrada na organização (RTP notícias, 2014, s/p).

Em 2019 a situação da Guiné Equatorial voltou a chamar atenção, várias organizações da sociedade civil em Portugal lançaram uma campanha contra a entrada do país como membro de pleno direito da CPLP. A iniciativa é liderada pela AI em Portugal, que demonstrou preocupação com a situação dos direitos humanos, da democracia e da justiça social no país. Diante dessas críticas enviaram uma carta ao secretário executivo da CPLP e às embaixadas de todos os países-membros da organização.

Na próxima semana, a CPLP deverá decidir se aceita a Guiné Equatorial como membro de pleno direito. No entanto, dias antes deste evento, a situação parece complicar-se devido à enxurrada de críticas, provenientes sobretudo de Portugal. Somente em Portugal, um grupo de organizações da sociedade civil publicou uma carta aberta contra a possível adesão da Guiné Equatorial à CPLP. Além disso, o candidato presidencial Manuel Alegre também declarou a sua repulsa a essa possibilidade. A campanha lançada por várias organizações da sociedade civil em Portugal é liderada pela secção portuguesa da Amnistia Internacional, que manifestou preocupação com as questões de direitos humanos, democracia e justiça social em relação à adesão da Guiné Equatorial como membro pleno da CPLP. Esta possibilidade será avaliada na oitava cimeira de chefes de Estado e de Governo da CPLP, a realizar-se na próxima semana, em Luanda, capital de Angola. A CPLP conta atualmente com três membros associados: a Guiné Equatorial, cuja língua oficial é o castelhano, bem como o Senegal e a Mauritânia, ambos de expressão francesa. As preocupações da Amnistia Internacional estão expressas numa carta enviada, esta semana, ao secretário executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira, ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Luís Amado, e a todas as embaixadas dos países membros da CPLP (GUINÉ-EQUATORIAL.Net, 2010, s/p; tradução nossa).

Portanto, a decisão de admitir a Guiné Equatorial como membro da CPLP gerou diversas críticas tanto no plano interno quanto no externo. Personalidades políticas, acadêmicas

e representantes da sociedade civil de países lusófonos manifestaram-se contra a medida, considerando-a incompatível com os princípios fundadores da organização, especialmente no que se refere à defesa dos direitos humanos, da democracia e do Estado de direito.

Entre as vozes mais críticas, se destacou a de João Soares, ex-ministro da Cultura de Portugal, que classificou a adesão como um erro monumental. Segundo ele, a entrada da Guiné Equatorial compromete a credibilidade e a coerência da CPLP, uma vez que o regime do presidente Teodoro Obiang Nguema Mbasogo permanece marcado por graves denúncias de autoritarismo, corrupção e violações de direitos fundamentais. Para Soares e outros críticos, a decisão teve um caráter essencialmente político e estratégico, mas carece de fundamentos éticos e democráticos, acabando por enfraquecer a imagem da CPLP no cenário internacional (Sic Notícias, 2014).

A oposição equato-guineense, por sua vez, manifestou-se de forma contundente ao afirmar que a adesão à CPLP não produziu nenhum impacto real na vida cotidiana da população. Segundo o líder, mais de 99% da população desconhece que a Guiné Equatorial faz parte da CPLP, o que revela a falta de envolvimento popular e a distância entre as decisões do governo e as necessidades reais dos cidadãos. Então essa adesão foi utilizada como instrumento de propaganda política pelo regime de Teodoro Obiang, com o objetivo de reforçar sua legitimidade internacional e projetar uma imagem de abertura diplomática que não corresponde à realidade interna do país.

O fundador do CPDS afirmou que a adesão não apenas não se traduziu na “abertura internacional” que se esperava na época, como também o Governo de Malabo “a utilizou como propaganda política, em vez de aproveitar as recomendações políticas que acompanham a pertença a uma organização dessa natureza”, ou seja, “uma maior abertura política do país, especialmente em matéria de direitos humanos, e avanços na gestão política no que diz respeito às liberdades públicas, que supostamente eram compromissos assumidos no âmbito da adesão”. Como “exemplo”, o político apontou a “eliminação da pena de morte” do ordenamento jurídico do país, um compromisso assumido com a adesão, mas que o “Governo [equato-guineano] resistiu todo esse tempo”, e quando finalmente o cumpriu, “o fez sem muita clareza, sem muita convicção” (Asodegue, 2024, s/p; tradução nossa).

Durante esse processo de adesão, a Guiné Equatorial contou com o apoio significativo de países como o Brasil e Angola, que desempenharam um papel importante nas negociações diplomáticas dentro da CPLP. Ambos os países demonstraram interesse estratégico na incorporação de Malabo à comunidade, não apenas por razões linguísticas, mas sobretudo por motivações econômicas e energéticas (Pinto, 2011).

O Brasil, por meio de sua diplomacia sul-sul, via na entrada da Guiné Equatorial uma oportunidade de ampliar sua presença na África Central, fortalecer suas relações com um país rico em recursos naturais especialmente petróleo e gás e consolidar a CPLP como um instrumento de influência geopolítica no continente africano. Além disso, a cooperação com Malabo poderia abrir espaço para empresas brasileiras do setor energético e de infraestrutura, contribuindo para a diversificação das parcerias econômicas do país (Seabra; Sá, 2025).

Angola, por sua vez, também apoiou a adesão, motivada por interesses semelhantes. Como uma potência petrolífera africana e membro influente da CPLP, Luanda via a entrada da Guiné Equatorial como uma forma de reforçar a dimensão econômica e energética da comunidade, transformando-a em um bloco capaz de articular políticas comuns no setor dos hidrocarbonetos. O país angolano, que mantém laços históricos e geográficos com a região centro-africana, buscava assim fortalecer sua posição como mediador e ator regional de relevância (Leviski, 2015).

Dessa forma, a adesão da Guiné Equatorial à CPLP não pode ser entendida apenas sob o prisma cultural e linguístico, mas também como resultado de uma dinâmica geopolítica complexa, em que interesses econômicos e estratégicos se sobrepuseram aos princípios democráticos e aos ideais de promoção da língua portuguesa. E os Estados-membros da CPLP aceitaram a Guiné Equatorial porque sua adesão oferecia um conjunto de vantagens geopolíticas, econômicas e diplomáticas capazes de fortalecer a Comunidade tanto interna quanto externamente.

No plano geopolítico, a entrada do país ampliou a presença estratégica da CPLP na África Central e, sobretudo, no Golfo da Guiné. Ao incorporar um Estado situado nesse ambiente sensível, a CPLP aumentou seu peso político e ganhou margem para participar de dinâmicas regionais que antes estavam fora de seu alcance. Do ponto de vista diplomático, a admissão reforçou a projeção internacional da Comunidade, diversificando sua composição e demonstrando capacidade de atrair novos membros, inclusive aqueles sem tradição histórica lusófona. Isso contribuiu para afirmar a CPLP como um bloco internacional em expansão, capaz de influenciar debates multilaterais sobre segurança marítima, cooperação Sul-Sul e governança energética.

O país buscava legitimidade internacional, uma vez que seu governo enfrentava críticas frequentes relacionadas a direitos humanos e práticas autoritárias. Tornar-se membro da CPLP

significava diversificar alianças externas, reduzir a dependência de espaços francófonos e hispânicos, e associar-se a uma comunidade que valoriza cooperação multilateral, concertação política e reconhecimento diplomático. Além disso, a entrada possibilita acesso a novos parceiros econômicos e energéticos, especialmente Angola, Brasil e Portugal, e facilitava sua integração ao espaço do Atlântico Sul, onde questões como segurança marítima, exploração de recursos naturais e cooperação militar são centrais.

Assim, a aceitação da Guiné Equatorial não se deveu apenas a critérios linguísticos, mas ao entendimento de que a presença do país oferecia benefícios mútuos: para a CPLP, significava expansão geopolítica, fortalecimento institucional e promoção do português; para a Guiné Equatorial, significava melhoria de imagem, aproximação diplomática e acesso a novos circuitos de cooperação política, econômica e cultural no mundo lusófono.

4.2.23 Português

Na diplomacia contemporânea, o papel da língua ultrapassa os limites da comunicação para tornar-se um instrumento de poder simbólico e político, capaz de influenciar alianças, identidades e estratégias de inserção internacional. A chamada diplomacia linguística ou soft power linguístico tem sido cada vez mais reconhecida como uma ferramenta central nas relações internacionais, especialmente entre países com heranças coloniais e identidades multilíngues (Seabra; Sá, 2025).

A Guiné Equatorial buscava, por meio da adoção do português, diversificar suas alianças internacionais, melhorar sua imagem externa marcada por críticas em relação aos direitos humanos e fortalecer laços econômicos e políticos com países como Angola, Brasil e Portugal (Sá, 2016). A adesão à CPLP e a incorporação do português como língua oficial expressam, assim, uma política externa voltada para a ampliação da legitimidade internacional e a integração no espaço atlântico africano, área de crescente importância estratégica (Rizzi; Bernardino, 2019).

Aliás, essa decisão linguística ilustra o modo como a língua pode ser convertida em capital diplomático, permitindo ao país negociar sua posição em arenas multilaterais e participar de redes de cooperação técnica, educacional e cultural promovidas pela CPLP. Como destaca Seabra e Sá (2025), a língua portuguesa funciona, nesse contexto, como um símbolo de pertença e instrumento de diálogo, reforçando vínculos e promovendo a solidariedade entre os países de expressão portuguesa.

O português nasceu no noroeste da Península Ibérica, resultado da transformação do latim falado na região. Com a formação do Reino de Portugal, entre os séculos XII e XIII, o idioma se consolidou e ganhou importância. No século XV, com as viagens marítimas, os portugueses levaram sua língua para África, América, Ásia e até Oceania. Assim, o português se espalhou pelo mundo e passou a ser falado em muitos territórios colonizados, como Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (Da Silva, 2023).

Em 2010, o governo da Guiné Equatorial anunciou a inclusão do português como terceira língua oficial do país, ao lado do espanhol e do francês. Essa decisão não surgiu de um processo natural de uso da língua pela população, mas sim como parte de uma estratégia política e diplomática cuidadosamente construída (Gomes, 2017).

O presidente Teodoro Obiang Nguema Mbasogo reconheceu que a Guiné Equatorial, por ser um país pequeno, precisava ampliar seus espaços de atuação internacional e diversificar suas parcerias. Até então, o país estava limitado principalmente à esfera hispânica com a Espanha e a América Latina e à francófona com os vizinhos africanos e a Organização Internacional da Francofonia.

O Governo da Guiné Equatorial aprovou a declaração do português como “terceira língua oficial” do país, uma decisão tomada na véspera de a CPLP debater a proposta de adesão de Malabo. O projeto de lei guineense declara que “as línguas oficiais da República da Guiné Equatorial são o espanhol, o francês e o português”, ao mesmo tempo que “se reconhecem as línguas autóctones como integrantes da cultura nacional”. Segundo o referido projeto, “a língua é o veículo e o vínculo de comunicação que une os povos desde o início da interdependência dos Estados”. Cerca de 67,6% dos guineenses fala castelhano devido ao passado colonial espanhol, mas a população também utiliza idiomas autóctones, em especial o fang, com 300.000 falantes na região continental, e o bubi, com 40.000 falantes em Bioco, embora não figurem como línguas oficiais. O projeto foi recentemente assinado pelo presidente, Teodoro Obiang Nguema, e pelo primeiro-ministro, Ignacio Milam Tang (Expreso, 2010, s/p; tradução nossa).

O país estreitou laços com Brasil, Angola e Portugal, principalmente por meio de apoios políticos, diplomáticos e culturais durante o processo de adesão à CPLP, como o apoio público do Brasil à candidatura equato-guineense em conferências diferentes conferências da CPLP, inclusive defendendo que o país passe a ensinar o português em suas escolas reconhecendo a importância da promoção da língua como instrumento de integração cultural e diplomática. Por outro lado, Angola e Portugal promovem programas de capacitação de docentes, projetos de cooperação acadêmica e iniciativas de promoção da língua portuguesa, reforçando, assim, o compromisso da Guiné Equatorial em se alinhar às práticas e valores da comunidade lusófona.

Em 2010, em visita à Guiné Equatorial, Lula apoiou a adesão do país ao bloco. No ano seguinte, já como ex-presidente, ele esteve no país outra vez, quando chefiou uma missão brasileira na cúpula da União Africana. Segundo um diplomata brasileiro familiar às negociações, a entrada da Guiné Equatorial na CPLP colabora com o objetivo do Brasil de difundir a língua portuguesa no mundo. Ele diz que a adesão também ampliaria a influência do Brasil no país, que "é economicamente viável e demonstra a intenção de fazer uma transição política controlada". Além disso, afirma que a Guiné Equatorial não está suspensa dos blocos regionais que integra e que sua entrada beneficiaria a população do país (Terra, 2012, s/p).

Em julho de 2023, o governo equato-guineense implementou a disciplina de língua portuguesa nas escolas, contando com docentes que receberam formação especializada para lecionar o idioma. Ademais, foi criada uma licenciatura em língua portuguesa na UNGE, visando formar futuros professores e especialistas na língua. Esta iniciativa visa formar professores e especialistas na língua portuguesa, alinhando-se com a política linguística do país desde a sua adesão à CPLP em 2014.

O embaixador da Guiné Equatorial disse que o Governo do seu país decretou a introdução oficial da língua portuguesa no sistema educativo, a começar no próximo ano letivo, com recurso a professores que receberam formação específica. Temos vindo a realizar iniciativas pontuais do ensino da língua portuguesa. No próximo ano letivo que começa em breve, o português será introduzido de forma oficial no sistema educativo oficial da Guiné Equatorial com recurso a professores que receberam formação específica para desempenhar esta função", disse à Lusa o embaixador daquele país africano em Lisboa, Tito Mba Ada, em Freixo de Espada à Cinta, no distrito de Bragança, no âmbito da cerimónia de atribuição do prémio literário Guerra Junqueiro Lusofonia 2022 (JN-Mundo, 2023, s/p).

Foi realizado um seminário de capacitação voltado para os pontos focais nacionais da Guiné Equatorial, com o objetivo de fortalecer suas competências técnicas e administrativas em áreas estratégicas de atuação. O evento contou com o apoio do Brasil, por meio da ABC, e do Secretariado Executivo da CPLP, que forneceram orientações, metodologias e materiais de referência. Durante o seminário, foram abordados temas como gestão de programas bilaterais e multilaterais, elaboração de projetos, monitoramento e avaliação de políticas públicas, comunicação institucional e coordenação interministerial.

O «Seminário de Capacitação dos Pontos Focais Setoriais da Guiné Equatorial» decorreu a 9 e 10 de julho de 2024, em Malabo, destinado aos Pontos Focais Setoriais dos diversos Ministérios do Governo da República da Guiné Equatorial. Após a sessão de abertura proferida pelo Ponto Focal de Cooperação da Guiné Equatorial, embaixador Ricardo Mateo Sila, o assessor político-diplomático do Secretariado Executivo da CPLP, Miguel Levy, discorreu sobre a organização internacional, designadamente, sobre o mandato, órgãos, funcionamento, os desafios e oportunidades. No módulo seguinte, a formação foi ministrada pelo Diretor de Ação Cultural e Língua Portuguesa do Secretariado Executivo da CPLP, João Ima-Panzo, abordando a promoção da Língua Portuguesa e a cooperação em Educação, Cultura e Ciência, nomeadamente, as estratégias, dinâmicas, ações e perspetivas para o período 2024-2026 da Cooperação Cultural Multilateral e da Cooperação Multilateral da CPLP no domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior Estratégias. O último módulo foi desta formação esteve a cargo do Diretor de Cooperação do Secretariado

Executivo da CPLP, Manuel Clarote Lapão, contemplando, entre outras matérias, o enquadramento, orgânica, funcionamento e estratégia da Cooperação na CPLP, bem como os Planos Estratégicos de Cooperação Setorial/ Planos de Ação e o funcionamento do Fundo Especial da CPLP. A Ponto Focal de Cooperação do Brasil, Alessandra Ambrósio, deslocou-se, também, a Malabo para participar neste seminário, apresentando a estrutura e potencial da ABC - Agência Brasileira de Cooperação (CPLP, 2024, s/p).

Por tanto, o evento reforçou a efetiva participação da Guiné Equatorial nas reuniões estatutárias da CPLP, marcando uma nova etapa no processo de plena integração do país à Comunidade. Dessa forma, os esforços conjuntos evidenciam avanços concretos no fortalecimento institucional e na promoção do idioma português, consolidando a integração da Guiné Equatorial na dinâmica da CPLP e reforçando a cooperação internacional em áreas estratégicas de desenvolvimento.

A adoção do português nesse país representa, portanto, uma forma de soft power inverso: em vez de difundir uma língua nacional para ganhar influência como fazem França, China ou EUA, a Guiné-Equatorial adota a língua de uma comunidade internacional com o objetivo de obter prestígio, reconhecimento e novas oportunidades de cooperação (De França; Lucena, 2012). Trata-se de uma diplomacia linguística voltada não para a projeção externa da cultura equato-guineense, mas para a reconfiguração da posição do país dentro de redes multilaterais que oferecem legitimidade, estabilidade e possibilidades econômicas.

Em síntese, a diplomacia linguística da Guiné Equatorial é uma estratégia-chave para seu reposicionamento internacional. A adoção de novas línguas oficiais serve para reduzir o isolamento regional, melhorar a imagem externa e reforçar a identidade estatal. No contexto africano pós-colonial, a língua funciona não apenas como recurso cultural, mas como instrumento político fundamental de legitimação no cenário internacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O continente africano reúne os Estados mais recentes do mundo, resultado de processos de independência tardia que ocorreram em três ondas principais: na década de 1950, na década de 1960 e, posteriormente, após 1975. Antes da colonização europeia, a organização política africana não seguia o modelo europeu de Estado territorial e soberano, baseado em fronteiras fixas. Ao contrário, os reinos, impérios e outras formações políticas do período pré-colonial estruturam-se em torno de centros de poder dinâmicos, geralmente cidades-capitais ou palácios reais, a partir dos quais a autoridade se irradiava em círculos concêntricos. Nessa lógica, o controle político não estava necessariamente vinculado à posse exclusiva da terra, mas à lealdade pessoal, alianças familiares, relações de clientelismo e obrigações cerimoniais.

Por exemplo, no Império Ashanti (atual Gana), a autoridade do Asantehene (rei) dependia de uma rede complexa de chefes locais e conselhos de anciãos, que mediarão o poder central e o controle territorial (Lourenço, 2017). De forma semelhante, no Reino do Congo, a centralidade do poder estava ligada à cidade de M'banza-Kongo, mas os chefes das regiões periféricas mantinham autonomia relativa, devendo tributo e reconhecimento formal ao monarca, sem que existisse uma fronteira rigorosa delimitando seu domínio (Franz, 2012). No Império Mali, governado por Mansas como Mansa Musa, a administração combinava estruturas centralizadas e governança local flexível, permitindo que a autoridade se adaptasse às diversas comunidades e ecossistemas do território (Lenski, 1997).

Nessas sociedades, a legitimidade do poder deriva de tradições culturais, ancestralidade, linhagem e capacidade de distribuir justiça e recursos, mais do que de uma ocupação contínua do território. A governança era frequentemente baseada em consensos comunitários, rituais simbólicos e contratos sociais implícitos, de forma que o Estado, entendido como instituição soberana com fronteiras fixas, não existia no sentido europeu (M'Bokolo, 2011; Closs, 2015). Essa organização política fluida permitia maior flexibilidade, mas também dependia de relações interpessoais e da manutenção de alianças, o que contrastava com a rigidez do modelo westfaliano que seria imposto pelos colonizadores europeus no final do século XIX. A compreensão dessas dinâmicas pré-coloniais é essencial para analisar a formação tardia dos Estados africanos modernos, pois evidencia que a imposição do modelo europeu não apenas ignorou as estruturas locais, mas transformou radicalmente as formas de legitimidade, soberania e administração política, criando Estados que, ao se tornarem

independentes, herdaram desafios estruturais profundos em termos de governança e coesão social.

A Conferência de Berlim (1884-1885) marcou a imposição de fronteiras artificiais, desconsiderando divisões étnicas e políticas locais. Essa divisão territorial rígida introduziu uma realidade que os Estados africanos modernos herdariam: a construção de Estados nacionais sobre bases externas e artificiais, sem a legitimidade sociocultural necessária para integrar populações diversas. Quando os países africanos conquistaram a independência, herdaram estruturas administrativas centralizadas e orientadas para o controle colonial, sem preparo para promover bem-estar social ou desenvolvimento local. A escassez de funcionários qualificados, combinada com instituições estatais distantes das populações rurais, dificultou a consolidação de soberania e legitimidade.

A urbanização limitada, concentrada em cidades costeiras planejadas pelos colonizadores para integração ao comércio internacional, acentuou a desconexão entre centros de poder e o interior dos países. Os partidos de libertação, predominantemente urbanos, mantinham pouco contato com a maioria rural, aumentando a fragilidade política interna. O período pós-independência coincidiu com a Guerra Fria, quando potências externas influenciaram diretamente o alinhamento ideológico e político dos Estados africanos, exacerbando divisões internas e conflitos.

Entre as décadas de 1970 e 1980, os Estados africanos enfrentam dificuldades econômicas estruturais, crises de dívida externa e insustentabilidade de modelos econômicos centralizados ou socialistas. A implementação dos Programas de Ajuste Estrutural, exigidos por instituições financeiras internacionais, trouxe cortes orçamentários, privatizações e retração do Estado, aprofundando desigualdades e limitando a autonomia econômica. Paralelamente, tensões políticas internas, golpes de Estado e regionalismos desafiaram a unidade nacional. Movimentos separatistas e conflitos étnicos, muitas vezes incentivados por interesses estrangeiros, ameaçam a coesão de países como Nigéria, Níger e República Democrática do Congo, configurando o fenômeno da balcanização africana.

Portanto, o neocolonialismo, embora mais sutil que a ocupação direta, continua a moldar as políticas africanas, com destaque para a influência econômica, militar e cultural de potências externas. A presença de empresas multinacionais, a exploração de recursos estratégicos como petróleo, gás e minerais, e intervenções militares em regiões instáveis

refletem uma lógica de manutenção de dependência e controle. O Golfo da Guiné, o Delta do Níger e o cinturão do Sahel ilustram essa dinâmica, sendo áreas estratégicas para a segurança energética global, enquanto enfrentam conflitos armados, terrorismo e atividades ilegais que comprometem a soberania local.

O presente estudo teve como problema de pesquisa a seguinte questão: como a Guiné-Equatorial enfrentou seus principais desafios geopolíticos entre 1968 e 2024? Partindo dessa indagação, poderia dizer que o país apresenta um contexto político caracterizado por regimes autoritários, nos quais a centralização do poder e o controle institucional se combinaram com estratégias de legitimação interna e externa. Ao mesmo tempo, sua economia tem sido fortemente dependente da exploração de recursos naturais, em especial o petróleo e o gás natural, o que trouxe tanto oportunidades de crescimento quanto vulnerabilidades estruturais, refletindo-se em crises cíclicas e na necessidade de diversificação econômica.

Ademais, o Estado possui uma diversidade cultural e linguística significativa, resultado da convivência de diferentes grupos étnicos e da herança colonial espanhola, acrescida do recente ingresso do português como língua oficial, estratégia que evidencia uma aposta deliberada na diplomacia linguística para reforçar sua inserção em fóruns internacionais, como a CPLP. Nesse sentido, a pesquisa buscou compreender como a Guiné-Equatorial, diante de desafios internos e externos, tem articulado políticas de consolidação da soberania, gestão de seus recursos estratégicos e construção de uma imagem internacional capaz de fortalecer sua posição geopolítica na África Central e no cenário global contemporâneo.

A hipótese central defendia que a adesão à CPLP e a adoção do português como língua oficial constituem uma estratégia de inserção diplomática e econômica voltada à diversificação de alianças internacionais, à ampliação da legitimidade do país no contexto africano e global e à exploração de novas possibilidades de cooperação com os países lusófonos. Tal movimento se enquadra naquilo que Rizzi e Bernardino (2019) denominam de diplomacia atlântica, em que a língua e a cultura são empregadas como instrumentos de poder e mediação política entre os Estados. gestão de seus recursos estratégicos e construção de uma imagem internacional capaz de fortalecer sua posição geopolítica na África Central e no cenário global contemporâneo.

Porque a adesão do país à CPLP, em 2014, constituiu um avanço significativo na ampliação da diversidade de sua política externa e na consolidação de sua credibilidade no cenário internacional. Conforme afirma Sá (2016), a CPLP tem se consolidado como um espaço de “cooperação simbólica e política”, no qual a língua portuguesa funciona como elemento de identidade comum e de projeção internacional. No caso guinéu-equatoriano, o português tornou-se um instrumento de soft power (Nye, 2004), utilizado para projetar uma imagem de modernização e abertura, sobretudo diante das críticas internacionais ao regime político interno.

No entanto, o trabalho também demonstrou que o êxito dessa estratégia é limitado por condições estruturais internas. Como observa Owusu (2010), os Estados africanos pós-coloniais frequentemente enfrentam o desafio do neopatrimonialismo, isto é, a sobreposição entre o poder político e os interesses privados das elites dirigentes. Essa característica manifesta-se de maneira clara na Guiné-Equatorial, onde a longa permanência de Teodoro Obiang Nguema Mbasogo no poder e a centralização decisória dificultam a institucionalização democrática e a efetividade das políticas públicas. Dessa forma, embora o português tenha se tornado um símbolo de integração internacional, sua implementação prática no ensino, na administração e na vida pública permanece incipiente.

Do ponto de vista geopolítico e econômico, verificou-se que o país ocupa uma posição estratégica no Golfo da Guiné, região de importância vital para a segurança energética global e para as rotas de comércio internacional. A exploração de petróleo e gás natural consolidou o país como um dos principais produtores africanos, mas também o tornou vulnerável ao fenômeno conhecido como maldição dos recursos. Segundo Clapham (1996), essa dependência de recursos naturais frequentemente impede a diversificação econômica e perpetua a dependência externa, o que se aplica ao caso guinéu-equatoriano, cujo PIB está fortemente atrelado à variação dos preços internacionais do petróleo.

Em perspectiva histórica, M'Bokolo (2011) recorda que os Estados africanos pós-independência herdaram estruturas coloniais frágeis e centralizadoras, incapazes de garantir legitimidade e inclusão social. A Guiné-Equatorial ilustra esse processo: a transição de colônia para Estado independente em 1968 não foi acompanhada pela construção de instituições sólidas ou de uma elite administrativa nacional.

Como consequência, consolidou-se um modelo de partido-Estado-nação (Nwozor, 2018), caracterizado pela fusão entre poder político e identidade nacional, o que dificultou o florescimento do pluralismo político e da democracia. Por outro lado, a diplomacia linguística e o multilinguismo oficial (espanhol, francês e português) evidenciam a busca do país por posicionar-se entre diferentes espaços culturais e econômicos o hispânico, o francófono e o lusófono. Essa estratégia confirma a visão de González (2018), segundo a qual os Estados africanos recorrem à pluralidade linguística como instrumento de legitimação e de abertura diplomática, numa tentativa de ampliar sua margem de manobra no sistema internacional. Assim, o português, embora recente no contexto guinéu-equatoriano, representa um ativo simbólico e geopolítico que o conecta a novos parceiros, especialmente no Atlântico Sul.

A análise também permite compreender que o ingresso na CPLP, além de aproximar o país de economias emergentes como Brasil e Angola, reforça sua presença em um espaço atlântico cada vez mais relevante. Rizzi e Bernardino (2019) argumentam que o Atlântico Médio e Sul têm se tornado uma área de convergência estratégica para países africanos e lusófonos, tanto em termos de segurança marítima quanto de cooperação energética. Nesse contexto, a Guiné-Equatorial emerge como ator que, embora pequeno em território e população, possui uma capacidade diplomática expressiva ancorada em seus recursos energéticos e em sua localização geográfica.

Contudo, permanece um paradoxo central porque o país busca legitimidade e prestígio internacional por meio da diplomacia linguística e cultural, mas internamente mantém práticas políticas autoritárias e baixos índices de desenvolvimento humano. Conforme argumenta De Oliveira e Da Silveira (2014), o fortalecimento dos Estados africanos passa não apenas pela acumulação de recursos, mas pela criação de instituições legítimas e participativas. Sem isso, as estratégias de integração linguística tendem a ter efeitos meramente simbólicos.

Em síntese, a Guiné-Equatorial expressa as contradições típicas dos Estados africanos pós-coloniais: a coexistência de soberania formal e dependência estrutural, de abundância material e fragilidade institucional. A diplomacia linguística entendida aqui como o uso estratégico do idioma para fins de política externa e de construção de imagem que revelou-se um instrumento importante de soft power, mas insuficiente por si só para gerar transformações políticas e sociais duradouras.

Portanto, a hipótese foi confirmada parcialmente: o ingresso na CPLP e a adoção do português contribuíram para a ampliação da visibilidade e da legitimidade internacional da Guiné-Equatorial, mas os desafios internos relativos à democratização, aos direitos humanos e à gestão multilinguística ainda limitam o alcance dessa política. O futuro do país dependerá da capacidade de articular suas potencialidades econômicas e culturais a um projeto efetivo de desenvolvimento sustentável, pluralismo político e integração regional africana.

Como apontam Guerra e Wahbeh (2024), a consolidação dos Estados africanos depende tanto da soberania política quanto da soberania cultural. Nesse sentido, a experiência guinéu-equatoriana mostra que a língua pode ser simultaneamente um símbolo de identidade e um instrumento de poder e que sua força diplomática se realiza plenamente apenas quando acompanhada de uma verdadeira transformação social e institucional.

E finalmente destacar o problema que teve durante a investigação, foi a coleta de informação dos hidrocarbonetos na Guiné Equatorial, com o sistema político atual baseado no autoritarismo, o país tem uma limitação de certas informações para o público. Porém tentei fazer uma entrevista com um membro do governo, mas não possibilitou os dados desse setor. Por esse motivo, no segundo capítulo utilizei as referências bibliográficas e históricas desse ponto.

REFERÊNCIAS

ABAD, Gustau Nerín. La larga sombra del franquismo tropical. Historiografía colonial, nacionalismo, etnicidad y construcción de la historia propia en Guinea Ecuatorial. **Historia social**, n. 105, p. 45-64, 2023.

ABC AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Brasil e Guiné Equatorial validam novo projeto de cooperação na área de Proteção e Defesa Civil**. 2018. Disponível em: <https://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarConteudo/886#:~:text=Brasil%20e%20Guin%C3%A9%20Equatorial%20validam%20novo%20projeto%20de%20coopera%C3%A7%C3%A3o%20na%20%C3%A1rea%20de%20Prote%C3%A7%C3%A3o%20e%20Defesa%20Civil>. Acesso em 1 de setembro de 2025.

AFFONSO, Luiza Bizzo. A importância do Golfo da Guiné para o Brasil: a perspectiva da oceanopolítica nacional. **Revista da EGN**, v. 30, n. 2, p. 310-338, 2024.

AFRICACOINS. Moeda de Franco CFA. Disponível em: <https://www.ecured.cu/images/8/8b/Africacoins.png>. Acesso em 9 de outubro de 2025.

AHORAEG. **Frenar el declive de la producción petrolera en Guinea Ecuatorial: una necesidad vital**. 24/05/2024. Disponível em: <https://ahoraeg.com/economia/petroleo-y-gas/2024/05/24/frenar-el-declive-de-la-produccion-petrolera-en-guinea-ecuatorial-una-necesidad-vital/#:~:text=Frenar%20el%20declive%20de%20la%20producci%C3%B3n%20petrolera%20en%20Guinea%20Ecuatorial%3A%20una%20necesidad%20vital>. Acesso em 10 de outubro de 2025.

AHORAEG. **La Embajada de Francia financia un curso de capacitación para los profesores del idioma francés en Guinea Ecuatorial**. 10/12/2020. Disponível em: <https://ahoraeg.com/politica/2020/12/10/la-embajada-de-francia-financia-un-curso-de-capacitacion-para-profesores-del-idioma-frances-en-guinea-ecuatorial/#:~:text=La%20Embajada%20de%20Francia%20financia%20un%20curso%20de%20capacitaci%C3%B3n%20para%20profesores%20del%20idioma%20franc%C3%A9s%20en%20Guinea%20Ecuatorial>. Acesso em 10 de setembro de 2025.

AHORAEG. **ÚLTIMA HORA: La Corte Internacional de Justicia falla a favor de Guinea Ecuatorial en el «Caso Mbañe» y le concede la soberanía de las islas**. 20/05/2025. Disponível em: <https://ahoraeg.com/politica/2025/05/19/ultima-hora-la-corte-internacional-de-justicia-falla-a-favor-de-guinea-ecuatorial-en-el-caso-mbane-y-le-concede-la-soberania-de-las-islas/#:~:text=%C3%9ALTIMAS%20NOT%C3%8DCIAS%3A%20O%20Tribunal%20Internacional%20de%20Justi%C3%A7a%20decide%20a%20favor%20da%20Guin%C3%A9%20Equatorial%20no%20%22Caso%20Mba%C3%B1e%22%20e%20lhe%20concede%20soberania%20sobre%20as%20ilhas>. Acesso em: 5 de setembro de 2025.

ALCÁZAR, Javier Martínez. Convenio entre la Federación de Nigeria y la Provincia Española del Golfo de Guinea. **Aldaba: revista del Centro Asociado a la UNED de Melilla**, n. 28, p. 39-52, 1996.

ÁLVAREZ-CHILLIDA, Gonzalo; NERÍN, Gustau. Introducción. Guinea Ecuatorial: el legado de la colonización española. *Ayer*, n. 109, p. 13-32, 2018.

ARTE.tv Documentales. El Revés de los mapas: Golfo de Guinea, encrucijada estratégica y amenaza. 28/05/2025. Disponível em: <https://youtu.be/z3py8-6ehb8?si=GXaInqtP-x6X8zT1>. Acesso em: 26 de agosto de 2025.

ALEXANDRE, António Gonçalves. A zona de paz e cooperação do Atlântico Sul: um contributo para a segurança marítima no Golfo da Guiné. *Janus*, v. 15, n. 2, TD1, 2024.

ALZATE, Jonny Alejandro. El paramilitarismo en los años noventa: una historia desde Amnistía Internacional y Human Rights Watch (1989-2001). *Revista de Estudiantes de Ciencia Política*, n. 21-22, p. 75-92, 2024.

ASODEGUE. El nuevo programa de integración de la CPLP de Guinea Ecuatorial incluye la economía y los medios de comunicación. Agencia Luna. 21/02/2021. Disponível em: <https://www.asodeguesegundaetapa.org/el-nuevo-programa-de-integracion-de-la-cplp-de-guinea-ecuatorial-incluye-la-economia-y-los-medios-de-comunicacion-agencia-lusa/#:~:text=El%20nuevo%20programa,Pol%C3%ADtica>. Acesso em 12 de setembro de 2025.

ASODEGUE. **La adhesión de Guinea Ecuatorial a la CPLP <<no tuvo impacto en la vida >>. Entrevista con Plácido Micó.** Agencia Lusa. 8/01/2024). Disponível em: <https://www.asodegue.es/noticias/la-adhesion-de-guinea-ecuatorial-a-la-cplp-no-tuvo-impacto-en-la-vida-entrevista-con-placido-mico-agencia-lusa#:~:text=La%20adhesi%C3%B3n%20de%20Guinea%20Ecuatorial%20a%20la%20CPLP%20%C2%ABno%20tuvo%20impacto%20en%20la%20vida%C2%BB.%20Entrevista%20con%20Pl%C3%A1cido%20Mic%C3%B3.%20Agencia%20Lusa>. Acesso em 25 de setembro de 2025.

ASTALA, Katariina. Un estudio sobre el origen de los guineanismos en el DLE de RAE y palabras y usos lingüísticos de Guinea Ecuatorial a través de un vídeo de YouTube [em linha]. mar. 2021.

AIXELÀ-CABRÉ, Yolanda. **Entre las dictaduras y el petróleo: las migraciones transnacionales de Guinea Ecuatorial.** 2012.

BACALE, ELEAZAR GUSTAVO NFUMI. **FONDOS SOBERANOS DE INVERSIÓN.** 2025. Tese de Doutorado. UNIVERSIDAD NACIONAL.

BARBOSA, João Batista. O uso da força contra a pirataria e a aplicação do Direito Internacional humanitário no marco da cooperação internacional. *Revista Marítima Brasileira*, v. 143, n. 10/12, p. 64-88, 2023.

BBC News Mundo. “Estás pler?": **Cómo se habla en el único país de África donde el español es lengua oficial.** 5 de enero de 2024. Disponível em: <https://ichef.bbci.co.uk/ace/ws/800/cpsprodpb/3d64/live/71e16bd0-b3c2-11ee-8f07-bbdfa890097.jpg.webp>. Acesso em: 9 de outubro de 2025.

BERNARDINO, Luís Manuel Brás & RIZZI, Kamilla Raquel (coord). **25 ANOS DE COOPERAÇÃO EM DEFESA NA CPLP**. Lisboa: Mercado de Letras Editores Ltda., 2023. Disponível em: <caecplp.org/bitstream/11144/6675/3/25_Anos_CPLP_E-book.pdf> Acesso em: 10 abr. 2025.

BITUGA-NCHAMA, Pedro Bayeme; NVÉ-NDUMU, Cruz Otu. La decadencia de las lenguas autóctonas de Guinea Ecuatorial: una manifestación de la pérdida de identidad cultural. **Revista Cátedra**, v. 4, n. 3, p. 35-57, 2021.

Bullerjahn, M. D. B. (2018). COLONIALISMO DUAL E FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL: O CASO SUL-AFRICANO. **Revista Brasileira De Estudos Africanos**, 3(5). Disponível em: <[COLONIALISMO DUAL E FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL: O CASO SUL-AFRICANO | Revista Brasileira de Estudos Africanos](#)> Acesso em: 10 abr. 2025.

BURGOA MUÑOZ, Jon. **La independencia de Guinea Ecuatorial. Un proceso de luces y sombras**. 2014.

CAHEN, Michel. 1996-2016—A CPLP, Uma organização para quê?. **Portuguese studies review**, v. 23, n. 1, p. 67-96, 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Comissão aprova acordo educacional com Guiné Equatorial**. 02/06/2011. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/215846-comissao-aprova-acordo-educacional-com-guine-equatorial/#:~:text=Comiss%C3%A3o%20aprova%20acordo%20educacional%20com%20Guin%C3%A9%20Equatorial>. Acesso em 5 setembro de 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Relações Exteriores aprova acordo com Guiné Equatorial**. 24/11/2006. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/92052-relacoes-exteriores-aprova-acordo-com-guine-equatorial/#:~:text=Rela%C3%A7%C3%B5es%20Exteriores%20aprova%20acordo%20com%20Guin%C3%A9%20Equatorial>. Acesso em 1 de setembro de 2025.

CAMPOS SERRANO, Alicia. Guinea Ecuatorial: ¿“maldición de los recursos” o “extraversión” histórica del poder?. **Boletín Elcano**, n. 121, p. 8, 2010.

CANTÚS, María Dolores García. **La construcción colonial de la realidad africana: Imágenes y discursos de Guinea Ecuatorial (siglos XIX y XX)**. Madrid: Ediciones del Oriente y del Mediterráneo, 2006.

CARNERO LORENZO, Fernando. LA ECONOMÍA DE GUINEA ECUATORIAL, DESDE LA COLONIZACIÓN A LA INDEPENDENCIA (1778-2015). **Revista de historia actual**, 2016.

CASA ÁFRICA. Noticias. **Casa África organiza una mesa redonda sobre la evolución de la piratería marítima en África**. 10/12/2013. Disponível em: https://www.casafrica.es/es/noticia/casa-africa-organiza-una-mesa-redonda-sobre-la-evolucion-de-la-pirateria-maritima-en-africa?utm_C3%81frica%20%E2%80%BA%20Noticias-,Casa%20%C3%81frica%20organiza%20una%20mesa%20redonda%20sobre%20la%20evoluci%C3%B3n%20de%20la%20pirat

[er%C3%ADa%20mar%C3%ADtima%20en%20%C3%81frica,-13/12/2013](#). Acesso em: 1 de setembro de 2025.

CASTIELLA, Fernando María. **Descolonización e independencia de la Guinea Ecuatorial**. Madrid: **Revista de Política Internacional**, n. 12400RPI099299, 1968.

CERVERA, Juan Carlos Ribado. **Estructura de la administración pública de Guinea Ecuatorial**. 2017. Tesis (Doctorado) Universidad de Salamanca, Programa de Doctorado en Administración, Hacienda y Justicia en el Estado Social (R.D.99/2011), Malabo, 2017.

CISSÉ, Mamadú; DE AQUINO ALVES, Joyce Amâncio. O legado dos pan-africanismos na união africana: breves reflexões sobre desafios e perspectivas para os estados africanos. **Abe África: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos**, v. 5, n. 5, 2021.

CHABAL, Patrick; DALOZ, Jean-Pascal. **África funciona: desordem como instrumento político**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999.]

CHILLIDA, Gonzalo Álvarez. Las elecciones de septiembre de 1968: análisis de un proceso decisivo en la independencia de Guinea Ecuatorial. **Historia del presente**, v. 41, p. 63-82, 2023.

CHILLIDA, Gonzalo Álvarez; ROSA, M. **La independencia de Guinea Ecuatorial: el hundimiento de un proyecto neocolonial (septiembre de 1968 a mayo de 1969)**. *Hispania*, v. 82, n. 270, p. 201-232, 2022.

CLAPHAM, Christopher. **Africa and the international system: the politics of state survival**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

CLOSS, Marília Bernardes. **Desenvolvimento e construção regional no Golfo da Guiné: os casos de Angola e Nigéria no pós-Guerra Fria**. 2015.

CONFIRMADO. El Partido en el poder gana las elecciones en Guinea Ecuatorial. 18/11/2017. Disponível em: https://confirmado.com.ve/conf/conf-upload/uploads/2017/11/Dise%C3%B1o_web_OPINA.jpg. Acesso em: 9 de outubro de 2025.

CORREIA, Margarita. Projetos pluricêntricos do IILP: apontamentos para a história da política linguística do português. **Platô**, 2022.

CPLP. Secretário **Executivo realça alcance estratégico dos portos de Língua Portuguesa**. 30/10/2024. Disponível em: <https://coop-economica.cplp.org/noticias/noticias-detalle/?id=21346#:~:text=de%20L%C3%ADngua%20Portuguesa-,SECRET%C3%81RIO%20EXECUTIVO%20REAL%20A%20ALCANCE%20ESTRAT%C3%89GICO%20DOS%20PORTOS%20DE%20L%C3%8DNGUA%20PORTUGUESA,-COOPERA%C3%87%C3%83O%20ECON%C3%93MICA>. Acesso em 10 de setembro de 2025.

CPLP. **Seminário de Capacitação dos pontos focais setoriais da Guiné Equatorial**. 14/07/2024. Disponível em: <https://secretariadoexecutivo.cplp.org/informacoes/noticias/noticias-detalle/?id=21046#:~:text=da%20Guin%C3%A9%20Equatorial-,SEMIN%C3%81RIO%20DE%20CAPACITA%C3%87%C3%83O%20DOS%20PONTOS%20FOCAIS%20SETORIA>

[IS%20DA%20GUIN%C3%89%20EQUATORIAL,-
SECRETARIADO%20EXECUTIVO%20%2D%20COOPERA%C3%87%C3%83O](#). Acesso em 15 de outubro de 2025.

CREUS, JaCinT. La sacralización del espacio como argumento de colonización: el nuevo modelo misionero en guinea ecuatorial. **Pandora: revue d'etudes hispaniques**, n. 4, p. 119-128, 2004.

DARRIGOL, Adeline. Politique linguistique et traduction juridique en Guinée équatoriale: pratiques et enjeux. **Études littéraires africaines**, n. 53, p. 57-70, 2022.

DA SILVA, Igor Castellano. **Congo, a Guerra Mundial Africana: conflitos armados, construção do estado e alternativas para a paz**. Leitura XXI, 2012.

DA SILVA, Jorilha Domingos. **A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): análise das suas potencialidades e vulnerabilidades para a cooperação e desenvolvimento no espaço internacional de língua portuguesa**. 2023. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa (Portugal).

DA SILVA MATOS, Doris Cristina Vicente; SANTOS, Jakelliny Almeida. Diálogos decoloniais com a Guiné Equatorial em uma Unidade Didática de espanhol. **Revista Fórum Identidades**, p. 121-136, 2023.

DE ALMEIDA, Luís Paulo Carvalho. **GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO—O INTERESSE ENERGÉTICO PORTUGUÊS NO GOLFO DA GUINÉ**. 2015.

DE ARAUJO, Gabriel Antunes; AGOSTINHO, Ana Livia. **Guiné Equatorial: política linguística, manutenção e obsolescência das línguas oficiais, étnicas e crioulas em um contexto ibero-africano**. Revista de Estudos da Linguagem, v. 32, n. 3, 2024.

DE CASTRO, Paulo Canelas. Breve panorama dos tratados relacionados aos rios internacionais dos Estados africanos membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). 2024.

DE FRANÇA, Luana Araújo; LUCENA, Aline. Sobre o direito à comunicação no mundo globalizado e a esfera linguística da diplomacia atual. **Revista de Geopolítica**, v. 3, n. 2, p. 163-172, 2012.

DE OLIVEIRA, Guilherme Ziebell; DA SILVEIRA, Isadora Loreto. A questão securitária no Golfo da Guiné: **identificação de ameaças e implicações para o Atlântico Sul**. Revista da EGN, v. 20, n. 2, p. 331-352, 2014.

DE OLIVEIRA, Gilvan Müller. O Instituto Internacional da Língua Portuguesa e a gestão multilateral da Língua Portuguesa no âmbito da CPLP. **Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana**: 25, 1, 2015, p. 19-34, 2015.

DE SOUSA, Vítor; RIBEIRO, Fábio. A lusofonia enquanto olhar pós-colonial: um percurso difícil que afetou as contribuições da CPLP. Análise do discurso dos meios lusófonos online. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 1, pág. e45106-e45106, 2024.

DEUTSCH, Christine. **Independencia y descolonización de Guinea Ecuatorial**. 2018. Tese de Doutorado. Universitat de València.

DIAS, Carlos Alexandre Alves Borges. A Diplomacia Naval no Entorno Estratégico brasileiro: um estudo de caso da atuação da Marinha do Brasil no Golfo da Guiné (2014-2021). 2022.

DINGAMMADJI, Arnaud. La francophonie au secours de l'Afrique centrale en crise (1998-2016). 2021.

Documental-Nodo Guinea. Disponível em: <https://youtu.be/WSt3vvI6x3Y>. Acesso em: 5 de setembro de 2025.

DOPPELBAUER, Max; SCHLUMPF, Sandra. Política lingüística poscolonial en África: el caso de Guinea Ecuatorial. **Signo y seña**, n. 44, 2023.

DOS SANTOS, Adriano. A Construção do Estado-Nação em Angola: O caso da Angolanidade Religiosa. **HISTÓRIA UNICAP**, v. 10, n. 19, p. 20-35, 2023.

ECHUBE. **Guinea Ecuatorial una independencia irresponsable-echube's blog**. Disponível em: <https://echube.blogs.uv.es/files/2020/10/Independencia-3-672x372-1.jpg>. 2020. Acesso em: 14 de outubro de 2025.

EQUATORIAL GUINEA. Map Vector New 2024 Colorful-Customizable Layered. Disponível em: <https://thumbs.dreamstime.com/b/equatorial-guinea-map-vector-new-colorful-customizable-layered-political-map-equatorial-guinea-administrative-equatorial-347395557.jpg>. Acesso em: 14 de outubro de 2025.

ESONO NDONG, Rosario Margarita Avomo. Plan para la creación de una empresa de gestión de la construcción de edificios residenciales y administrativos en Guinea Ecuatorial. 2024.

EVARISTO, Jefferson. Nomenclaturas da língua portuguesa nos planos de ação da CPLP: português língua o quê?. **Caderno Seminal**, n. 42, 2022.

EXPANSIÓN/ Datosmacro.com. Guinea Ecuatorial producción de petróleo. Disponível em: <https://datosmacro.expansion.com/energia-y-medio-ambiente/petroleo/produccion/guinea-ecuatorial#:~:text=%C2%A0Guinea%20Ecuatorial%20%2D%20Producci%C3%B3n%20de%20petr%C3%B3leo>. Acesso em 9 de outubro de 2025.

EXPRESO. **El portugués se convierte en el tercer idioma oficial de Guinea Ecuatorial**. 30/07/2010. Disponível em: https://www.expreso.info/noticias/internacional/15687_el_portugues_se_convierte_en_el_tercer_idioma_oficial_de_guinea#:~:text=INTERNACIONAL-,El%20portugu%C3%A9s%20se%20convierte%20en%20el%20tercer%20idioma%20oficial%20de%20Guinea,-EXPRESO%20%2D%2030.07.2010. Acesso em 20 de setembro de 2025.

FERREIRA-MARQUES, Joaquim. DESAFIOS DE SEGURANÇA NO GOLFO DA GUINÉ. **Relações Internacionais**, n. 57, 2018.

FRANCISCO, Osvaldo Damião. **A diplomacia linguística na construção dos Estados africanos: o caso da Guiné Equatorial**. 2023. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Osasco, 2023.

FRANZ, Nayara Régis. A conversão do Reino do Congo: o catolicismo africano. **Revista de Trabalhos Acadêmicos ISSN**, v. 2179, p. 1584, 2012.

FREIXO, Adriano de. Dez anos da CPLP: as perspectivas de integração do mundo de língua portuguesa. **Cena internacional**, v. 8, n. 1, p. 35-54, 2006.

GALVÁN-ÁLVAREZ, Enrique. **La enseñanza del español como Lengua Extranjera en Guinea Ecuatorial**. 2024. Tese de Doutorado. UNIVERSIDAD DE ALCALÁ.

GASPAR, Rita Suriana Amaro. **Contributos para uma Estratégia de Segurança Marítima na Região do Golfo da Guiné**. Diss. Universidade de Lisboa (Portugal), 2022.

GASPAR, Rita Suriana Amaro. **Importância Geopolítica da Região do Golfo da Guiné no Quadro da Defesa e da Segurança. Para uma Estratégia Marítima Integrada**. 2013. Dissertação de Mestrado. Universidade de Evora (Portugal).

GISBERT, J. Sant. El petróleo y las urnas: evolución del estado en Guinea Ecuatorial. **Nova África**, v. 23, p. 61, 2008.

GOMES, Hélder. **A CPLP após a entrada da Guiné Equatorial**. 2017. Dissertação de Mestrado. ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (Portugal).

GOMES, Justino. **Geopolítica do petróleo no atlântico sul africano: o golfo da Guiné no centro das atenções (1999-2020)**. 2023.

GONZÁLEZ, Yoslán Silverio. **África Occidental: Crisis vs Estabilidad Política**. Porto Alegre: Palmarinca y CEBRAFRICA, p.312, 2018.

GUERRA HERNANDEZ, Hector Rolando; WAHBEH, Jacqueline. UMA POSSÍVEL CRONOLOGIA DO PÓS-COLONIAL: PROTAGONISMO ANTICOLONIAL, FORMATOS MODULARES DO ESTADO-NAÇÃO E UMA DESCOLONIZAÇÃO QUE NÃO CHEGA. **Historia: Questoes & Debates**, v. 72, n. 2, 2024.

GUINEA ECUATORIAL. **Campaña mundial contra la adhesión de Guinea Ecuatorial a la Comunidad de Países de Lengua Portuguesa**. 18/07/2010. Disponível em: <https://guinea-ecuatorial.net/inicio.asp?cd=ni7321#:~:text=Campa%C3%B1a%20mundial%20contra%20la%20adhesi%C3%B3n%20de%20Guinea%20Ecuatorial%20a%20la%20Comunidad%20de%20Pa%C3%ADses%20de%20Lengua%20Portuguesa>. Acesso em 20 de setembro de 2025.

GUINEA ECUATORIAL. **Conmemoración del día de la Lengua Española 2024**. 15/05/2024. Disponível em: https://www.guineaecuatorialpress.com/noticias/conmemoracion_del_dia_de_la_lengua_espa%C3%B1ola_2024#:~:text=Conmemoraci%C3%B3n%20del%20D%C3%ADa%20de%20la%20Lengua%20Espa%C3%B1ola%202024. Acesso em 7 de setembro de 2025.

GUINEA ECUATORIAL. **Guinea Ecuatorial ya forma parte de la CPLP.** 24/07/2014. Disponível em: <https://www.guineaecuatorialpress.com/noticias/guinea-ecuatorial-ya-forma-parte-de-la-cplp/#:~:text=Guinea%20Ecuatorial%20ya%20forma%20parte%20de%20la%20CPLP>. Acesso em 12 de setembro de 2025.

GUINEA ECUATORIAL. **La integración en la CPLP, un largo y mediano camino.** 23/07/2014. Disponível em: <https://www.guineaecuatorialpress.com/noticias/la-integracion-en-la-cplp-un-largo-y-mediano-camino/#:~:text=La%20integraci%C3%B3n%20en%20la%20CPLP%2C%20un%20largo%20y%20mediano%20camino>. Acesso em 14 de setembro de 2025.

GUINEA INFORMAKET. **El equipo del FMI Completa la Misión del Artículo IV del 2023 en Guinea Ecuatorial.** 06/10/2023. Disponível em: <https://www.guineainfomarket.com/economia/2023/10/06/el-equipo-del-fmi-completa-la-mision-del-articulo-iv-del-2023-en-guinea-ecuatorial/#:~:text=El%20Equipo%20del%20FMI%20Completa%20la%20Misi%C3%B3n%20del%20Art%C3%ADculo%20IV%20del%202023%20en%20Guinea%20Ecuatorial>. Acesso em 15 de outubro de 2025.

GUINEA INFOMARKET. **Guinea Ecuatorial traza un camino hacia la recuperación de la industria del petróleo y el gas.** 21/12/2020. Disponível em: <https://www.guineainfomarket.com/energia/2020/12/21/guinea-ecuatorial-traza-un-camino-hacia-la-recuperacion-de-la-industria-del-petroleo-y-el-gas/#:~:text=Guinea%20Ecuatorial%20traza%20un%20camino%20hacia%20la%20recuperaci%C3%B3n%20de%20la%20industria%20del%20petr%C3%B3leo%20y%20el%20gas>. Acesso em: 10 de outubro de 2025.

GUNDANE, Lucério Sarmiento. **Prática Discursiva Ideológica no Filme Invictus ea Construção do Estado-nação na África do Sul.** *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, v. 24, n. 2, p. 84-98, 2024.

GUTIÉRREZ-MATÉ, Miguel. **Repertórios multilíngües em Guinea Ecuatorial em o trânsito do mundo fernandino ao colonial hispânico.** *Nueva revista de filología hispánica*, v. 72, n. 2, p. 635-668, 2024.

GUTIÉRREZ, Yvonne Cansigno. **La Francofonía.** *Revista Fuentes Humanísticas*, v. 29, n. 54, p. 7-14, 2017.

HLYNSSON, Hallgrímur Árni. **El español en Guinea Ecuatorial: Historia y características.** Tese de Doutorado. 2022.

IBÁÑEZ GÓMEZ, Fernando et al. **Inseguridad marítima en el golfo de Guinea: lecciones aprendidas de la lucha contra la piratería somalí.** *Revista del Instituto Español de Estudios Estratégicos*, n. 4, p. 1-28, 2014.

IKUGA, Laida Memba; VILLASVERDE, Montserrat. **GUINEA ECUATORIAL.** 2020.

JIMÉNEZ BAUTISTA, Francisco; NVÉ OYANA, Carlos Oyono. Empresas, Diásporas y petróleo: hacia una transformación de la economía política en Guinea Ecuatorial. **Dimensión empresarial**, v. 12, n. 1, p. 59-72, 2014.

JIMÉNEZ, José Luís Rodríguez. El golpe de Estado contra Macías en marzo de 1969.¿ Intervención española o conflicto interno guineano?. **Historia Actual Online**, n. 43, p. 35-57, 2017.

JN Mundo. **Guiné Equatorial decretou oficialmente o ensino do português no sistema educativo**. 11/07/2023. Disponível em: <https://www.jn.pt/mundo/artigo/guine-equatorial-decretou-oficialmente-o-ensino-do-portugues-no-sistema-educativo/17770876?text=oficialmente%20o%20ensino%20do%20portugu%C3%AAs%20no%20sistema%20educativo#:~:text=Guin%C3%A9%20Equatorial%20decretou%20oficialmente%20o%20ensino%20do%20portugu%C3%AAs%20no%20sistema%20educativo>. Acesso em 25 de setembro de 2025.

LA FRANCOPHONIE. **Langue française: la Guinée Équatoriale et l'OIF signent un accord de coopération**. 02/02/2012. Disponível em: <https://www.francophonie.org/node/4913#>. Acesso em 8 de setembro de 2025.

LEITE, Isabel Costa. A CPLP, Portugal e a Guiné Equatorial: uma encruzilhada na era dos Direitos Humanos. **População e Sociedade**, v. 34, p. 62-70, 2020.

LENSKI, Noel. Initium mali Romano imperio: contemporary reactions to the Battle of Adrianople. **Transactions of the American Philological Association (1974-)**, v. 127, p. 129-168, 1997.

LEVISKI, Charlott Eloize. **A política da língua portuguesa na Guiné Equatorial. Working Papers em Linguística**, v. 16, n. 2, p. 62-81, 2015.

LEYVA, Pedro Acosta. **História e património na Guiné Equatorial. CONSELHO EDITORIAL DESTE LIVRO**, p. 149. 2024.

LINIGER-GOUMAZ, Max. De la Guinée Equatoriale. **Éléments pour le dossier de l'Afrofascisme**, Genève, 1983.

LIPSKI, John M. **Afro-Hispanic Languages of Africa and the Diaspora**. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 2014.

LIRIA, Jorge A. MONTEVIDEO-FERNANDO POO: 1778: España intenta colonizar el golfo de Guinea. **Okeanos**, 2022.

LOPES, Alves Carlos. Pontos principais da pirataria no Golfo da Guiné. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/336956769/figure/fig3/AS%3A820455829164038%401572623321975/Figura-5-Principais-pontos-de-incidencia-da-pirataria-maritima-no-Golfo-da-Guine-Fonte.jpg>. Acesso em: 9 de outubro de 2025.

Lourenço, Vitor Alexandre Antunes. **Estado, Autoridades Tradicionais e Processos Políticos no Gana" Pós-colonial": O Caso da Região Ashanti**. Diss. ISCTE-Instituto Universitario de Lisboa (Portugal), 2017.

MARINHA DO BRASIL. **Fragata “Independência” realiza exercícios combinados no Golfo da Guiné.** 25/08/2021. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/noticias/fragata-independencia-realiza-exercicios-combinados-no-golfo-da-guine#:~:text=Fragata%20%E2%80%9CIndepend%C3%Aancia%E2%80%9D%20realiza%20exerc%C3%ADcios%20combinados%20no%20Golfo%20da%20Guin%C3%A9>. Acesso em: 10 de setembro de 2025.

MARÍN QUEMADA, José María. Guinea Ecuatorial: de la política económica a la política de hidrocarburos. **Boletín Elcano**, n. 94, p. 26, 2007.

MARTÍNEZ, Irina Lima; SCHUTZ, Nathaly Xavier. RESENHA DE “25 ANOS DE COOPERAÇÃO EM DEFESA NA CPLP”, DE KAMILA RAQUEL RIZZI E LUÍS MANUEL BRÁS BERNARDINO. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 9, n. 18, 2024.

MBA, Gisèle Avome. La Francophonía en Guinea Ecuatorial. **Revista de Estudios Africanos**, n. 25-26, p. 109-124, 1998.

MBASOGO, T. Obiang Nguema. Guinea Ecuatorial. **País Joven, Malabo: Ediciones Guinea**, p. 247-280, 1985.

M'BOKOLO, Elikia. **Histoire de l'Afrique: Les États et le développement économique**. Paris: Karthala, 2011.

METOGHO, Marthe Oyane. Présence Francophone: Revue internationale de langue et de littérature. 2022.

MIAMPIKA, Landry-Wilfrid; CALDERÓN, Patricia Arroyo (Ed.). **De Guinea Ecuatorial a las literaturas hispanoafricanas**. Editorial Verbum, 2010.

MIRANDA, Edivino Silva. **A nova natureza de segurança internacional: o papel dos estados e das organizações internacionais perante a ameaça pirata**. 2021. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho (Portugal).

MONTEZ, Luiz Guilherme Oliveira Tosta. O Atlântico Sul e a Crise no Golfo da Guiné: desafios e oportunidades para o Brasil. **Ano XI-Nº 26**, p. 100, 2019.

MOROTE, Armando Ligerio. Episodios de la independencia de Guinea Ecuatorial. **Revista de Estudios Africanos**, n. 6, p. 81-86.

MUNANGA, Kabengele. Desenvolvimento, construção da democracia e da nacionalidade nos países africanos: desafio para o milênio. **Cadernos Ceru**, v. 27, n. 2, p. 45-56, 2016.

MUNDO ao MINUTO. Piratas sequestram seis tripulantes no navio no Golfo da Guiné. 10/12/2021 23:57. Disponível em: <https://www.noticiasao minuto.com/mundo/1893636/piratas-sequestram-seis-tripulantes-de-navio-no-golfo-da-guin#:~:text=Piratas%20sequestram%20seis%20tripulantes%20de%20navio%20no%20Golfo%20da%20Guin%C3%A9>. Acesso em: 3 de setembro de 2025.

NCONY, Diosdado Mba. Muchos actores para una independencia: Guinea Ecuatorial. **Afro-Hispanic Review**, p. 203-208, 2009.

NDONGO-BIDYOGO, Donato. Canarias en los orígenes de la colonización de Guinea. **Coloquios de Historia Canario Americana**, p. 453-466, 1984.

NDONGO-BIDYOGO, Donato. La literatura moderna hispanófono en Guinea Ecuatorial. **Afro-Hispanic Review**, p. 39-44, 2000.

NGUA MAÑANA, Adolfo Cucufate et al. Integración económica en África central: la CEMAC y sus efectos en los países miembros. 2015.

NGUEMA-NKIÉ, Ciriaco Esono. Educación escolar para el desarrollo social y económico en Guinea Ecuatorial. **Revista Cátedra**, v. 5, n. 2, p. 138-156, 2022.

NTONGON, Roman Bokung Ndjeng. Una revisión de la Economía Pública en África: caso de Guinea Ecuatorial. **Encuentros multidisciplinares**, v. 27, n. 80, p. 21, 2025.

NSÍ OWONO, Mansueto. **El proceso político de Guinea Ecuatorial: desde la independencia hasta la pre-democracia**. Murcia: Universidad de Murcia, Servicio de Publicaciones, 2014.

NWOZOR, Agaptus. União Africana, construção do Estado e os desafios da fragilidade estatal na África. **Austral: Revista brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 7, n. 13, p. 69-90, 2018.

NYE, Joseph S. Poder suave [em linha]. novembro. 2004.

OFFSHORE TECHNOLOGY. **Projeto GNL da Guiné Equatorial, Ilha Bioko, Punta Europa**. 25/03/2007. Disponível em: <https://www.offshore-technology.com/projects/bioko-Ing/?cf-view&cf-closed#:~:text=Projeto%20GNL%20da%20Guin%C3%A9%20Equatorial%2C%20Ilha%20Bioko%2C%20Punta%20Europa>. Acesso em 14 de outubro de 2025.

OLANO, David Buil. Trabajo Fin de Máster Máster Universitario en Ingeniería Industrial. 2024

OMI ORGANIZACIÓN MARÍTIMA INTERNACIONAL. G7++Amigos del Golfo de Guinea Plenario Técnico. 28/06/2021. Disponível em: <https://www.imo.org/es/mediacentre/secretarygeneral/pages/g7---friends-of-the-gulf-of-guinea-london-technical-plenary.aspx#:~:text=haga%20clic%20aqu%C3%AD.,G7%2B%2B%20Amigos%20del%20Golfo%20de%20Guinea%20Londres%20Plenario%20t%C3%A9cnico,-Inicio>. Acesso em: 3 de setembro de 2025.

ONA NZANG, Diana Angono et al. **Evolución de la agricultura en Guinea Ecuatorial entre 1968-2022: perspectivas y retos**. 2023. Dissertação de Mestrado. Universidad Internacional de Andalucía.

ONDÓ, Eugenio Nkogo. EN EL FONDO DE POLEMIZANDO SOBRE GUINEA ECUATORIAL Y ÁFRICA, UN DEBATE DEGENERADO.

ORTEGA-DEL-CERRO, Pablo. **Retos de la monarquía española en contexto global: La expedición a Guinea (1777-1779)**. 2020.

OWUSU, George. **The Political Economy of Africa in the 20th Century**. Accra: University of Ghana Press, 2010.

OYANA, Carlos Oyono Nvé; BAUTISTA, Francisco Jiménez. Etapas históricas y políticas de Guinea Ecuatorial. **Revista de Cultura de paz**, v. 2, p. 147-167, 2018.

PALE, Miré Germain. **Lengua y servidumbre. Guinea Ecuatorial: de colonia española a un aislamiento lingüístico**. 2021.

PALÉ, Miré Germain. VERDADES SOBRE LA PRESENCIA ESPAÑOLA EN GUINEA ECUATORIAL, 1777-1968. **África [s]-Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África**, v. 6, n. 12, 2019.

PAQUETE, Olinto. Países da CPLP na ONU, UA e Noutras Organizações—Responsabilidades e Compatibilidade. 2018.

PENDI, Augusto Iyanga. **Historia de Guinea Ecuatorial**. Nau Llibres, 2021.

PEREIRA, André Martins. **Combate à pirataria marítima no Golfo da Guiné: contribuição à soberania e ao desenvolvimento nacionais**. 2022.

PÉREZ ALCÁNTARA, Francisca. **El español de Guinea Ecuatorial. Diversidad lingüística y cultural e implicaciones para la adaptación literaria**. 2024.

PETROQUÍMICA. Guinea Ecuatorial: de la bonanza petrolera a la crisis económica. 23/01/2025. Disponível em: <https://www.revistapetroquimica.com/guinea-ecuatorial-de-la-bonanza-petrolera-a-la-crisis-economica/#:~:text=Guinea%20Ecuatorial%3A%20de%20la%20bonanza%20petrolera%20a%20la%20crisis%20econ%C3%B3mica>. Acesso em 14 de outubro de 2025.

PINTO, José Filipe. Da CPLP à Comunidade Lusófona: o futuro da lusofonia. **Revista Angolana de Sociologia**, n. 7, p. 107-118, 2011.

PINTO, Timoteo Salgado Pereira; DE BARROS JUNIOR, Arlindo José; ROESLER, Rafael. O PAPEL DA LÍNGUA COMO INSTRUMENTO DE SOFT POWER:: uma discussão sobre as ações estratégicas na Academia Militar das Agulhas Negras. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 40, n. 88, p. 184-209, 2025.

PODER NAVAL. **EUA instam países africanos a rejeitarem propostas da China para construção de bases navais na costa atlântica**. 11/02/2024. Disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/2024/02/11/eua-instam-paises-africanos-a-rejeitarem-propostas-da-china-para-construcao-de-bases-navais-na-costa-atlantica/#:~:text=NA%20COSTA%20ATL%C3%82NTICA-,EUA%20instam%20pa%C3%ADses%20africanos%20a%20rejeitarem%20propostas%20da%20China%20para%20constru%C3%A7%C3%A3o%20de%20bases%20navais%20na%20costa%20atl%C3%A2ntica,-Reda%C3%A7%C3%A3o%20For%C3%A7as%20de>. Acesso em 14 de outubro de 2025.

POSEY, Alison. Las imágenes de la colonia que España olvidó: las protestas gráficas de Nzé Ramón Esono Ebalé contra la ignorancia. **Journal of Spanish Cultural Studies**, v. 26, n. 1, p. 131-144, 2025.

PROFE-EPI. Maio de 2025. Disponível em: <https://youtu.be/Q05bBVnJkkQ?feature=shared>. **Sabías que en Guinea Ecuatorial se habla francés? Nos lo cuenta el propio presidente.** Acesso em 8 de setembro de 2025.

PROYECTO VIAJERO. **Mapas de Guinea Ecuatorial, la histórica colonia española africana.** Disponível em: https://proyectoviajero.com/wp-content/uploads/2024/06/mapa_ubicacion_guinea_ec-XL.webp. Acesso em : 9 de outubro de 2025.

RAMÓN, ARANZADI MARTÍNEZ Juan; GONZALO, ÁLVAREZ CHILLIDA. **Guinea Ecuatorial (des) conocida: (Lo que sabemos, ignoramos, inventamos y deformamos acerca de su pasado y su presente).** Editorial UNED, 2021.

REBELIÓN. Golfo de Guinea, piratería, narcotráfico, terrorismo. 11/12/2021. África. Disponível em: <https://rebelion.org/golfo-de-guinea-pirateria-narcotrafico-y-terrorismo/#:~:text=Golfo%20de%20Guinea.%20Pirater%C3%ADa%2C%20narcotr%C3%Alfico%20y%20terrorismo>. Acesso em: 14 de outubro de 2025.

REINA PADRÓN, José Luis et al. **Guinea Ecuatorial como petro-Estado: implicaciones políticas y económicas de la irrupción del petróleo.** 2015.

REPÚBLICA DE GUINEA ECUATORIAL. Informe del Sector Nacional de Hidrocarburos 2019. 29 de Marzo de 2022. disponível em: <https://minhacienda-gob.com/nota-de-prensa-sobre-el-informe-del-sector-nacional-de-hidrocarburos-2019/#:~:text=Noticias-,INFORME%20DEL%20SECTOR%20NACIONAL%20DE%20HI DROCARBUROS%202019.,-29%20marzo%202022>. Acesso em: 9 de outubro de 2025.

REVISTA DE LA 4ª INTERNACIONAL PANAFRICANISTA. Garveyista Cimarrón Womanist Rastafari. **Macías, el fang que coronó a Malabo rey de Guinea Ecuatorial.** Agosto 16 de 2021. Disponível em: <https://reparacionafricana.blogspot.com/2021/08/macias-el-fang-que-se-acordo-de-malabo.html?m=1#:~:text=MACIAS%2C%20EL%20FANG%20QUE%20CORON%C3%93%20A%20MALABO%20REY%20DE%20GUINEA%20ECUATORIAL>. Acesso em: 9 de outubro de 2025.

REVISTA REAL EQUATORIAL GUINEA. **Histórico: primer embarque de crudo en Guinea Ecuatorial de GEPETROL como operador técnico del Bloque B.** 16 de julio de 2024. Disponível em: <https://realequatorialguinea.com/minas-e-hidrocarburos/historico-primer-embarque-de-crudo-en-guinea-ecuatorial-de-gepetrol-como-operador-tecnico-del-bloque-b-2/#:~:text=Hist%C3%B3rico%3A%20primer%20embarque%20de%20crudo%20en%20Guinea%20Ecuatorial%20de%20Gepetrol%20como%20operador%20t%C3%A9cnico%20del%20Bloque%20B>. Acesso em 9 de outubro de 2025.

REVISTA REAL EQUATORIAL GUINEA. Hoy 15 de diciembre se empieza a usar en Guinea Ecuatorial los nuevos billetes del BEAC. 20/12/2022. Disponível em: <https://realequatorialguinea.com/economia/hoy-15-de-diciembre-se-empieza-a-usar-en-guinea-ecuatorial-los-nuevos-billetes-del-beac/#:~:text=Hoy%2015%20de%20diciembre%20se%20empieza%20a%20usar%20en%20Guinea%20Ecuatorial%20los%20nuevos%20billetes%20del%20BEAC>. Acesso em 14 de outubro de 2025.

REVISTA REAL EQUATORIAL GUINEA. **La AEGLE se une a la Academia Norteamericana para promover la literatura ecuatoguineana.** 24/10/2024. Disponível em: <https://realequatorialguinea.com/destacado/politica/la-aegle-se-une-a-la-academia-norteamericana-para-promover-la-literatura-ecuatoguineana/#:~:text=La%20AEGLE%20se%20une%20a%20la%20Academia%20Norteamericana%20para%20promover%20la%20literatura%20ecuatoguineana>. Acesso em 15 de outubro de 2025.

REVISTA REAL EQUATORIAL GUINEA. **La producción del crudo aumentó un 65,1% en Guinea Ecuatorial durante el segundo trimestre de 2023.** 9/11/2023. Disponível em: <https://realequatorialguinea.com/minas-e-hidrocarburos/la-produccion-de-crudo-aumento-un-651-en-guinea-ecuatorial-durante-el-segundo-trimestre-de-2023/#:~:text=La%20producci%C3%B3n%20del%20crudo%20aument%C3%B3%20un%2065%2C1%25%20en%20Guinea%20Ecuatorial%20durante%20el%20segundo%20trimestre%20de%202023>. Acesso em 10 de outubro 2025.

RIZZI, Kamilla Raquel; BERNARDINO, Luís Manuel Brás. A “identidade da CPLP no domínio da defesa”: uma visão ampliada para a cooperação em defesa. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 6, n. 2, 2019.

RIZZI, Kamilla Raquel. O Grande Brasil e os Pequenos PALOP: política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe (1975-2010). Porto Alegre: Século XXI, 2014.

ROBERTO, Willian Moraes. A política externa de Mali, Níger e Chade frente a nova presença francesa no norte da África e o cenário de instabilidade regional. 2015.

RODRÍGUEZ, José Ramón Franco. El español en Guinea Ecuatorial. In: **Dialectología hispánica/The Routledge Handbook of Spanish Dialectology**. Routledge, 2022. p. 293-303.

RODRÍGUEZ, Susana Castillo. **EL ESPAÑOL EN GUINEA ECUATORIAL: UN ANÁLISIS DESDE LA LINGÜÍSTICA COLONIAL**. 2024.

ROSIQUE, Gloria Nistal. El caso del español en Guinea Ecuatorial. **Enciclopedia del español en el mundo: anuario del Instituto Cervantes**, v. 2007, p. 2006, 2006. Disponível em: https://cvc.cervantes.es/lengua/anuario/anuario_06-07/pdf/paises_08.pdf. Acesso em 9 de outubro de 2025.

RTP notícias. **Guiné Equatorial torna-se membro de pleno direito da CPLP.** 23/07/2014. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/guine-equatorial-torna-se-membro-de-pleno-direito-da-cplp_v754785#:~:text=2014%2C%2011%3A05-,Guin%C3%A9%20Equatorial%20torna%2

[Dse%20membro%20de%20pleno%20direito%20da%20CPLP,-por%20Flor%20Bela%20Godinho](#). Acesso em 20 de setembro de 2025.

SÁ, Ana Lúcia. Guiné Equatorial e CPLP: Desafios ao futuro da Lusofonia. **Jano**, n. 17, pág. 156-157, 2016.

SANTANDER, La Salle. **Descolonización**. Disponível em: http://apuntes.santanderlasalle.es/historia_1/xx/descolonizacion/firma_descoloni_guinea.jpg. Acesso em: 9 de outubro de 2025.

SANTOS, Jakelliny Almeida. **Traços de colonialidades nas identidades sociais da Guiné Equatorial: uma análise potencialmente decolonial da obra literária ‘Yo no quería ser madre’, de Trifonia Melibea Obono**. 2024.

SCHLUMPF, Sandra; CARREIRA, Sara. Presentación de un corpus para el estudio del español actual en Guinea Ecuatorial. **Boletín de filología**, v. 59, n. 1, p. 403-436, 2024.

SCHLUMPF, Sandra. Hacia el reconocimiento del español de Guinea Ecuatorial. **Estudios de lingüística del español**, v. 37, p. 217-233, 2016.

SEABRA, Pedro; SÁ, Ana Lúcia. **International organisations and arrested democratisation: Equatorial Guinea and the accession to the CPLP**. *Contemporary Politics*, [S. l.], 15 maio 2025.

SEKONGO, Douyeri Abdoulaye. PUISSANCE DOUCE ET RECOMPOSITION POSTCOLONIALE: LA STRATÉGIE D’INFLUENCE FRANÇAISE EN GUINÉE ÉQUATORIALE DEPUIS 1979.

SIC NOTÍCIAS. **Adesão da Guiné Equatorial é “vergonha é um erro monumental”, diz João Soares**. 23/07/2014. Disponível em: <https://sicnoticias.pt/mundo/2014-07-23-adesao-da-guine-equatorial-e-vergonha-e-um-erro-monumental-diz-joao-soares#:~:text=Ades%C3%A3o%20da%20Guin%C3%A9%20Equatorial%20%C3%A9%20%22vergonha%20e%20um%20erro%20monumental%22%2C%20diz%20Jo%C3%A3o%20Soares>. Acesso em 20 de setembro de 2025.

SIGNO Y SEÑA. **Política lingüística poscolonial en África: el caso de Guinea Ecuatorial**. 27/03/2023 aprobado en 14/08/2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/215846-comissao-aprova-acordo-educacional-com-guine-equatorial/#:~:text=Comiss%C3%A3o%20aprova%20acordo%20educacional%20com%20Guin%C3%A9%20Equatorial>. Leer en Línea. Acesso em 5 de setembro de 2025.

SILVA, Antonio Henrique Lucena et al. Segurança Marítima, Pirataria e Cooperação: Lições para a Marinha do Brasil dos Casos da EU-NAVFOR Atalanta e do Golfo da Guiné. **Obtido em**, v. 17, 2019.

SPENCE, Laura Elizabeth et al. Justicia ambiental en la República de Guinea Ecuatorial y su realidad pos-petróleo. 2007.

SPOHR, Alexandre; ANDRIOTTI, Luiza; CERIOLI, Luíza. A formação dos Estados africanos: conflitos e construção da capacidade estatal. **Relações Internacionais para Educadores (RIPE): África em foco**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 101-134, 2013.

TADOUN, Guy Merlin Nana. Outras literaturas de expressão hispana: África entre francofonia, anglofonia e hispanidade. **Retorno. Revista Independiente de Literaturas y Lengua hispánicas**, v. 1, n. 2, p. 71-93, 2016.

TEBÚS, Carlos Luís. **A insegurança nas águas do Golfo da Guiné: participação de São Tomé e Príncipe e do navio da República Portuguesa “Zaire” na manutenção da segurança marítima**. 2024. Dissertação de Mestrado. Universidades Lusiada (Portugal).

TÉLA NÓN. Operação Guinex V da Marinha do Brasil no Golfo da Guiné. 11/06//2025. Disponível em: <https://www.telanon.info/politica/2025/06/11/48894/operacao-guinex-v-da-marinha-do-brasil-no-golfo-da-guine/#:~:text=DIVERSOS-,POL%C3%8DTICA,Opera%C3%A7%C3%A3o%20Guinex%20V%20da%20Marinha%20do%20Brasil%20no%20Golfo%20da%20Guin%C3%A9,-By>. Acesso em: 14 de outubro de 2025.

TERRA. Em cúpula lusófona, Brasil apoiará polêmica adesão de país africano. 19/07/2012. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/em-cupula-lusofona-brasil-apoiara-polemica-adesao-de-pais-africano,f78edc840f0da310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html#:~:text=Em%20c%C3%BApula%20lus%C3%B3fona%2C%20Brasil%20apoiar%C3%A1%20pol%C3%AAmica%20ades%C3%A3o%20de%20pa%C3%ADs%20africano>. Acesso em 25 de setembro de 2025.

TIMBANE, Alexandre António. Políticas linguísticas de internacionalização do português nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa: caminhos e desafios do português africano. **Revista de Estudos de Português Língua Internacional**, v. 2, n. 2, p. 187-205, 2022.

TIRANIA ECUATOGUINEANA. **La tragedia de un DICTADOR azotado por todos los lados**. 2012. Disponível em: <https://3.bp.blogspot.com/-ZCeMZusi1F4/TzPT0wYswVI/AAAAAAAAAkM/Ua6KaGxmrs/s1600/zaragoza.jpg>. Acesso em 14 de outubro de 2025.

TVC News Nigeria. **President Buhari Commissions Deep Blue Project In Lagos**. 2021. Disponível em: <https://youtu.be/BZRIgFZgeM8>. Acesso em: 3 de setembro de 2025.

United Nations. **Em declaração presidencial, o Conselho de Segurança expressa profunda preocupação com a situação na África Ocidental, no Sahel e no Golfo da Guiné**. 17/08/2021. Disponível em: <https://press.un.org/en/2021/sc14605.doc.htm#:~:text=Em%20declara%C3%A7%C3%A3o%20presidencial%2C%20o%20Conselho%20de%20Seguran%C3%A7a%20expressa%20profunda%20preocupa%C3%A7%C3%A3o%20com%20a%20situa%C3%A7%C3%A3o%20grave%20na%20%C3%81frica%20Occidental%2C%20no%20Sahel%20e%20no%20Golfo%20da%20Guin%C3%A9>. Acesso em: 3 de setembro de 2025.

VÁZQUEZ, Federico Gallegos. La independencia de Guinea Ecuatorial. In: **El año de los doce mayo. 1968**. Omnia Mutantur, 2018. p. 105-118.

VAZ, Rodrigo. **Regimes Autoritários em África: o caso da Guiné Equatorial**. European Scientific Journal, v. 1, p. 624-630, 2013.

VELOSO, Isabel. O Fórum Macau e a CPLP nas estratégias de cooperação Sul-Sul da China e do Brasil na África. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 45, 2015.

VERÍSSIMO, Gilberto. Geopolítica do Golfo da Guiné. Disponível em: <https://www.wook.pt/livro/geopolitica-do-golfo-da-guine-gilberto-verissimo/18224390>. Acesso em: 9 de outubro de 2025.

VILAR, Juan Bautista. España en Guinea Ecuatorial (1778-1892). In: **Anales de la Universidad de Murcia. Filosofía y Letras**. Murcia: Universidad, Secretariado de Publicaciones, 1970.

WORLD BANK. **World Banknotes & Coins Pictures | Old Money, Foreign Currency Notes, World Paper Money Museum. 3/2010**. Disponível em: <https://www.worldbanknotescoins.com/2010/03/equatorial-guinea-banknotes-100.html#:~:text=World%20Banknotes%20%26%20Coins%20Pictures%20%7C%20Old%20Money%2C%20Foreign%20Currency%20Notes%2C%20World%20Paper%20Money%20Museum>. Acesso em 14 de outubro de 2025.

24 Notícias. **Pelo menos 40 tripulantes sequestrados este ano no Golfo da Guiné em atos de pirataria.** 22/06/2020 9:26. Disponível em: <https://24noticias.sapo.pt/atualidade/artigos/pelo-menos-40-tripulantes-sequestrados-este-ano-no-golfo-da-guine-em-atos-de-pirataria#:~:text=Pelo%20menos%2040%20tripulantes%20sequestrados%20este%20ano%20no%20Golfo%20da%20Guin%C3%A9%20em%20atos%20de%20pirataria>. Acesso em: 3 de setembro de 2025.